

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**Recrutamento de Elites Parlamentares em Sergipe:
deputados da ARENA (1965-1979)**

ARIVALDO TELLES MONTALVÃO

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

São Cristovão – SE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M763r Montalvão, Arivaldo Telles
Recrutamento de elites parlamentares em Sergipe :
deputados da ARENA (1965-1979) / Arivaldo Telles
Montavão. – São Cristóvão, 2011.
128 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de
Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade
Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl.

1. Elites (Ciências sociais). 2. Sergipe – Política. 3.
Partidos políticos – Brasil – ARENA. I. Título.

CDU 316.344.42:329(81)ARENA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
NPPCS/UFS CEP: 49.100-000 - Tel. fax: (079) 2105-6792



COMISSÃO JULGADORA

Dissertação do Discente Arivaldo Telles Montalvão, intitulada "Recrutamentos de Elites Parlamentares em Sergipe: os deputados da ARENA"; defendida e aprovada em 22 de setembro de 2011 pela Banca examinadora constituída pelos Professores Doutores:

Prof. Dr. Ernesto Seidl

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

AGRADECIMENTOS

O término desta dissertação de mestrado nos abre a possibilidade de agradecer a todos que de forma direta e indireta contribuíram para a realização da mesma.

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, Arivaldo Montalvão Filho (em memória) e Lucia Telles Montalvão, que além do amor e dos ensinamentos passados, que me transformarão na pessoa que sou hoje, sempre me incentivaram para que pudesse cumprir mais essa etapa na realização de um sonho. A minha irmã Valesca que sempre torceu por mim.

Aos meus avós, Rosa (em memória) e Euclides Ribeiro Telles, que sempre torceram por minhas conquistas, mas que sobretudo auxiliaram na minha formação como pessoa.

Ao meu tio Renato, companheiro de todas as horas e um grande incentivador da realização desse trabalho.

A Capes, pela concessão da bolsa, que foi de fundamental importância para a realização do presente trabalho.

Aos professores do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Em especial aos professores Paulo Neves, a professora Cristine e ao professor Ernesto Seidl pelos conhecimentos passados durante as aulas no mestrado.

Ao professor Ernesto Seidl, que além de orientador, foi um incentivador da realização dessa pesquisa.

Aos todos os colegas da turma do mestrado, que através das trocas de experiência durante a realização dessa dissertação, contribuíram para a realização da mesma.

DEDICATÓRIA

À esposa Ana Luiza Moura Delfino Montalvão,

Esta presente dissertação representa todo os dois últimos anos de nossas vidas, que foram repletos de alegrias, tristezas, sacrifícios e conquistas. E você, durante todo esse percurso esteve sempre ao meu lado, dedicando-me todo o seu amor, compreensão, companheirismo, o que foi de fundamental importância não só para a realização desse trabalho, mas para a realização de todos os nossos sonhos já realizados e os que ainda serão.

RESUMO

A presente dissertação está inserida na temática sobre os estudos das elites políticas, tendo como foco de investigação os mecanismos do recrutamento e da seleção de elites parlamentares em Sergipe, durante o regime autoritário, que englobam os deputados federais e estaduais eleitos, pela Arena, durante as quatro legislaturas ocorridas sob a égide do bipartidarismo. Para tal, partimos da análise e compreensão do espaço político sergipano, ou seja, das disputas políticas do período multipartidário anterior, que deram sustentação a construção da Arena, como por exemplo, a organização das clivagens políticas nos diferentes partidos e as diferentes forças que os mesmos tinham na política sergipana. Após a compreensão das clivagens políticas que serviram de sustentação para a formação da Arena, procuramos apreender quais os recursos sociais (origem social, titulação escolar, profissão e outros) utilizados pelos parlamentares arenistas eleitos, que são distribuídos de forma diferenciada dentro do campo político, na busca de reconvertê-los em trunfos político-eleitorais.

ABSTRACT

This dissertation is inserted into the thematic studies of political elites, research focusing on mechanisms of recruitment and selection of parliamentary elites in Sergipe, during the authoritarian regime, which encompass members of federal and State elected by Arena, during the four legislatures that occurred under the auspices of bipartisanship. To this end, we start from the analysis and understanding of the of Sergipe political space, i.e. the previous multi-party period of political bickering, which gave support to construction of the Arena, as for example, the Organization of political divisions in different parties and different forces that they had in Sergipe one policy. After understanding the political divisions that served as support for the formation of the Arena, we seek to understand what features social (social origin, school, profession and other titration) used by parliamentarians elected arenistas, which are distributed differently within the political field, in search of reconvert them in electoral-political assets.

Sumario

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ARENA SERGIPANA	19
1 - O contexto político nacional	19
2 - Clivagens políticas e a formação da Arena sergipana	25
CAPITULO 2 - AS BASES SOCIAIS DO RECRUTAMENTO PARLAMENTAR DA ARENA SERGIPANA	47
1. - Origens sociais dos deputados arenistas	49
1.1 - Os Deputados Federais	50
1.2 - Os Deputados Estaduais	57
2. – Trajetórias políticas: os arenistas em <i>carne e osso</i>	66
CAPITULO 3 – INTEGRAÇÃO VERTICAL E INÍCIO PRECOCE NA POLITICA: MARCAS DAS CARREIRAS POLITICAS DOS ARENISTAS SERGIPANOS	76
1 – Entrada tardia na política	78
1.1 – Os deputados federais	78
1.2 – Os deputados estaduais	87
2 – Entrada precoce na política	95
2.1 – Os deputados federais	95
2.2 – Os deputados estaduais	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	126

INTRODUÇÃO

A temática das elites é incorporada às pesquisas nas Ciências Sociais a partir do século XIX, quando pesquisadores passaram a constatar que os governos eram compostos por um pequeno grupo de indivíduos que controlavam toda a máquina governamental, conseqüentemente a maior parte da população. Fugindo das temáticas aristotélicas, que definiam o tipo de governo pelo número de governantes, e montesquianas, que estudam a submissão às leis, os pesquisadores passaram a identificar que compunham os governos, como se organizavam e reproduziam-se no exercício do poder.

Dessa forma, os novos pesquisadores, conhecidos como elitista, passam a perceber que esse grupo minoritário, as elites, que estão à frente das diferentes formas de governo, são compostas de indivíduos com competência e prestígio acima dos demais membros da população, ou seja, destacam-se em suas áreas de atuação e, por isso, o termo passa a ser empregado não apenas para o âmbito do poder político.

Podemos identificar duas perspectivas que caracterizam os estudos sobre a elite. A primeira delas é a moral, que está preocupada em procurar identificar as qualidades excepcionais possuídas por esses indivíduos, que integram as elites, tendo como principal representante Pareto, que afirma a não eternidade das elites, havendo uma renovação desses grupos que a compõem, a “circulação das elites”. Já a temática funcional tem como principal expoente Mosca, que identificou a presença de dois grupos nos organismos políticos. Aquele que for mais organizado e articulado passa a dominar os demais, por isso o foco desses estudos é o papel desempenhado por esses grupos dentro das organizações políticas.

A partir das teorias clássicas das elites, durante o século XX, com o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e o estabelecimento da democracia representativa, novas teorias foram surgindo, como a teoria pluralista que entendia ser a sociedade dividida em diversos grupos e nenhum desses ser capaz de dominar sozinho os demais (DAHL, 1961), já que a essência da democracia é a organização dos grupos políticos para a disputa pelo controle da máquina governamental. Mas tais afirmações são contestadas por pesquisadores, como Wright Mills (1981) que entende que tanto os governos locais, quanto os nacionais são dominados por uma pequena elite que controla as estruturas do poder, compostas por um grupo de pessoas e instituições que se

destacam dos demais membros da sociedade, podendo os grupos que formam esta estrutura colaborar entre si ou não. Há também o desenvolvimento do conceito de elite estratégica (KELLER, 1991), que define a elite como um grupo de especialistas responsáveis por um determinado setor institucional, que são integrados a esse grupo por sua competência.

Portanto, as teorias elitistas partem do princípio de que um pequeno grupo de indivíduos que compõem a elite dominam os demais membros da sociedade, mas se diferenciam juntamente em estabelecer quais as qualidades e oportunidades sociais são necessárias para que grupos imponham-se aos demais. Dessa forma, no presente trabalho, adotaremos o conceito de elites que

“diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. (...) uma forma de estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições chaves em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.” (Heinz, 2006. p. 7-8)

Apesar de os estudos realizados por Bourdieu não tratarem sobre a temática das elites políticas, eles nos permitem tratar a política de forma científica, ou seja, “pensar a política sem pensar politicamente”, tratando-a em termos de um campo social que tem como base de seu funcionamento a realidade social, mas possuindo suas especificidades como os demais campos. O campo social é definido por Bourdieu como um espaço multidimensional, em que os agentes posicionam-se de acordo com o volume global de capital possuído e do peso relativo dos diferentes tipos de capital que o compõem.

Portanto, os campos constituem um espaço social, podendo ser interpretados como um espaço onde se joga um determinado jogo, em que seus integrantes mobilizam os diferentes tipos de capital para que possam posicionar-se nas disputas inerentes ao campo. O campo político é definido por Bourdieu (1989) como um campo de disputas entre as classes ou frações de classe, pelo poder político, onde os capitais que estão em disputa e dão legitimidade ao discurso político, ao pensar politicamente, estão concentrados nas mãos de poucos agentes, o que torna o campo político um dos mais fechados e restritos. O campo político exige daqueles que estão dispostos a jogar o jogo da política o aceite de suas regras, como também a aquisição de um “habitus” político

que consiste, primeiramente, em adquirir saberes específicos da política, como também passar por um processo de iniciação, ou seja, de prática política.

Dessa forma, podemos identificar dois tipos de agentes que integram o campo político: os profissionais, responsáveis por produzir os produtos políticos, e aqueles que consomem esses produtos, os profanos.

É durante o século XIX que na França surge a rivalidade entre dois modelos de representação política, o da monarquia hereditária e o da democracia representativa ou eletiva. Começa a consolidar-se e institucionalizar um novo tipo de poder político, fundado em mecanismos de diferenciação social que acabam por produzir um novo personagem político. Garraud (1989) afirma que tal modelo consolida-se na França moderna durante a III República, estabelecendo a democracia eletiva como o novo modelo de representação política.

Com isso, muda-se a forma de participação, do recrutamento e do exercício do poder político, sofrendo influência das novas estruturas sócio-culturais e econômicas da sociedade, contribuindo, assim, para o fortalecimento do novo sistema político, como também para a passagem de um sistema de dominação política tradicional, para um sistema de dominação legal-racional (GARRAUD, 1989). Segundo Weber (2008), esse tipo de dominação está fundada em um conjunto de regras estabelecidas racionalmente que compõem um conjunto de regras estabelecidas em um estatuto legal, que é aceito e validado pela sociedade, que o reconhece como um conjunto de regras a ser respeitado.

Com a consolidação desse processo legal-racional de dominação e, conseqüentemente, a consolidação da democracia ocidental, surge a figura do político profissional que, para Weber (2008), só existe no ocidente. Weber (2008) entende que se pode exercer a política de forma ocasional, mas o político profissional a exercera como atividade secundária ou principal, por isso estabeleceu que o político profissional pode viver para a política, como da política, onde este depende essencialmente das retribuições materiais que a atividade política possa lhe oferecer, diferentemente do primeiro que busca em uma determinada causa dar um significado à sua vida. Para Bourdieu (1989), quanto mais independente for o agente político da organização que participa, maior será sua independência em relação à mesma, tendo, com isso, maior liberdade para as suas tomadas de decisão.

Assim, a atividade política passa a exigir desse novo personagem político que surge novas práticas, estratégias e competências que estão relacionadas à nova forma de diferenciação do poder político. Esse processo de diferenciação social acaba por

produzir uma nova divisão do trabalho e de tarefas, levando à especialização e à autonomia de um grupo particular, que acaba por exercer o monopólio da representação e da atividade política, que passa a exigir um *métier* político especializado, com novos tipos de recursos que possam ser mobilizados para a disputa política e eleitoral. Offerlé (1999) afirma que a reconversão dos recursos sociais em trunfos políticos depende, sobretudo, da conjuntura histórica de cada campo político, pois o mesmo recurso pode ser acionado ou recusado, em diferentes momentos de uma carreira política, ou seja, sofre um processo de reinterpretação.

Para que a nova *entreprise* política possa funcionar, é necessário que as estratégias e os recursos que constituem o capital político e eleitoral sejam utilizados de forma a reduzir a concorrência que a caracteriza. Segundo afirma Garraud (1989), essas *entreprises* políticas visam renovar e aumentar o capital político necessário para manter a posição alcançada. São, assim, organizações com capacidade de mobilização que, através do exercício do poder político, tem a função de conquistá-lo e conservá-lo, e por isso tem diferentes naturezas: locais, regionais e nacionais.

Todo esse processo de profissionalização da atividade política leva a uma apropriação individual do mandato eletivo por parte de quem o exerce, ou seja, a uma autonomização do poder político. Conduzindo a uma concentração, em um pequeno número de pessoas, as funções eletivas, como também a uma permanência dentro desses mandatos eletivos. Assim, o exercício permanente do poder político, através dos mandatos eletivos, garante a aquisição de um status e de diferentes tipos de retribuições, que podem ser psicológicas, simbólicas e, complementando essas duas, a carreira política pode significar uma ascensão social, ou seja, uma retribuição material. Mas que, segundo Bourdieu (1996), é negada pelos agentes políticos, já que o campo da política não está associado ao interesse econômico, mas sim à vocação, ao interesse do bem comum e, conseqüentemente, é associado a atos desinteressados de retribuições materiais, que são valorizados no campo econômico.

Essa ascensão social é possível por conta de que quando se conquista o poder político, tem-se acesso ao poder institucional, conseqüentemente ao controle e à alocação de diversos tipos de empregos, que são disputados pelas diferentes organizações políticas através das eleições. Mas para que se possam manter as posições alcançadas, é preciso que tanto os personagens políticos, quanto como as organizações compostas pelos mesmos, sejam capazes de mobilizar os grupos sociais e a sociedade de

uma forma global através estratégias, valores e objetivos claros, para que assim possam conservar o poder político.

Para Lagroye (1973), tanto o jogo político, quanto o social são duas faces de uma mesma realidade, mas que para que o agente político conserve o poder adquirido, é necessário que aja não apenas como um profissional da política, mas como um mestre em ambas as faces desse jogo. Assim, é fundamental que o capital social acumulado pelo agente político seja reconvertido em capital político (BOURDIEU, 1989). Com isso, suas práticas passam a ser desenvolvidas em função da lógica da competição política e eleitoral. Mas para que um problema social seja constituído, como um problema político, segundo Gaxie (1978), é necessário que haja uma compatibilidade de interesses das forças políticas presentes na disputa política.

No caso do estudo do recrutamento e seleção de elites políticas no Brasil, é fundamental a apreensão e a análise de diferentes recursos sociais (origem social, escolaridade, profissão e outros), já que estes em conjunto permitem a entrada em diferentes esferas sociais. Para isso, é preciso analisar os contextos social, político e cultural que permitem os usos e apropriações dos recursos, e quais deles são fundamentais para o processo de reconversão. Para tal, é fundamental investigar as inserções e as esferas sociais, nas quais os candidatos estão inseridos e quais recursos podem valorizar e legitimar a candidatura.

A temática referente ao recrutamento eleitoral suscita várias possibilidades de análises, variando tanto no que diz respeito à formulação de questões quanto dos seus conteúdos. Por conta disso, são inúmeras as possibilidades de análise e compreensão do processo eleitoral, como fenômeno social de significado amplo que ultrapassa o campo político, ou seja, entender a política como um processo integrante da vida social e fazer explorações para além do mapa oficial.

Assim, os fatos e atos das diferentes campanhas apresentam significados que remetem a inúmeras formas de registro. A campanha é, portanto, um momento legítimo de disputas que estão relacionadas a aspectos estritos da esfera política, mas que também englobam aspectos da vida social, dando visibilidade a arranjos sociais e estratégias dessas duas esferas. As diferentes candidaturas utilizaram estratégias de conversão de recursos pessoais, profissionais e políticas diferenciadas, já que não basta apenas ser reconhecido como profissional da política, uma vez que essa aptidão precisa de constante renovação.

Portanto, o processo eleitoral, de forma resumida, pode ser visto como a tentativa de reconversão de recursos sociais, ou seja, no investimento das características que lhe dão a condição de líder, em recursos propriamente eleitorais. Como afirma Coradini (1998, p. 95), “as lógicas do estabelecimento dos vínculos que podem passar a compor as bases eleitorais não são redutíveis à lógica eleitoral”.

Os estudos sobre o recrutamento de elites parlamentares (GRILL, 1999; MADEIRA, 2002 e 2006; MARENCO, 2000) demonstram quais os princípios que norteiam as disputas eleitorais, destacando os vínculos familiares, profissionais, escolares, que são personificados pelo agente político, existindo um predomínio do volume de capital social acumulado ao longo de sua trajetória, em que os recursos coletivos e pessoais são componentes a serem administrados pelos agentes.

O capital pessoal acumulado pelo agente político é um recurso de fundamental importância na luta que é estabelecida com seus pares e adversários locais, já que o acúmulo desses laços pessoais possibilita o acesso e o exercício de determinados códigos. A aquisição de títulos escolares, a atividade de advogado, a ocupação de cargos públicos, e tantas outras, estão ligadas diretamente às relações de amizade, ou seja, ao capital pessoal acumulado pelo agente ao longo de sua trajetória.

Assim, a variedade de vínculos estabelecidos em momentos e contextos diferenciados permite ao agente a construção de uma rede de relações pessoais e políticas que precisam ser constantemente reforçadas e legitimadas. Isso porque não se trata de qualquer legitimação, mas de determinadas características eleitoralmente relevantes que dependem sempre de determinadas lógicas sociais, vinculadas a determinadas esferas e, assim, adquirem significados diferenciados.

A administração desses recursos coletivos e pessoais dá-se de forma diferenciada entre os agentes políticos, já que estes estão vinculados de forma direta às suas posições sociais e políticas. A obtenção de um título escolar e a profissão escolhida em determinados casos reforçam os laços familiares e os vínculos locais, enquanto que em outros casos servem como conquista de determinadas inserções sociais, sendo fundamental na conquista de bases eleitorais, ou seja, é preciso apresentar um conjunto de recursos sociais para a obtenção e ocupação de cargos dirigentes.

Para a compreensão desse processo, é fundamental analisar a trajetória social, política, escolar e profissional desses agentes, que estão inseridos em uma determinada composição social, relacionada ao seu grupo, para que se possa identificar qual desses recursos detém importância central frente aos demais. Por isso, é de fundamental

importância usar conjuntamente dados como profissão, escolaridade, profissão dos pais e etc., com inserções sociais anteriores à carreira política que, muitas vezes, não são caracterizados pelos agentes como de ordem política.

A construção da rede de relações, que são construídas ao longo do trajeto social e político, é de fundamental importância para que não se encontre o “mercado político” fechado. Os espaços de construção dessas redes de relações, como o movimento estudantil, o sindicalismo, as relações profissionais e tantos outros, são de fundamental importância na política e, mais especificamente, na política eleitoral, pois são espaços de socialização em que se adquirem habilidades fundamentais para o jogo político.

Em vista disso, não é a condição de pertencer a uma categoria profissional, condição social, origem geográfica ou a outra característica qualquer que está em pauta, mas o sentido da interpretação eleitoral, proporcionado por essas características. Justamente por nunca serem utilizadas de maneira isolada, mas sempre em conjunto, é fundamental apreender as condições e as modalidades de sua conversão em recursos eleitorais. Ou seja, as estratégias mobilizadas pelos agentes políticos na escolha de um determinado recurso como “carro chefe” da sua campanha, e como o relacionar com os demais recursos possuídos pelos mesmos, na sua reconversão em trunfos eleitorais.

O uso desses recursos eleitorais, quando utilizados de forma isolada, quase sempre é ineficaz, como, por exemplo, a reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional, já que esse recurso é fortemente vinculado à forma como é encarado o seu exercício, como a sua inserção na política partidária. Portanto, o objetivo do presente trabalho está diretamente vinculado à lógica e às condições sociais do recrutamento e seleção de elites políticas, ou seja, apreender os recursos e as mobilidades de legitimação dos candidatos frente aos eleitores que visam, portanto, à obtenção de cargos definidos como políticos.

Logo, o presente trabalho tem como foco de análise o recrutamento e a seleção de elites políticas parlamentares, mas especificamente dos Deputados Federais e Estaduais eleitos em Sergipe, durante o regime militar (1964/1984). Ao escolher Sergipe como o local a ser investigado, não o entendemos apenas como um espaço fisicamente localizado, mas como um local socialmente construído onde forças políticas atuam, construindo processos de alianças e disputas entre os agentes sociais, consolidando, assim, identidades e práticas políticas específicas.

A escolha do período histórico a ser analisado justifica-se, primeiramente, por se tratar de um regime autoritário em que as liberdades não eram respeitadas, mas que manteve as eleições para Deputados Federais e Estaduais, Senadores e Vereadores Municipais, intercalando a convivência com um regime multipartidário, com o bipartidarismo; e em segundo lugar, por ter sido um período de transição de mudanças na estrutura política, permitindo no seu final o surgimento de lideranças populares, forjadas no combate ao regime ou não, em que passaram a ter acesso ao jogo político de forma ativa, como, por exemplo, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, tendo entre suas lideranças: professores, estudantes, ex-militantes do PCB, trabalhadores rurais e funcionários públicos. Isso permite a tentativa de visualizar mudanças na estrutura da formação de elites políticas.

É preciso pontuar neste momento a escassez de trabalhos realizados sobre as organizações políticas brasileiras tidas como de direita, com é o caso da Arena. No entanto, foi possível encontrar alguns trabalhos: o de Lúcia Grinberg (2009) que faz uma análise do contexto político em que foi criada a Arena, onde é possível estabelecer vínculos entre os dois períodos políticos (pré e pós 64), mostrando também a heterogeneidade desta organização política, que acabou por gerar inúmeros conflitos internos; os trabalhos de Rafael Madeira (2002, 2003, 2004 e 2007) que fazem uma análise das bancadas federais arenistas de três estados brasileiros – Rio Grande de Sul, São Paulo e Bahia – buscando compreender quais as forças políticas que compunham e predominavam na Arena, procurando estabelecer o grau de coesão destas bancadas; o trabalho de Samuel Candido de Souza (2010) que analisa o recrutamento de elites políticas no município de Caraguatatuba, buscando compreender as mudanças na composição social desta elite política e as transformações sociais ocorridas no município; e o trabalho de César Canato (2003) que trata tanto da Arena, como do MDB, buscando compreender a dinâmica política de ambos os partidos no município de Araraquara. Estes dois últimos trabalhos não são específicos sobre a Arena, como os trabalhos de dois autores sergipanos Ibarê Dantas e Bonifacio Fortes, que analisam a formação da Arena e as eleições ocorridas neste período.

Esta escassez de trabalhos sobre as organizações políticas consideradas de direita no Brasil, podem ser explicadas pela falta de autonomia que o campo acadêmico brasileiro possui, em relação a outros campos, sobretudo ao campo político. Isto ocorre, pois no Brasil as Ciências Sociais são utilizadas, de forma muitas vezes direta, como instrumento de tomadas de posições políticas (CORADINI, 1997).

Para proceder com a análise, utilizarei o método posopográfico, ou seja, o método das biografias¹ coletivas. Esse método tem como característica o estudo de um grupo de atores, no caso as elites políticas, através de estudo coletivo de suas vidas. Para isso, é fundamental enumerar um conjunto de questões como origem social, escolaridade, experiência profissional, e assim por diante, com o objetivo de dar um sentido político às suas ações. A posopografia permite dar um enfoque sociológico às análises históricas, buscando características comuns de um determinado grupo social dentro de um período histórico.

A prosopografia permite ao pesquisador navegar entre dois aspectos da realidade social: o da individualidade do agente político, ou seja, a sua biografia individualizada, como também, a partir dessa individualidade, compreender mecanismos e dimensões gerais da sociedade. Com isso, pode-se dar novas respostas a grandes questões, sem ficar preso a estruturas sociais pré-construídas através de dados oficiais e quantificáveis.

Por isso, a prosopografia tem como principal característica dar uma expressão quantitativa ao que “a Ciência Social denominou propriedades sociais dos atores históricos” (HEINZ, 2006, p. 11), sem nos remeter à falsa oposição entre o objetivismo e o subjetivismo. Assim, permite-nos a apreensão de determinados condicionantes e casualidades sociais dos agentes políticos em grupo, dando visibilidade aos nexos existentes entre a origem social, a posição social e a formação escolar.

“Ainda, parece-me importante que a pesquisa em história social das elites possibilitada pelo método das biografias coletivas não venha a representar uma nova alternativa “da moda”, mas que se possa constituir numa área privilegiada de observação histórica dos grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com outros grupos e com o espaço do poder, somando métodos e resultados de pesquisa que apontem para uma compreensão cada vez mais ampla dos processos históricos.” (HEINZ, 2006, p. 12)

Portanto, a prosopografia, através do uso das biografias coletivas, permite a compreensão e a apreensão do funcionamento social das instituições onde agem os agentes políticos que estão sendo estudados. Para isso, é fundamental estabelecer o grau

¹ A biografia aqui não é entendida como um sucessivo acontecimento de fatos na vida do indivíduo, ou seja, como uma série única de acontecimentos, mas sim como deslocamentos no espaço social que são influenciados pela estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital correspondentes ao campo considerado, sem isso é impossível compreender a trajetória do agente político.

de autonomia relativa dos grupos, bem como do recorte cronológico pertinente à pesquisa.

Para procedermos com a análise proposta no trabalho, foi utilizada como fonte de pesquisa a obtenção de informações biográficas sobre os deputados estaduais e federais, dicionários biográficos históricos e políticos², apesar de os dados contidos nesses tipos de dicionários nos explicarem somente parte da vida desses agentes políticos, deixando uma lacuna em outras etapas de sua vida. Por esse motivo, faz-se necessário

“proceder seguidamente a cruzamento de certos dados para “recheiar” as biografias ou simplesmente “cobrir” algumas décadas ausentes no relato de uma vida política, mesmo se o resultado é freqüentemente decepcionante. Por outro lado, as informações-chave relativas às ascensões ou às reconversões profissionais parecem às vezes demasiadamente sucintas ou mesmo discutíveis quanto a sua real importância na evolução de uma carreira” (HENZ, 1999, p. 54)

Foi justamente procurando preencher essas lacunas, sobretudo da vida anterior desses agentes políticos à sua entrada na política, que utilizamos biografias sobre os deputados, escritas por dois jornalistas sergipanos, Osmário Santos³ e Luiz Antônio Barreto⁴, que narram a vida destes políticos, fornecendo-nos dados como local e ano de nascimento, espaços de socialização como a escola em que estudaram, e os locais onde exerceram a profissão, bem como outros dados que nos permitiram uma melhor compreensão de toda a trajetória desses agentes políticos.

No primeiro capítulo, começamos fazendo uma análise do período multipartidário anterior, para que possamos compreender as clivagens políticas e partidárias da política sergipana, que acabaram por dar sustentação à formação da Arena, já que seus integrantes atuaram como políticos profissionais neste período, exercendo vários mandatos eletivos e dando continuidade às suas carreiras políticas, apesar das dificuldades impostas pelo regime autoritário.

² ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARAO, Sergio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001. 5v. E o repertório biográfico da Câmara dos Deputados.

³ SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. Aracaju, SE: J. Andrade, 2002. 824 p.

⁴ www.ifinet.com.br

No segundo capítulo, após a descrição do espaço político sergipano, demonstrando as suas clivagens políticas, passamos a analisar o processo de recrutamento parlamentar dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena de Sergipe. Para isso, é fundamental a exposição das bases sociais dos deputados, começando pelas origens sociais dos mesmos para, em seguida, apresentarmos dados mais específicos sobre as suas trajetórias políticas como cargo e idade de ingresso na política, sua experiência prévia ao primeiro mandato como deputado e outros dados.

Já no terceiro capítulo, após a exposição de caráter mais objetivo dos deputados estaduais e federais eleitos pela Arena, selecionamos alguns destes deputados para fazermos uma descrição de sua trajetória, para que possamos ter uma melhor compreensão do mesmo, compreendendo, assim, seus espaços de socialização familiar, escolar, profissional e político, e como estes utilizaram os recursos sociais adquiridos nos respectivos espaços.

CAPITULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ARENA SERGIPANA

A formação e a construção de uma determinada cultura política dependem das condições dos processos históricos de cada país, que serviram como elementos de afirmação ou de transformação da mesma. No caso brasileiro, a constante intervenção do Estado no processo político partidário⁵ tem contribuído para a consolidação de uma imagem negativa em relação a essas instituições políticas, levando, assim, a uma desvalorização da representação política, considerada por muitos estudiosos, jornalistas e políticos como meros formalismos institucionais que não dão conta de transformar a sociedade.

No entanto, os partidos políticos são organizações fundadas por indivíduos que têm interesses comuns e buscam intervir no mercado político. Tal intervenção pode produzir diferentes efeitos, bem como levar a investimentos e usos sociais diferenciados, por parte de seus integrantes, ou seja, com este se servem e são servidos pelos partidos, que são empreendimentos coletivos da representação política (OFFERLÉ, 1987).

Portanto, neste capítulo, trataremos de contextualizar o sistema político-partidário do período relativo à pesquisa. Para tal, iniciaremos fazendo uma análise do contexto político-partidário nacional para, posteriormente, analisarmos o contexto sergipano, a fim de apreendermos quais as influências recebidas e os contrastes em relação ao contexto nacional, bem como identificarmos quais as heranças e as clivagens políticas que derem origem à Arena sergipana.

1. O contexto político nacional

O século XX, no Brasil, é marcado por constantes mudanças no processo de escolha de sua elite política, desde processos democráticos a aqueles considerados anti-democráticos, mas tendo como tendência a longo prazo a consolidação do emprego crescente de eleições e, conseqüentemente, o aumento do eleitorado. No início do século, a elite política coincidia de forma bastante clara com a elite econômica, intelectual e social, mas com a adoção de políticas democráticas de acesso aos cargos públicos, os mesmos foram sendo abertos às classes médias. Com isso, a carreira política torna-se um meio de mobilidade e ascensão social.

⁵ Revolução de 1930; O Estado Novo de 1937; A redemocratização em 1945; O regime militar; e a Redemocratização.

Com a derrota de Getúlio Vargas, em 1945, o processo político e democrático ganhou força no país que passou a realizar eleições periódicas para todos os cargos políticos – federal, estadual e municipal – bem como constitui pela primeira vez partidos de âmbito nacional. Tal período de 1945 a 1964 foi caracterizado por Skidmore (1976) como “experimento em democracia”, marcando, até então, o ponto alto dos procedimentos democráticos no Brasil em sua era liberal.

Os acordos políticos que eram realizados individualmente passaram a ser acordos partidários, ou seja, durante o período, os partidos políticos ganham importância. Assim, no início da década de 1960, apesar das falhas, o Brasil tem um sistema eficiente de escolha da sua elite política. Mas todo esse processo que vinha consolidando-se é interrompido pelo golpe militar de 1964, que expurga vários políticos que estão no exercício do seu mandato parlamentar, principalmente aqueles considerados esquerdistas e os vinculados ao governo anterior.

Desse modo, as eleições tornam-se o principal instrumento de recrutamento da elite política brasileira, que foi rejeitado por Vargas durante o Estado Novo. Com a vitória do movimento de 1964 e a instalação da ditadura militar no país, um fato que chama a atenção é que, mesmo sendo um regime autoritário, as eleições para as casas legislativas federais, estaduais e municipais foram mantidas. Por conta desse motivo, antes de iniciarmos a análise sobre a Arena, partido criado pelo governo para lhe dar sustentação política, é fundamental fazermos alguns comentários a respeito do sistema multipartidário anterior, já que este serviu de base para a formação dos dois novos partidos, uma vez que os agentes políticos que integraram os novos partidos já possuíam uma atividade política anterior.

O regime multipartidário iniciado em 1945 está fortemente influenciado em seu início pela figura política de Getúlio Vargas, como foi demonstrado por Miceli (1983) em seu estudo sobre a Assembléia Constituinte de 1946, que detectou que a divisão da elite política estava fortemente influenciada pelas medidas adotadas dos últimos quinze anos. No entanto, é neste momento que tem início a uma política efetivamente moderna no Brasil, tendo como principal característica a implementação pela primeira vez de partidos políticos de alcance nacional.

Neste período, o sistema partidário era composto por 14 partidos políticos. No entanto, apesar do grande número, apenas três conseguiram ter uma expressão nacional. Um desses três partidos era integrado por políticos ligados diretamente à figura de Getúlio Vargas, e exerceram o poder político durante o Estado Novo, era o Partido

Social Democrata (PSD), outro partido era a União Democrática Nacional (UDN), que era integrada por políticos ligados a facções da oligarquia e outros grupos que faziam oposição ao Governo Getúlio Vargas, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também ligado à figura de Getúlio Vargas, e procurava organizar os trabalhadores urbanos ligados principalmente ao sindicalismo.

Esses três partidos políticos juntos dominavam a Câmara Federal, já que em 1945 possuíam quase 87% das cadeiras parlamentares, e em 1962, última eleição do período, este percentual cai para 79% das cadeiras parlamentares. Essa força política é demonstrada no quadro abaixo.

Quadro I – Representação dos partidos na câmara federal (1945/62)

Partidos	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	151	112	114	115	122
UDN	77	81	74	70	94
PTB	22	51	56	66	109
PSP	4	24	32	25	22
PR	7	11	19	17	5
PDC	2	2	2	7	20
PTN	0	5	6	7	11
PST	0	9	2	2	8
PL	1	5	8	3	3
PRP	2	2	3	3	4
PSB	0	1	3	9	4
PRT	0	1	1	2	3
MTR	0	0	0	0	4
PCB	14	-	-	-	-
Sem partido ou coalisão	6	0	6	0	0
Total	286	304	326	326	409

Fonte: Publicado In: ALVES, Maria Helena Moreira. (1984) Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, p.62.

Como demonstrado pelo quadro acima, por Miceli (1983), os dois principais partidos do período, o Partido Social Democrático, pró-Vargas, e a União Democrática Nacional, de oposição a Vargas, possuíam algumas semelhanças e diferenças. Ambos os partidos tinham no Nordeste sua principal base político-eleitoral do que no Sudeste urbano e industrial, bem como tinham como principais lideranças políticas representantes das classes proprietárias rurais, principal fonte de recrutamento político.

As diferenças entre ambos os partidos foram constatadas por Miceli (1983), ao analisar o perfil dos delegados dos dois partidos. O PSD é composto, principalmente,

por industriais, bem como por funcionários estaduais vinculados às máquinas políticas de suas regiões. Atraiu também políticos com experiência política, como, por exemplo, ex-prefeitos de médias e grandes cidades. Seus integrantes também estavam de forma direta ou indireta ligados ao mundo rural, no entanto, estavam mais sintonizados com os leitores da classe trabalhadora, devido às suas posturas políticas. Já a UDN é composta por representantes mais intelectualizados e de grandes advogados, ligados à elite política anterior à revolução de 1930, vinculados, principalmente, aos grupos financeiros do Rio, de Minas e da Bahia. Portanto, “o PSD era a favor da expansão dos poderes do Estado, da proteção da indústria e da regulação da iniciativa privada. (...) interesses financeiros e empresariais usaram abertamente a UDN para fins lobistas” (CONNIFF, 2006. p.104), daí a interpretação de a UDN ser favorável ao capital e contra a sua regulamentação.

Este ciclo político partidário caracterizou a Terceira República, que foi a primeira experiência democrática da história política brasileira que, apesar das suas falhas e limitações, foi descrita por Rogério Schmit (2000, p.11)

“em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro o sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder.”

Portanto, será esta a herança política que servira de sustentação para a criação dos dois partidos políticos existentes durante o regime autoritário: a Arena e o MDB. É a partir de agosto de 1964 que começam os rumores sobre o fim dos partidos políticos até então em funcionamento. Tal fato contou com manifestações contrárias dos líderes dos principais partidos: a UDN, o PSD e o PTB. Mas é apenas em julho de 1965 que o governo envia ao Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que tinha como objetivo central diminuir a quantidade de partidos políticos existentes, através do aumento da clausura de barreira para 3% do eleitorado que havia votado na última eleição.

Assim, as eleições de outubro de 1965 ocorreram sobre esta nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. No entanto, a derrota da UDN nestas eleições para governador, em 9 dos 11 Estados onde ocorreram as eleições, foi interpretada pelos defensores do movimento de 64, como uma derrota política, ou seja, uma vitória de seus opositores. Esse resultado eleitoral foi somado ao fato de o Congresso Nacional ter rejeitado

emendas constitucionais enviadas pelo governo, que tinham por objetivo ampliar o poder da justiça militar. Esses dois episódios, segundo Lucia Grinberg (2009), foram decisivos para que o presidente Castelo Branco decidisse pela edição de um novo ato institucional, o AI-2, pôs fim aos partidos políticos existentes, estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República e Governadores de Estado, mas manteve eleições para os legislativos.

Após a divulgação do Ato Institucional número 2, os principais partidos políticos de então lançaram nota de repúdio tanto à concentração de poderes pelo Presidente da República, quanto pela extinção dos partidos políticos. Em seu estudo sobre a Arena Lucia Grinberg (2009), a principal preocupação dos dirigentes partidários estava relacionada à perda do patrimônio de suas organizações, ou seja, do seu capital material e simbólico, destacando que o único dos principais partidos extintos a concordar com as medidas foi a UDN, que manifestou declarações de compreensão e contentamento com o novo governo.

Dessa forma, em 20 de novembro de 1965, foi decretado pelo governo militar o Ato Complementar número 4 (AC-4) que determina o novo perfil do sistema partidário, tendo como objetivo central a não reedição dos partidos anteriores sob novas siglas. Para isso, estabeleceu que os partidos deveriam ser criados a partir da iniciativa dos membros do Congresso Nacional e deveriam contar com, no mínimo, 120 deputados e 20 senadores, ou seja, a pretensão do governo era a criação de dois partidos, um de sustentação e outro de oposição ao governo.

Mas a criação do sistema bipartidário foi criticada tanto pelos dirigentes do PDS quanto da UDN, em virtude da diversidade das posições políticas existentes, bem como das clivagens políticas regionais, que acabariam por gerar dificuldades na criação dos partidos em todos os Estados⁶. Mas, para resolver essa situação, o governo decretou uma legislação eleitoral que permitia a criação das sublegendas dentro dos partidos políticos, com o objetivo de permitir que rivalidades políticas pudessem conviver dentro do mesmo partido, podendo o mesmo lançar até três candidatos ao mesmo cargo majoritário.

A partir desse novo contexto político, alguns parlamentares subscrevem um documento de criação da Arena, que foi lançado em 30 de novembro de 1965, expressando que os principais objetivos do novo partido eram, primeiramente, apoiar as

⁶ Ver GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

medidas do governo que tinham por objetivo consolidar os ideais progressistas do movimento de 64, bem como defender o aperfeiçoamento da democracia brasileira iniciado pelo novo governo. Dessa forma, a Arena firma de forma clara seus laços com o movimento revolucionário de 1964.

A Arena tem como principal órgão político a Comissão Diretora Nacional, que passa a ser composta, principalmente, por parlamentares e conta com representantes de todos os Estados da Federação, assim como representantes dos partidos extintos, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro II – Origens partidárias dos membros do Diretório Nacional da Arena (1966)

UDN	PSD	PSP	PRP	PDC	PTB	PL	PR	PTN	TOTAL
22	19	5	3	2	2	1	1	1	56

Fonte: GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.**

Assim, quando não olhamos somente a sigla Arena, mas também a origem partidária de seus integrantes, percebemos que esta foi composta por políticos de larga experiência que formavam a nata política dos antigos partidos políticos, com predominância de políticos da ex-UDN e do ex-PSD. Segundo Lucia Grinberg (2009), a Arena é formada por políticos profissionais que aturam de forma destacada durante o regime multipartidário anterior, tendo exercido diversos mandatos legislativos e executivos.

Tal fato é observado quando se constata que o Diretório Nacional da Arena de 1966 é composto por membros com larga experiência política: “2 ex-interventores, 3 ex-governadores de territórios nomeados pelo presidente da República, 9 ex-governadores eleitos pelo voto direto, 18 senadores e 38 deputados federais” (GRINBERG, 2009. p.76). Ou seja, é formado por políticos com larga experiência política e eleitoral. Tal fato é comprovado por Miceli (1991) em seu estudo sobre a elite política pós 30, quando constata que, em Sergipe, a maioria dos integrantes da Arena é composta por políticos que pertenciam a clãs-familiares que dominavam as principais atividades econômicas do Estado citando, como exemplo, os udenistas Leandro Marciel e Walter Franco, este segundo teve o irmão Augusto Franco como candidato e eleito a deputado federal (1966), senador (1970 e 1978 indicado) e governador em 1982. Dessa forma, constata-se que a representação política é uma extensão da autoridade social, que

só vira a ser alterada ao longo do século XX, quando outros setores sociais começam a organizar-se e a fazer da política uma atividade profissional.

Portanto, a Arena é fruto de alianças sucessivas entre udenistas, peesseditas e integrantes de outros partidos, que tinham como principal objetivo político barrar as reformas de base propostas pelo ex-presidente João Goulart, que desembocaram no movimento de março de 1964.

2. Clivagens políticas e a formação da Arena sergipana

Antes de iniciar a abordagem sobre a formação da Arena sergipana, é fundamental descrevermos as clivagens políticas que derem origem ao novo partido, pois seus integrantes advêm dos partidos políticos extintos pelo AI-2, ou seja, a Arena é composta de políticos profissionais que atuam de forma ativa, exercendo vários cargos tanto no legislativo quanto no executivo, bem como cargos políticos nas administrações públicas. Dessa forma, o período multipartidário de 1945-65 é um espaço privilegiado de atuação política, tornando-se essencial a sua compreensão para entendermos a dinâmica partidária da Arena.

Em Sergipe, os estudos (IBARÊ, 1989; FORTES, 1960) realizados sobre o período multipartidário de 1945-65 demonstram que atuam de forma ativa 4 ou 5 cinco partidos. No entanto, três destes – UDN, PSD e PR - acabam por concentrar os votos dos eleitores, chegando a concentrar em torno de si 70% dos votos. Destacam também que são partidos de cúpula e fechados, funcionando de acordo com a vontade do chefe político, chegando ao ponto de, não tendo as suas reivindicações atendidas, deixarem o partido.

A política em Sergipe, para Fortes (1960), é uma forma de segurança para os grandes proprietários, pois são estes que, de forma direta ou indireta, dominam os diferentes partidos políticos no Estado. Esses proprietários, mesmo em diferentes partidos políticos, acabam por se unir em torno de um objetivo em comum: o uso da política em defesa dos seus interesses econômicos.

“Atualmente podemos afirmar, genericamente, que a luta política em Sergipe – exceção feita a alguns ódios familiares que incendiam poucos municípios e nada tem a ver com partidos políticos, senão indiretamente – se resume na procura do domínio

dos postos fiscais com que o vitorioso eleitoralmente poderá contrabandear à vontade.” (FORTES, 1960. p. 92)

Ou seja, a política sergipana é dominada por alguns grupos políticos e familiares que a utilizam para defender seus interesses comuns e que, como veremos mais adiante, em Sergipe, todos os grupos políticos já fizeram alianças políticas entre si, seja por interesses pessoais ou partidários. Portanto, os partidos políticos sergipanos que decidem os destinos do Estado desde 1945 são semelhantes em métodos e objetivos, estando divididos em leandristas (UDN), leitistas (PSD/PR) e macedistas (PTB).

As clivagens políticas que aturam de forma ativa no período multipartidário começaram a ser formadas ainda durante o regime ditatorial do Estado Novo. Rompido com o interventor Eronildes de Carvalho (capitão e médico do exército), Leandro Maciel aproxima-se da família Franco, em ascensão financeira, proprietário do jornal “Correio de Aracaju”, dirigido por Luiz Garcia (advogado). Fazendo oposição à administração do interventor, também faziam parte deste grupo político Heribaldo Dantas Vieira (advogado e proprietário rural), Walter Franco (banqueiro e industrial) e Pedro Diniz Gonçalves. O Outro grupo político é formado pelas famílias Leite-Rolleberg, Sobral, Conde Sobral, Carvalho Neto, Acriziu Cruz, Gervásio Prata e pelos seguidores do Cel. Maynard Gomes. Há também o grupo liderado pelo industrial Julio Leito, que estava ligado por laços familiares e financeiros ao industrial e banqueiro Gonçalo Prado.

Portanto, é esta a clivagem política que dera origem aos partidos políticos que atuaram em Sergipe durante período multipartidário, que durará vinte anos e servirá de base para a formação da Arena.

O primeiro partido a estruturar-se e realizar convenção em março de 1945, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi o PSD, que contou com a participação das principais autoridades do mundo governista estadual, tendo como principal objetivo a solidariedade e apoio à candidatura do general Dutra. Portanto, o PSD foi organizado a partir da máquina política pré-existente, que se articulava em torno de Augusto Maynard Gomes⁷. Esse grupo conhecido como maynardista formou-se na década de 1920, por conta das revoltas tenentistas. Com isso, o PSD incorpora políticos da

⁷Agricultor e Militar formado pela Escola Militar de Porto Alegre, comandante do XXVIII Batalhão de Caçadores de Aracaju, interventor durante o Estado Novo e exerceu os mandatos de Senador da República: de 1947-1951 e de 1955-1957. (informações retiradas do site do Senado Federal)

Primeira República que representam vários setores da economia sergipana: usineiros, pecuaristas, comerciantes etc.

Diferentemente do PSD, que se estruturou a partir da máquina governamental, a UDN demorou a organizar sua convenção que só acontece em 15 de outubro de 1945, tendo como principal liderança Leandro Maynard Maciel⁸ que tinha a intenção de formar um partido de quadros, envolvendo figuras importantes da classe dominante do estado, para que, assim, dessem respaldo ao partido na sociedade. A exemplo do PSD, a UDN é formada por políticos da República Velha e jovens que iniciaram sua atuação política nos anos trinta, contra a ditadura, ou seja, o partido nasce como um dos principais partidos do Estado, com representantes da indústria, do comércio e do patronato rural, mas com a ressalva de seus quadros não terem participado da administração do Estado Novo.

No final do ano de 1945, é fundado o PR em Sergipe, sob a liderança do industrial Júlio Cesar Leite⁹, este possui ligações familiares e financeiras com as principais lideranças do PSD, o que fará os mesmos manterem alianças políticas durante a maior parte do regime multipartidário, como veremos mais adiante. A nível nacional, o PR era dirigido por Artur Bernardes.

O PTB, que a nível nacional é criado por orientação do Ministério do Trabalho, em maio de 1945, com o objetivo de organizar os trabalhadores urbanos, vai começar a ser organizado em Aracaju, capital de Sergipe, somente no mês de setembro do mesmo ano. Sua principal liderança em Sergipe vem do interior do Estado, do município de Estância, o proprietário rural e jornalista Francisco de Araujo Macedo, que segundo Ibarê Dantas (1989), será o responsável por dar um conteúdo ideológico ao partido, como também por contribuir para que os trabalhadores sergipanos, principalmente do meio urbano, continuassem a reverenciar a figura de Getúlio Vargas.

O Partido Socialista Brasileiro será fundado em Sergipe, por remanescentes da Esquerda Democrática, que teve como principais lideranças Orlando Dantas (usineiro e jornalista) e Antonio Garcia Filho (médico), que era uma corrente política no interior da

⁸Filho de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel – advogado e proprietário rural – exerceu os seguintes mandatos: Deputado Provincial - 1851 a 1869, Deputado Geral - 1869 a 1872, Deputado Geral - 1877 a 1885, Deputado Federal - 1890 a 1891, Deputado Federal - 1891 a 1894 e Senador - 1894 a 1903. Formado em Engenharia e proprietário rural exerceu os seguintes mandatos até a fundação da UDN: Deputado Federal - 1930 a 1930, Deputado Federal - 1933 a 1935 e Senador - 1935 a 1937. Já como membro da UDN exerceu os seguintes mandatos: Deputado Federal - 1946 a 1951, Governador – 1955 a 1960 e Senador – 1967 a 1975. (informações tiradas do site do Senado Federal)

⁹Advogado e industrial exerceu os mandatos de Senador da República de 1951-1959 e de 1963-1971. (informações retiradas do site do Senado Federal)

UDN, mas com identidade política própria e tinha como objetivo aprofundar o processo democrático, com uma orientação socialista. A Esquerda Democrática, na sua segunda convenção nacional realizada em agosto de 1948, transforma-se em Partido Socialista que, em Sergipe, continuava tendo como principal liderança Orlando Dantas, que contava com o jornal Gazeta Socialista, de sua propriedade, circulando de forma regular entre os anos de 1948 a 1951, criticando de forma audaciosa o patronato sergipano.

Mas à esquerda do espectro político estavam os comunistas, que tinham uma força eleitoral na capital do Estado, Aracaju, tendo como principais lideranças e cujos discursos agitavam seus seguidores: Armando Domingues, Carlos Garcia e Robério Garcia (ambos irmãos de Luiz Garcia) e Márcio Rollemberg Leite, além de contar com integrantes das campanhas cívicas dos anos da guerra, que viam na ação dos pecebistas a continuidade desta política.

Está formado o quadro político sergipano, tendo à frente como principais forças partidárias o PSD, a UDN e o PR, onde se encontravam os principais quadros políticos do Estado, que representavam a classe dominante. Apesar de estarem inseridos em partidos políticos nacionais com orientação definida, as velhas rivalidades locais estavam representadas nas novas organizações, pois o PSD era uma atualização do PRS¹⁰, a UDN do PSD de Sergipe¹¹ e o PR da URS¹².

Em seu estudo sobre a política sergipana, Bonifacio Fortes (1960) demonstrou que a composição dos diretórios dos partidos ao longo da evolução política, através de suas dissidências internas e outros fatores, permitiu que a classe média passasse a ter espaço dentro dos mesmos. No entanto, continuavam a ter pouca influência nas decisões que contribuíam para o panorama geral da política, em comparação aos tradicionais grupos familiares. O quadro abaixo mostra-nos as principais atividades ocupacionais dos integrantes dos diretórios regionais dos partidos políticos sergipanos.

¹⁰ “Em junho de 1934, as principais lideranças políticas que apoiavam o interventor reuniram-se em casa de Carvalho Neto e decidiram pela fundação do Partido Republicano de Sergipe, que seria formalizado festivamente no Cine-Teatro Rio Branco, em 13.07.34, quando se completavam dez anos do início da primeira revolta tenentista em Sergipe.” (DANTAS, Ibarê. 1989, p. 114)

¹¹ “Em fevereiro de 1934, um grupo de políticos, parte ligada à interventoria e a maior parte ao antigo Partido Republicano de Sergipe, fundou o PSD de Sergipe (Partido Social Democrático de Sergipe), sob influência predominante de Leandro Maciel.” (DANTAS. 1989, p. 113)

¹² União Republicana de Sergipe: partido criado em março de 1933. “A sua fundação realizou-se na Usina das Pedras, do afortunado coronel Gonçalo Rolemberg do Prado – mais poderoso usineiro do Estado - (.....) O acontecimento contou com a presença de usineiros (15 participaram da sua primeira convenção), representativos nomes do patronato rural estadual e alguns intelectuais vinculados, de alguma forma, à classe dominante.” (DANTAS. 1989, p. 104)

Quadro III - Principal atividade ocupacional dos membros do diretório regional dos partidos

Atividade Ocupacional	1945-1958	1961-1962
Proprietário rural	21%	21,7%
Comerciante	12,3%	5,7%
Industrial	6,9%	3,1%
Banqueiro	0,5%	-
Administração pública	20,8%	30,5%
Profissões liberais	16,5%	33,5%
Operários e industriários	5,5%	1,5%
Artífices e trabalhadores independentes	1,9%	2,4%
Comerciantes e bancários	5,9%	2,5%
Sacerdotes	0,17%	-
Outras profissões	8,1%	-
Total	573 agentes políticos	118 agentes políticos

Dados completos referentes a 1961-62: PR, PRT, PSP, PSB, MTR, PTB, UDN.

Dados incompletos do PSD.

Fonte: FORTES, Bonifacio. *Democracia de poucos: um ensaio de ciência política*. Livraria Regina, Aracaju, 1963.

O quadro demonstra que as principais atividades dos integrantes dos diretórios regionais dos partidos estão vinculadas às atividades ligadas à produção e ao capital, às profissões liberais e aos integrantes da administração pública. Em seu estudo, Bonifacio Fortes (1960) destacou que, em 1945, os proprietários rurais estão no topo com 25,6% dos integrantes, seguido dos profissionais liberais (18,1%). Já em 1946-47, os proprietários rurais continuam sendo majoritários, com 34,6%, seguido dos representantes da administração pública (16%) e ficando à frente dos profissionais liberais, com 12%.

A partir dos anos cinquenta, os proprietários rurais perdem a hegemonia, representando 23% dos integrantes dos diretórios, sendo ultrapassados pelos integrantes da administração pública, com 27,7%, e em terceiro lugar os profissionais liberais, com 14,4% dos seus integrantes. Em 1954, os proprietários rurais continuam em segundo lugar, com 14,3% dos membros, seguindo os profissionais liberais, com 16,5%. Neste período, o que chama a atenção é o aumento de profissões indefinidas entre os militantes políticos que, segundo Bonifacio Fortes (1960), aumenta na medida em que a atividade política ganha raízes, ficando estes em terceiro lugar junto aos comerciantes, com 11,5% dos integrantes dos diretórios.

Para o período de 1957-58, os profissionais liberais assumem o primeiro lugar, com 21,5%, seguido dos representantes da administração pública (20,8%), dos

proprietários rurais (16,5%) e dos comerciantes (15,7%). “No cômputo geral, a superioridade está com os proprietários rurais (21,04%). A administração pública (20,8%) segue-lhe de perto. As profissões liberais estão em 3º (16,5%) e atividades indefinidas ou outras profissões em 4º, com 8,1%.” (FORTES, 1960, p. 130)

Esse novo quadro político que acaba de se formar está polarizado em torno da figura de Getúlio Vargas. Em Sergipe, antes mesmo da queda de Vargas, o grupo situacionista, que agora era liderado pelo PSD, já se articulava no sentido de continuar no posto de comando do Estado. Já a oposição a este grupo político será liderada pela UDN. Essa polarização PSD x UDN torna-se realidade desde a primeira eleição em dezembro de 1945, sendo, desde então, como afirma Ibarê Dantas (1989), o grande pólo aglutinador das energias políticas no Estado.

O domínio político do aparato administrativo estadual em Sergipe é dividido em dois ciclos de dominação política, que é marcado pela polarização entre PSD/PR x UDN, passando os partidos políticos a exercerem de forma efetiva suas influências, cuja importância vem crescendo desde 1945, com a construção de identidades políticas partidárias dos diversos grupos sócio-políticos, revelando níveis diferenciados de influência nas esferas de decisão estadual. A força dos diferentes grupos político-partidários pode ser observada pelo quadro abaixo.

Quadro IV - Resultados eleitorais do período multipartidário de 1945-65

Governadores						
Partido	1945	1947	1950	1954	1958	1962
PSD		1	1			
UDN				1	1	
ASD						1
Senadores						
Partido	1945	1947	1950	1954	1958	1962
UDN	1				1	
PSD		1				1
PR	1		1			1
PSP				1		
PTB				1		
Prefeitos						
Partido	1945	1947	1950	1954	1958	1962
UDN		9	15	22	40	23
PSD		20	14	14	9	17
PR		20	8	13	6	6
PTB		1	3	3	3	5
PSP			1	3	2	

PTR						4
PSP-UDN			1			
MTR						1
PST						1
PR-PSD-PRT						1
PTB-PSD-PR					1	
Deputados Estaduais						
Partido	1945	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	-	13	9	9	7	5
UDN	-	9	11	12	15	13
PR	-	7	6	6	6	5
PSP	-	-	2	2	1	-
PTB	-	1	3	3	3	2
PSB	-	1	1	-	-	-
PCB	-	1	-	-	-	-
PRT	-	-	-	-	-	4
PSP/PST	-	-	-	-	-	1
PTR	-	-	-	-	-	2
Deputados Federais						
Partido	1945	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	2	-	2	2	2	1
UDN	2	-	2	3	4	3
PR	1	2	1	1	-	1
PTB	-	-	1	1	1	-
PSB	-	-	1	-	-	-
Dissidência da UDN	-	-	-	-	-	1
Dissidência da PSD	-	-	-	-	-	1

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

As eleições de dois de dezembro de 1945 para a Constituinte Republicana, as alianças políticas entre os partidos em Sergipe, resultaram mais da conjuntura política nacional do que as influências locais. Por esse motivo, partem unidos para o pleito a UDN e o PR, em disputa com os situacionistas do PSD.

Neste primeiro pleito, após o Estado Novo, a aliança entre UDN/PR sai vitoriosa sobre o PSD, elegendo os dois senadores – Walter Franco (industrial) e Durval Rodrigues da Cruz (industrial) - e três deputados – Leandro Maciel (proprietário e engenheiro), Heribaldo Dantas Vieira (proprietário e advogado) e Amando Fontes (fiscal do consumo e escritor) -, enquanto os situacionistas elegem os deputados – Francisco Leite Neto (advogado e professor) e Mauricio Graccho Cardoso (advogado). O principal ganhador deste pleito foi o PR que, por não ter uma grande força política e

eleitoral, beneficiou-se da aliança com a UDN, elegendo um senador e um deputado. Por esse motivo, foi apelidado pela população de “garupeiro” (FORTES, 1960).

Esse quadro político sofrerá significativa alteração para o pleito de 1947. Agora influenciado diretamente pelos fatos locais, a aliança entre UDN e PR será desfeita. Isso ocorre em virtude dos interesses familiares e financeiros que aproximam as lideranças do PR e do PSD, e por contar com rivais dentro da UDN na indústria têxtil e açucareira (FORTES, 1960). Por esse motivo, é realizada a aliança entre PR e PSD, ficando estabelecido que o PSD não lançaria candidatos a deputado federal e, em troca, o PR apoiaria o candidato ao senado, o Cel. Maynard Gomes, e a governança do Estado, o engenheiro civil e educador José Rollemberg Leite. Em âmbito estadual, contaram com o apoio de Francisco Macedo do PTB.

Já os seguidores de Graccho Cardoso retiram seu apoio os pessedistas, e apóiam o candidato da UDN ao Governo do Estado, o advogado e promotor público Luiz Garcia, que conta também com o apoio dos comunistas – dois de seus irmãos fazem parte do PCB – que por este motivo levou a Liga Eleitoral Católica a vetar o nome de Luiz Garcia, estabelecendo pecado mortal o voto no candidato da UDN.

Os dados do quadro IV demonstram uma vitória esmagadora da aliança PSD-PR, em todos os níveis federal, estadual e municipal. Segundo Bonifácio Fortes (1960), esta aliança recebera o apelido por parte da população de “Coligação”, esta parceria entre os dois partidos será mantida até o fim do período multipartidário, tornando-se o PR o fiel da balança na política sergipana.

A política sergipana sofrera algumas modificações para o pleito de 1950, pois o Cel. Maynard Gomes, não tendo mais espaço dentro do PSD, já que contava com poucos diretórios municipais, aproxima-se da UDN e, juntamente com Eronildes de Carvalho, seu adversário político durante a 2ª República e o Estado Novo, passa a comandar o PSP em Sergipe. Maynard enfrentará na disputa para o senado Júlio Cesar Leite (eleito), que conta com o apoio de todo o PSD e PR. Ao Governo, o candidato da UDN será seu principal líder Leandro Marciel que enfrentara o proprietário Arnaldo Rollemberg Garcez, candidato da coligação PSD-PR. Sua escolha foi difícil, quase levando ao colapso o PSD, em virtude das disputas internas. O PTB lança seu principal líder, Francisco de Araujo Macedo, como candidato ao Governo.

Na disputa para a Câmara Federal, houve uma aliança entre PSB, PTB e o PSP. Já a UDN disputa a eleição junto com os integrantes do PST, e o PSD e o PR disputam o pleito isoladamente. O resultado desse pleito, conforme o quadro IV, demonstra que a

UDN consegue reequilibrar a disputa com o PSD-PR e, segundo Bonifácio Fortes (1960), são justamente os pleitos municipais de 1950 e 1954 que vão consolidar a UDN como a principal força política no interior, destacando-se a zona Litorânea e Canavieira.

O governador eleito, Arnaldo Rollemberg Garcez, enfrentara dificuldades em seu governo, em virtude dos desentendimentos entre senador Júlio César Leite (PR) e o deputado Francisco de Araújo Macedo (PTB), além dos desentendimentos entre o seu próprio partido o PSD e o PR. Há também o crescimento da UDN no interior do Estado, que passa a contar com a “Rádio Liberdade” para fazer ataques e desgastar o governador.

Este é o quadro político que irá se construir para as disputas eleitorais de 1954. Os governistas lançam como candidato o médico e proprietário rural Edélzio Vieira de Melo, que não conta com o apoio do PTB, em virtude das desavenças já mencionadas, mas contando com o apoio de Orlando Dantas do PSB. A coligação PSD-PR terá como adversário Leandro Marciel da UDN, que contara com o apoio do PST e facções do PSP. Além disso, conta com o apoio de parte dos integrantes do PTB que, em virtude de uma briga interna entre seus integrantes, Conrado de Araújo e Durval Militão de Araújo, respectivamente tio e sobrinho de Francisco Macedo, resultou na candidatura de ambos à prefeitura de Aracaju, tendo Conrado de Araújo o apoio de Leandro Marciel, em troca do seu apoio à candidatura do mesmo ao Governo do Estado.

O quadro IV demonstra uma vitória da UDN no âmbito geral das eleições, mas essa vitória se dá, considerando os partidos de forma isolada. Esse pleito muda de forma significativa o panorama da política sergipana, já que o candidato da oposição Leandro Marciel derrota o candidato situacionista Edélzio Vieira de Melo, quebrando uma hegemonia política de oito anos da aliança PSD-PR e iniciando um domínio da máquina estadual por parte da UDN e seus aliados, que também durará oito anos, já que no pleito de 1962, haverá uma profunda mudança no quadro político, como veremos adiante.

Agora, pela primeira vez, com o aparato administrativo a seu favor, a UDN lança como candidato a governador Luiz Garcia, que vai contar com o apoio dos comunistas, mas diferentemente do pleito de 1947, quando sofreu represálias da Igreja Católica, neste pleito, a mesma resolveu manter neutralidade. O candidato da UDN também contava com o apoio do PST, mas pela primeira vez lança chapa própria para deputado federal, contando também com o apoio do PDC, ainda em fase embrionária no Estado. Já a oposição (PSD-PR), segundo Ibarê Dantas (1989), sob a liderança e

orientação de Leite Neto, lançou como candidato o ex-governador José Rollemberg Leite, contando com o apoio de Orlando Dantas, líder dos socialistas.

Já o PTB, que tinha a posição mais ambígua, lança como candidato ao Governo Francisco de Araujo Macedo, mas seu irmão José Conrado de Araújo Macedo, lança-se candidato à prefeitura de Aracaju, com o apoio do PSD e do PR, e o seu filho Durval Militão apoiou o candidato udenista ao governo. Esta dispersão familiar dos Macedo, segundo Ibarê Dantas (1989), ajuda-os a deixar sempre bem com os vencedores.

Este pleito, como demonstra o quadro IV, consolida a UDN como principal força política no Estado, pois além de eleger o governador e o senador, elege o maior número de parlamentares à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa, bem como tem um avanço significativo no interior, saltando de quinze prefeitos, em 1950, para quarenta neste pleito. Portanto, a vitória da UDN se dá em todos os níveis da disputa política, o que, segundo Ibarê Dantas (1989), é uma desforra em cima do PSD-PR, pois inverte o quadro político de 1947, tendo ainda como coincidência o fato de os candidatos a governador serem os mesmos.

O governo Luiz Garcia inicia com o objetivo de dar continuidade ao programa do seu antecessor, Leandro Marciel. Seu governo sofre uma sistemática oposição que contava agora com o apoio da “Rádio Jornal”, através de um programa humorístico conhecido como “Risolandia”, como também do jornal “Gazeta de Sergipe” de propriedade do socialista Orlando Dantas, e que vivia o seu período de maior influência.

O governo udenista chega desgastado para a disputa das próximas eleições. Apesar deste fato, a oposição não conta com um nome que pudesse fazer frente ao velho chefe udenista Leandro Marciel, que torna a ser candidato ao Governo do Estado, mas, como destaca Ibarê Dantas (1989), muitos udenistas não consideravam conveniente a sua candidatura e suas próprias decisões não contavam com o acatamento de outrora. O único nome capaz de fazer frente ao ex-governador é o nome do deputado Seixas Dória que atuara com destaque na Assembléia, no Congresso e na campanha presidencial de Jânio Quadros.

Dessa forma, o deputado Seixas Dória é estimulado por correligionários udenistas, bem como por líderes da oposição a lançar sua candidatura ao Governo. O jornal “Gazeta de Sergipe” apóia sua candidatura através de artigos de Pascoal Maynard e José Rosa de Oliveira Neto, favoráveis ao deputado. Já o dono do jornal e chefe do PSB, Orlando Dantas, passa a articular a candidatura nos bastidores, conseguindo

estabelecer uma grande coalizão em torno do deputado, que ficou conhecida como “esquema” (FORTES, 1963; DANTAS, 1989).

A política sergipana, ao longo dos tempos, foi marcada por acordos híbridos e estranhos, mas nesse pleito atinge seu ápice, cabendo destacar que esses acordos são feitos a revelia da maior parte dos diretórios, ou seja, são acordos de cúpula, realizados de cima para baixo. Isso é exemplificado, pelo fato de os dois candidatos ao Governo serem udenistas. De um lado, a Aliança Nacional Trabalhista que é integrada pelos udenistas, integrantes do PTB, PST, parte do PSP e a dissidência do PSD que conta com a participação do ex-governador Arnaldo Rollemberg Garcez, tendo como candidato ao Governo o udenista Leandro Marciel. Do outro lado, a Aliança Social Democrática que é composta pelo PSD, PR, PRT, PTR, PDC e pela dissidência da udenista que tinha como liderança o deputado Seixas Dória, que será o candidato a Governador.

Apesar de toda essa migração intra-grupal ocorrida nesse pleito, Ibarê Dantas (1989) afirma que a polarização continua sendo entre os dois principais partidos políticos sergipanos, no período a UDN e o PSD. Há também de se destacar a afirmação feita por Bonifácio Fortes (1963) que destaca que os udenistas nesse pleito foram mais udenistas do que nunca, pois muitos chefes políticos udenistas do interior votaram em Seixas Dória para Governador, mas no restante permaneceram udenistas.

O deputado Seixas Dória sai vitorioso no pleito, tornando-se Governador do Estado, derrotando a principal liderança udenista do Estado, Leandro Marciel, com uma diferença de 8.689 votos que “foi quase toda conseguida pela votação de quatro dos maiores municípios (Aracaju, Simão Dias, Propriá e São Cristovão), em geral, com vida urbana significativa” (DANTAS, 1989. p. 258) Apesar de sair derrotada na eleição majoritária, a UDN foi o partido que conseguiu eleger a maior bancada federal e estadual, bem como elegeu o maior número de prefeitos, como é demonstrado pelo quadro IV.

É durante o governo de Seixas Dória (ex-UDN), e do seu vice-governador Celso de Carvalho (PSD), que o movimento de 1964 chega ao poder, tendo como objetivo o aprimoramento da democracia e de livrar o país do perigo comunista. Esse fato atingirá o Estado de Sergipe, que tem à frente o governador nacionalista e que havia apoiado as “reformas de base” propostas por João Goulart, participando, inclusive, do Comício de 31 de Março de 1964, ficando fortemente comprometido com o projeto nacionalista.

As constantes ausências do governo, em virtude de viagens, fizeram com que o vice-governador Celso de Carvalho, rico proprietário rural, em Simão Dias, bacharel em

direito, ganhasse destaque junto à população sergipana, principalmente ao grupo que pertencia social e economicamente. Uma dessas viagens do governador Seixas Dória foi justamente no dia 31 de março, chegando no dia primeiro de abril a Aracaju, reassumindo o governo, quando lançou um manifesto de apoio ao presidente da República, fato que levou a Sexta Região Militar a decretar a sua prisão, que foi confirmada pela Assembléia Legislativa, decretando também o seu impedimento. Por 23 votos a 8, Seixas Dória foi deposto.

O governador Celso de Carvalho sofreu uma oposição sistemática por parte da UDN, na Assembléia Legislativa, sobre a liderança de Gilton Garcia, apesar de não ter realizado um governo fortemente partidário, como tinha sido até aqui em Sergipe. Segundo Bonifácio Fortes (1970), o governador Celso de Carvalho tinha a possibilidade de realizar um bom governo. No entanto, as comparações com o prefeito da capital Godofredo Diniz Gonçalves, que realizava uma administração dinâmica à frente da capital, foram-lhes desfavoráveis.

Durante a sua administração à frente do Governo do Estado, Celso de Carvalho sofreu tentativas de afastamento do cargo que havia sido recém-empossado, pois, segundo Ibarê Dantas (1997), já na primeira semana de sua administração, veio a Sergipe o coronel Humberto Melo, que mantinha relações pessoais com o então chefe político udenista Leandro Marciel, para saber do mesmo qual era a sua posição em relação ao sucessor de Seixas Dória. O então líder udenista, já sabendo que o governador Celso de Carvalho contava com o apoio do comando do IV Exército, respondeu que o governo estava entregue em boas mãos, mas que mais adiante voltariam a conversar. Celso de Carvalho cumpre o seu mandato até o final, quando será substituído pelo candidato a ser indicado de forma indireta pelo Governo Federal, como veremos a seguir.

É preciso ressaltar neste momento que algumas lideranças políticas desse período não participaram do regime bipartidário em virtude de falecimento, como por exemplo, Edélzio Vieira de Melo, o ex-prefeito de Aracaju José Conrado de Araújo, que faleceu com um tiro disparado pelo seu próprio revólver, o deputado federal Euclides Paes Mendonça e seu filho o deputado estadual Antônio Oliveira Mendonça, mortos em confronto com o destacamento policial, o deputado Euvaldo Diniz, que morreu vítima de um acidente aéreo, o senador Francisco Leite Neto, que morreu vitimado por um câncer.

Portanto, este é o quadro político sergipano que servira de base para a formação da Arena sergipana, ou seja, será formada por políticos profissionais que tiveram

acentuada participação política no período multipartidário, exercendo diversos mandatos, seja no executivo ou no legislativo, bem como liderando os partidos a que pertenciam.

Em Sergipe, a esmagadora maioria das lideranças políticas de destaque opta pela Arena. Tal fato pode ser exemplificado se considerarmos que, dos sete deputados federais sergipanos, quatro filiam-se à Arena: Arnaldo Rolemberg Garcez (ex-PSD), Lourival Batista, José Passos Porto e João Machado Rollemberg Mendonça, esses últimos ex-udenistas. Um fato que chama a atenção é que, segundo Ibarê Dantas (1997), todos os deputados estaduais sergipanos filiam-se à Arena, sendo o único caso na federação (DANTAS, 1997). Fica evidente que no início da formação da Arena em Sergipe, há uma clara superioridade dos ex-udenistas, dentre eles o que terá maior destaque nesse novo período será Lourival Batista.

Além dessas destacadas figuras políticas, cabe acrescentar que todos os prefeitos, com exceção ao prefeito de Pedra Mole, que não tinha destaque na política estadual, aderiram à Arena, bem como todos os diretórios estaduais dos antigos partidos também se filiaram à Arena.

As principais lideranças políticas que formariam o partido de sustentação do governo reúnem-se em janeiro de 1966 para discutir a formação do novo partido, mas saem da reunião sem um consenso. Mas em fevereiro do mesmo ano, as lideranças reunidas no Palácio Olympio Campos, sede do governo estadual, criaram a organização que daria sustentação ao novo governo. Neste ato de criação da nova legenda, foi aprovada uma moção de apoio ao Presidente Castelo Branco, e a indicação de José Rolemberg Leite e Lourival Batista como representantes da agremiação na esfera nacional.

A primeira diretoria da Arena será composta por representantes dos diferentes partidos: dois da ex-UDN, dois do ex-PSD, dois do ex-PR, um do ex-PRT e um do ex-PTB. Tendo como seu primeiro presidente Dionísio de Araujo Machado (ex-UDN), que foi vice-governador do Estado, eleito em 1958. A Arena conseguiu estruturar-se com facilidade nos 73 municípios sergipanos, diferentemente do MDB que só conseguiu organizar-se em 33 municípios do Estado, já que foram poucas lideranças que optaram pelo partido oposicionista, pois estas preferiram conviver com antigos desafetos a enfrentar o novo governo que se formava.

Nesse momento, procuraremos identificar as principais características do partido governista, a Arena, no Estado de Sergipe. Para tal, analisaremos o contexto eleitoral do

período, ou seja, os resultados eleitorais alcançados pela Arena no Estado, bem como as negociações estabelecidas pelas lideranças arenistas, a fim de preencher os principais cargos do partido no Estado, em virtude da importância dada pela literatura especializada a essas lideranças partidárias nos destinos da política sergipana.

Quadro V - Representação partidária na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa (1966/1978)

Deputados Federais Eleitos				
Partido	1966	1970	1974	1978
Arena	6	5	4	4
MDB	1	0	1	2
Total	7	5	5	6
Deputados Estaduais Eleitos				
Partido	1966	1970	1974	1978
Arena	26	12	11	12
MDB	6	4	4	6
Total	32	16	15	18

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

A quadro acima mostra-nos um predomínio dos arenistas em relação aos emedebistas na composição das bancadas federais e estaduais. Dois aspectos podem ajudar a explicar tal predomínio arenista: o primeiro é a importância em Sergipe do acesso à máquina estatal para o bom desempenho dos partidos políticos. Com isso, os candidatos a deputado federal e estadual podem contar com o apoio da máquina estadual e federal para se beneficiarem eleitoralmente, fato que proporcionou à Arena sergipana eleger 75% dos deputados estaduais e 82% dos deputados federais no período.

O segundo aspecto que beneficiou a Arena foi a incorporação das principais lideranças políticas aos seus quadros. A presença de quatro ex-governadores, dois do ex-PSD José Rolemberg Leite e Arnaldo Rolemberg Garcez, e dois da ex-UDN Leandro Maynard Maciel e Luiz Garcia. Além dessas lideranças dos sete deputados federais, quatro optam pela Arena, e um fato único no país de todos os deputados estaduais passarem a integrar seus quadros políticos.

Esses dois aspectos vão garantir à Arena sergipana a sua força político-eleitoral no Estado, já que o controle da máquina do governo estadual garantiria o apoio das principais lideranças ao partido e, por consequência, a manutenção de um bom desempenho eleitoral por todo o período bipartidário. Esses aspectos ajudam a explicar o fraco desempenho eleitoral do MDB no estado, mas é ressaltado que, na eleição de

1974, o MDB consegue eleger o senador Gilvan Rocha, sendo que tal fato acontece em virtude do desentendimento de algumas lideranças arenistas.

Como já foi dito anteriormente, a Arena sergipana foi formada em seu conjunto, basicamente, por três partidos: UDN, PSD e PR. Serão as lideranças desses três partidos que, no interior da Arena, irão disputar a ocupação dos principais postos políticos. Essas disputas começam antes das eleições para deputados federais e estaduais de 1966, com a indicação do primeiro governador do novo regime.

As eleições estavam marcadas para o dia 15 de novembro de 1966, para a renovação da câmara dos deputados, senado federal e assembléia legislativa, mas a principal preocupação das lideranças políticas sergipanas era a escolha do novo governador, já que, em virtude do calendário eleitoral, Sergipe ficou dentre aqueles onze Estados que escolheriam o governador neste ano. O governador em exercício Celso de Carvalho (ex-PSD), que assumiu o governo após a cassação do governador eleito, em 1962, Seixas Dória, junto com seus correligionários do ex-PSD, propõe a formação de uma chapa única para governador, mas tal idéia não prospera por não agradar as lideranças ex-udenistas, que já estavam preparando-se para a eleição, como é o caso de Augusto do Prado Franco, que já tinha se lançado candidato a governador, e de Leandro Maciel, que desde dezembro de 1965 percorria os municípios sergipanos, preparando os seus aliados para a eleição dos diretórios da Arena (DANTAS, 1997).

Mas, diante das frustrações dos militares com o resultado das eleições de 1965, onde a UDN saiu derrotada, em fevereiro de 1966, é estabelecida a eleição indireta para governador e vice-governador, sendo o chefe do executivo estadual o responsável pela indicação dos prefeitos das capitais. Assim, a eleição para governador teria dois momentos: o primeiro, a Assembléia Legislativa apresentaria uma lista tríplice, que seria enviada para o Presidente da República escolher o nome a ser indicado a governar o Estado. Como neste momento os ex-udenistas tinham maioria dos delegados partidários, estavam dentro da disputa.

A votação dos delegados partidários confirmou essa expectativa dos ex-udenistas, elegendo Leandro Maciel, como o mais votado, com vinte e seis votos, em segundo, Augusto Franco com vinte e dois votos, e em terceiro, Arnaldo Rolemberg Garcez com dezenove votos. Tudo parecia indicar que a liderança da ex-UDN Leandro Maciel seria o escolhido governador, mas o governador Celso de Carvalho já havia expressado ao presidente Castelo Branco a sua preocupação com a indicação de Leandro Maciel para a governança. Com isso, inicia-se uma disputa nos bastidores

contra e a favor de Leandro Maciel. Lourival Batista, outra liderança política ex-udenista, ampliava seus arcos de aliança, dentre eles o do Ministro Chefe da Casa Civil Luis Viana Filho, tornando, com isso, uma alternativa para a escolha do governador (DANTAS, 1997).

O presidente Castelo Branco indica a realização de novas prévias, mas não haveria mais clima para tal. Assim, dezesseis deputados subscrevem um documento autorizando o Presidente da República a resolver o impasse. Castelo Branco convence os três postulantes a renunciarem a disputa e indica Lourival Batista para governador e Manuel Cabral Machado para vice-governador, dando como prêmio de consolação a Leandro Maciel e a Augusto Franco a vaga na disputa eleitoral, respectivamente, a senador e a deputado federal (DANTAS, 1997).

Após a indicação de Lourival Batista para o governo do Estado, é chegada a hora das eleições para as casas legislativas estaduais e federais, conseqüentemente, o primeiro teste eleitoral a ser enfrentado pela Arena. A Arena lança doze candidatos a deputado federal e cinquenta e seis a deputado estadual. Deste, cinquenta por cento pertenciam a ex-UDN, e setenta e cinco por cento dos candidatos a deputado federal. A tônica da campanha foi a disputa entre os próprios integrantes da Arena e, segundo Bonifácio Fortes (1968), foi uma das campanhas com maior corrupção eleitoral já registradas em Sergipe.

A Arena, como já demonstrado na tabela acima, elege seis deputados federais, enquanto o MDB só elege um, e vinte e seis deputados estaduais, enquanto o MDB elege apenas seis. Vejamos na tabela abaixo o peso dos antigos partidos nas bancadas arenistas.

Quadro VI - Filiação aos antigos partidos dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena (1966)

Deputados Federais Eleitos							
Ano	PR	PSD	UDN	PTB/MDB	ARENA	Total	
1966	1	1	4	-	-	6	
Deputados Estaduais Eleitos							
Ano	PR	PSD	UDN	PST	PSP	ARENA	Total
1966	3	6	14	1	1	1	26

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

Esse primeiro pleito é marcado por inúmeras medidas coercitivas por parte do governo federal, como prisão, cassação e impedimento de candidaturas de alguns

agentes políticos, e por ser considerado o primeiro teste eleitoral da Arena, como também pela dificuldade do partido oposicionista em conseguir organizar seus diretórios regionais e municipais, além da dificuldade de conseguir a adesão de lideranças políticas que estivesse disputas a se candidatar pelo partido oposicionista.

Nessa fase, fica evidente que a bancada arenista tanto na câmara federal, quanto na assembléia legislativa tem um baixo índice de fragmentação de representantes dos antigos partidos. Nesse primeiro pleito, fica evidente a superioridade dos ex-udenistas na câmara federal e na assembléia legislativa, mostrando sua força política dentro da nova agremiação, seguido pelos ex-peesseditas e pelos ex-peerrepistas.

Essa legislatura será marcada pela presença de políticos com longa experiência política, já que, para a câmara federal, são eleitos ex-governadores e ex-deputados federais, como também na assembléia legislativa quase todos os deputados eleitos pertenciam aos antigos partidos, com exceção de um deles que tem sua primeira filiação já na Arena.

Lourival Batista governa o Estado de Sergipe de janeiro de 1967 a maio de 1970, quando renuncia ao cargo de governador, seis meses antes das eleições, para disputar a eleição de senador, gerando, assim, problema institucional a ser resolvido pelo governo federal. O seu vice Manuel Cabral Machado prefere ir para o Tribunal de Contas do Estado, só que a posse do novo governador estava marcada apenas para março de 1971. Com isso, era necessária a escolha de um governador interino, o presidente da Assembléia Legislativa Wolney Leal de Melo, que passa um mês no cargo, até ser escolhido quem cumpria o mandato tampão (DANTAS, 1997).

Em meio às divergências internas entre as principais lideranças arenistas, o Presidente da República comunica que terão setenta e duas horas para lhe enviar a lista tríplice contendo o nome dos candidatos a governador e vice-governador. Após reunião das principais lideranças da Arena, que durou horas, é escolhido o nome dos postulantes a governador Cyro Carvalho Tavares, José Carlos de Souza e João Andrade Garcez, e para vice-governador os nomes de Luciano Monteiro Sobral, Pedro Barreto Siqueira e Manoel Prado Vasconcelos (DANTAS, 1997).

Foram escolhidos pelo governo federal para governador e vice-governador, respectivamente, João Garcez e Manoel Prado Vasconcelos. João Garcez não contava com experiência política, pois era um homem dedicado à profissão de cirurgião dentista, mais tarde confessando que se filiou à Arena, pois tinha sido informado que todo servidor federal era obrigado a fazê-lo. Durante seu governo, iniciou a realização de

uma reforma administrativa, a construção de adutoras no sertão, mas os principais feitos de seu governo foram as obras de preparação para a construção do Porto, e conseguiu que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador. Mas as eleições do último trimestre de 1970 ficaram sob o comando de Paulo Barreto de Menezes, que era o governador indicado. Com isso, tornara-se o delegado da revolução e tinha como objetivo empenhar-se na eleição de seus correligionários arenistas (DANTAS, 1997).

Nas eleições legislativas desse ano, a Arena lançou nove candidatos a deputado federal, elegendo cinco para as cinco cadeiras disponíveis, e lançou vinte candidatos a deputado estadual, elegendo doze deputados das dezesseis vagas para a assembléia. Além disso, elege dois senadores, das duas vagas disponíveis. Mas uma vez, a Arena saiu vitoriosa sobre o MDB. A quadro abaixo mostra a origem partidária dos eleitos pela Arena sergipana.

Quadro VII - Filiação aos antigos partidos dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena (1970)

Deputados Federais Eleitos								
Ano	PR	PSD	UDN	PTB/MDB	ARENA	Total		
1970	1	-	2	1	1	5		
Deputados Estaduais Eleitos								
Ano	PR	PSD	UDN	PST	PSP	ARENA	NI*	Total
1970	2	4	3	-	-	2	1	12

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

* Não identificado

As eleições de 1970 ocorreram sob a influência do Ato Institucional nº 5 que foi implementado em dezembro de 1968. A Arena neste pleito, segundo a grande maioria dos analistas, estava mais segura do que nunca em sua vitória eleitora. Pois o MDB foi punido, tanto pelo governo por sua postura mais agressiva durante a crise política de 1968, bem como pelo eleitorado, por ter assumido uma postura extremamente moderada durante as eleições.

Como na eleição passada, continua o baixo índice de fragmentação da bancada tanto federal, quanto estadual, no que diz respeito à origem partidária. Na câmara federal, continua predominando a presença de ex-udenistas, mas dessa vez, os ex-peesseditas não elegem nenhum representante. Fato que chama a atenção é a presença de um ex-petebista, com participação política no MDB, já que integrou o gabinete executivo regional do partido em 1966, na bancada federal arenista. Chama a atenção

pela primeira vez na bancada federal a presença de um deputado federal que teve a sua primeira filiação já na Arena.

Já a composição da bancada arenista na assembleia legislativa apresenta neste pleito um maior equilíbrio entre os representantes dos antigos partidos, chamando a atenção a redução da bancada representante dos ex-udenistas, que é reduzida de forma significativa, como também os ex-peerepistas e os ex-peesseditas veem a sua bancada reduzida, mas em uma menor proporção, e a presença de dois parlamentares que tiveram sua primeira filiação já na Arena, que será uma presença constante nas próximas eleições.

Nas eleições de 1974, o Presidente da República designou o senador Petrônio Portela a percorrer os estados da federal a fim de traçar um diagnóstico da situação política de cada estado. Em maio, o senador chega a Sergipe e tem reuniões com as principais lideranças políticas, bem como os pretendentes ao cargo de governador, e sai de Sergipe com uma lista de quatro nomes, prometendo que o resultado seria divulgado pelo presidente da Arena sergipana José Rolemberg Leite.

Um mês após a partida do senador Petrônio Portela, José Rolemberg Leite é chamado a Brasília, quando é informado que foi o escolhido, mesmo o seu nome não estando na lista como pré-candidato a governador. Segundo Ibarê Dantas (1997), sua escolha era um sinal de que a abertura política seria estimulada em Sergipe, pois era considerado um político discreto nas suas atitudes e falas, pela habilidade com que conduzia as diferenças partidárias, por isso seu nome surgiu como alternativa à conciliação, em virtude das disputas intrapartidárias que surgiram na indicação dos nomes. Como de costume, seu nome foi aprovado pela Assembleia Legislativa, tendo a bancada de oposição sido contrária à forma de escolha do governador e retirando-se do plenário.

A escolha dos candidatos que disputariam o pleito de 1974 tanto para a câmara federal, quanto para a assembleia legislativa ocorreu de forma tranquila, preenchendo todas as vagas disponíveis ao partido. Já a escolha do candidato a senador Leandro Maciel ocorreu de forma disputada, visto que a convenção foi adiada duas vezes, tendo quinze votos em branco e treze ausências em um colégio eleitoral de cento e trinta e seis membros, segundo Ibarê Dantas (1997), era um sinal que a rivalidade entre UDNxPSD ainda existia no interior do partido.

O resultado das eleições foi novamente favorável à Arena, elegendo quatro deputados federais, de cinco vagas disponíveis, onde seus candidatos venceram em

sessenta e sete dos setenta e quatro municípios sergipanos, já para a assembléia legislativa, a Arena elegeu onze deputados estaduais, das quinze vagas disponíveis. Apesar do resultado favorável para a câmara e para a assembléia estadual, neste pleito, seu candidato ao senado sai derrotado, sendo eleito o candidato emedebista. Vejamos na tabela abaixo a proporção dos antigos partidos nas bancadas arenistas.

Quadro VIII - Filiação aos antigos partidos dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena (1974)

Deputados Federais Eleitos							
Ano	PR	PSD	UDN	PTB/MDB	ARENA	Total	
1974	1	1	1	-	1	4	
Deputados Estaduais Eleitos							
Ano	PR	PSD	UDN	PST	PSP	ARENA	Total
1974		4	2	-	-	5	11

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

As eleições de 1974 foram marcadas pelos primeiros efeitos da “abertura” política, iniciados pelo governo federal, através da eliminação das formas mais explícitas de coerção política, mas com a preocupação de manter sua maioria parlamentar, assegurando, assim, a aprovação de medidas consideradas fundamentais, em virtude das reformas legais previstas. Portanto, tinha a intenção de legitimar seu governo através do fortalecimento eleitoral.

A fragmentação da bancada em relação aos antigos partidos continua sendo baixa. Fato que chama atenção é o maior equilíbrio dos representantes dos antigos partidos na bancada federal, tendo cada um dos partidos um representante, sendo os ex-udenistas os principais derrotados, pois foram os que perderam o maior número de representantes desde a eleição de 1966. Já a composição da bancada arenista na assembléia legislativa continua equilibrada entre os representantes das antigas legendas. Fato que chama a atenção é que neste pleito os representantes daqueles que tiveram a sua primeira filiação já na Arena passam a ser maioria na bancada arenista.

A sucessão estadual de 1978 marca a indicação de Augusto Franco para o governo do estado, após três tentativas frustradas. Sua indicação acontece em uma reunião fechada, conciliando seu interesse de ser governador, com o de Lourival Batista de ser candidato ao senado federal. Como este acordo aconteceu em uma reunião fechada, era preciso conseguir o apoio dos demais correligionários, quando tudo indicava tranquilidade, o ex-governador Celso de Carvalho manifesta sua discordância

com este acordo, principalmente com o nome para o governo do estado, que chegou a apresentar uma chapa alternativa ao nome de Augusto Franco (DANTAS, 1997).

Augusto Franco contava com apoios políticos importantes, como o do deputado estadual Helio Dantas que se pronunciou da tribuna da assembléia em favor de Augusto Franco, sem contar o apoio do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, seu filho Albano Franco, do Delegado do Trabalho em Sergipe, do Presidente da Federação dos Trabalhadores Industriais de Sergipe, que encaminharam um documento ao presidente nacional da Arena, apoiando o nome de Augusto Franco ao governo do estado, contando também com o apoio do ex-governador mineiro Magalhães Pinto. As negociações prosseguiram, e em meados de abril, foi escolhido pelo governo federal o nome de Augusto Franco para o governo do Estado (DANTAS, 1997).

Como nos pleitos anteriores, há uma baixa fragmentação da bancada arenista em relação aos representantes dos antigos partidos. Em virtude da derrota ao senado na eleição anterior, a Arena prepara-se melhor para essa eleição e consegue uma vitória esmagadora para o senado, com sessenta e cinco por cento dos votos válidos, perdendo em apenas uma seção do interior, no total de vinte e uma seções. Para a câmara dos deputados e para a assembléia legislativa, continua o predomínio arenista, elegendo, respectivamente, quatro das seis vagas, e doze das dezoito vagas. O quadro abaixo mostra a proporção das antigas legendas nas bancadas arenistas.

Quadro IX - Filiação aos antigos partidos dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena (1978)

Deputados Federais Eleitos								
Ano	PR	PSD	UDN	PTB/MDB	ARENA	Total		
1978	1	1	-	-	2	4		
Deputados Estaduais Eleitos								
Ano	PR	PSD	UDN	PST	PSP	ARENA	NI*	Total
1978		1	2	-	-	3	6	12

Fonte: DANTAS, J. Ibarê C. Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

* Não identificado.

A eleição de 1978 é marcada pela crescente oportunidade dos debates políticos entre os dois partidos (ARENA e MDB) através dos meios de comunicação, o que proporcionou um maior espaço político ao partido oposicionista, podendo, com isso, mobilizar seu eleitorado de forma mais eficiente. Para o governo federal, era

fundamental o bom desempenho eleitoral, para que o processo de abertura implementado de forma “gradual e segura” pelo governo fosse garantido.

Como nos pleitos anteriores, há uma baixa fragmentação da banca em relação às antigas legendas. Dessa vez, o fato marcante é a não eleição de nenhum ex-udenista para a câmara federal, caindo de quatro representantes em 1966, para nenhum representante neste pleito, como também pela primeira vez os representantes dos que tiveram sua primeira filiação já na Arena, passam a ser maioria na bancada federal arenista sergipana. Outro fator que chama a atenção é que os ex-peerepitas contam com um representante em todos os pleitos, mostrando, assim, uma estabilidade desse grupo político.

Ibarê Dantas (1997) chama a atenção para dois aspectos dos pleitos realizados durante o regime militar: o baixo índice de votos nulos e brancos nas eleições e o índice renovação tanto na câmara federal, quanto na assembleia legislativa. Para a câmara dos deputados e a assembleia legislativa, incluindo as eleições de 1982, o índice é, respectivamente, de 20,72% e de 17,33%, como também o índice de abstenção que tem uma média no período de 22,38%, mostrando que há uma participação relevante nos pleitos realizados durante o regime autoritário.

Quanto ao índice de renovação das bancadas, a assembleia legislativa apresenta um índice de renovação superior, já que em todos os pleitos (1966-70-74-78) fica superior a cinquenta por cento, já para a câmara dos deputados, nos pleitos de 1966 e de 1970, ficam em quarenta por cento o índice de renovação. Assim, o índice de permanência dos deputados federais e estaduais é maior neste período do que no período multipartidário anterior, representando o baixo índice de competição e o controle exercido por parte de determinadas lideranças.

Portanto, fica constatado que os representantes arenistas tanto os da bancada federal, como os da bancada estadual, provêm basicamente da UDN, do PSD, do PR e daqueles que tiveram sua primeira filiação já na Arena. Na primeira eleição, há um claro predomínio dos ex-udenistas sobre os demais, mas nas eleições seguintes, é verificado um equilíbrio de força entre ambos. Fica claro que, no interior da Arena, há um espaço de disputa e de reafirmação de rivalidades e lealdades partidárias, entre as suas principais lideranças políticas, revelando, assim, a influência que o sistema multipartidário anterior exercia dentro da Arena e o papel que essas lideranças forjadas no multipartidarismo exerciam dentro da agremiação governista.

CAPÍTULO 2 – AS BASES SOCIAIS DO RECRUTAMENTO PARLAMENTAR DA ARENA SERGIPANA

O objetivo deste capítulo é a compreensão do processo de recrutamento parlamentar dos deputados federais e estaduais eleitos pela Arena de Sergipe. Para isso, é fundamental a exposição das bases sociais das referidas candidaturas, como também a apreensão do espaço político em que ocorrem as disputas eleitorais. Portanto, expor as práticas e concepções que estão em torno do recrutamento desses parlamentares e de suas candidaturas, revelando, desse modo, seus deslocamentos nos processos de tomada de posição, sendo influenciados por códigos partidários de conduta.

Com isso, torna-se possível a compreensão das transações materiais e simbólicas que dão sentido à dinâmica das disputas eleitorais¹³. A utilização desses recursos sociais disponíveis no mercado e que não são distribuídos de forma homogênea entre os homens políticos os obriga a utilizá-los de maneira diferenciada, gerando uma hierarquia política dentro das organizações. Dessa forma, a posse desses recursos define as formas de concorrência e de êxito eleitoral por parte dos candidatos, ou seja, sua força de mobilização eleitoral está diretamente vinculada ao controle desses recursos, de forma a cultivar relações construídas a partir do mesmo e de restringir o acesso de seus adversários a estes.

Assim, procuramos esclarecer não a legitimação da política enquanto tal, mas daqueles agentes situados no pólo eleitoral, daqueles que se utilizam de determinados recursos em busca do sucesso político-eleitoral. Portanto, não é qualquer legitimação, mas de determinados recursos que podem ser utilizados de forma relevante nas lutas político-eleitorais, ou seja, de características sociais tidas como relevantes. Mas a reconversão desses recursos, sejam diretamente vinculados à política ou não, nunca é direta, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados diferenciados (CORADINI, 2001).

O que está em pauta não são essas classificações (profissional, origem social etc.), mas os códigos políticos que dão sentido à interpretação eleitoralmente relevante dessas classificações, criando, dessa forma, uma identidade entre os eleitores e os candidatos a cargos eletivos.

¹³ Não se trata de uma dicotomia entre as duas esferas desse processo, mas sim de uma relação entre ambas. (LACROIX, 1985)

São esses recursos distribuídos de forma desigual entre os indivíduos e reconvertidos em trunfos político-eleitorais que possibilitam a construção de uma carreira política. Apreender os meios que possibilitam essa construção permite-nos entender o vínculo estabelecido entre a representação e as oportunidades oferecidas aos indivíduos, que possuem recursos valorizados e legitimados pela sociedade, revelando a presença de diferentes tipos de capital político.

De um lado, o capital político construído com recursos pessoais, que são baseados no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua trajetória e que vão ser reconvertidos em trunfos eleitorais. De outro lado, o capital político delegado por uma organização, que são oferecidos ao indivíduo que não dispõe de recursos pessoais suficientes para a construção de uma carreira política¹⁴.

A partir da posse desses dois tipos de capital político, pode-se estabelecer duas vias de acesso ao universo político que foram classificadas por Dogan (1999) como exógenas e endógenas, feitas a partir da extração social das elites políticas e do peso de suas “heranças políticas”. A via de acesso exógena ocorre através da mobilização de recursos provenientes de fora do espaço político, o que proporciona ao agente político maior independência das organizações políticas e menor tempo de militância para a indicação à disputa de um mandato eletivo (SANTOS, 2000).

Já a via de acesso endógena ocorre a partir da mobilização de recursos provenientes do meio propriamente político, obrigando o aspirante a uma carreira parlamentar que tem grande dependência em relação ao partido, pois é este que lhe oferece as condições necessárias para a disputa eleitoral, o que o obriga a seguir de forma rigorosa as regras e diretrizes do partido político. Assim, o indivíduo começa por baixo na hierarquia político-partidária, mas com sua contribuição e lealdade, ao longo do tempo, permite a sua progressão dentro da estrutura partidária, a fim de almejar uma cadeira no parlamento (SANTOS, 2000).

Portanto, é de fundamental importância para o indivíduo possuir algum tipo de capital político para a obtenção de um mandato parlamentar, ou seja, de uma vitória político-eleitoral. Esse recurso, além de servir como impulsionador de uma carreira política, sendo agregado a outros recursos adquiridos no exercício do mandato, tem a função de dar continuidade à carreira política dos parlamentares, podendo servir como redirecionador para outros postos de decisão política.

¹⁴ Ver Bourdieu (1989).

Para Grill (1999), interpretar as classificações a partir da contraposição entre trajetórias baseadas em recursos coletivos e as baseadas em recursos pessoais, que estão associadas à forma de ingresso na carreira política é equivocada, já que o fundamental é a apreensão do predomínio do volume de capital social adquirido por parte dos agentes políticos, sendo as relações partidárias apenas um dos componentes a serem administrados pelos agentes políticos.

1 - Origens sociais dos deputados arenistas

Para melhor compreensão das disputas político-eleitorais por cargos públicos, torna-se fundamental apreender os diferentes condicionantes do recrutamento em um espaço abrangente de tempo (GRILL, 1999). Por conta disso, examinaremos os perfis dos deputados federais e estaduais (sergipanos) eleitos nas quatro legislaturas (1966, 1970, 1974 e 1978) ocorridas durante o período bipartidário brasileiro.

Nesse momento, busca-se apreender a extração social desses deputados eleitos, a fim de desvendar as peculiaridades relativas aos mecanismos de recrutamento e seus efeitos sobre o que se designou chamar de carreira política. Para isso, é fundamental a comparação entre os dados dos deputados federais e estaduais, mediante os diferentes recursos possuídos por estes e distribuídos de forma desigual no espaço político, possibilitando a compreensão de variações de acesso aos referidos cargos, bem como identificar os diferentes estágios das carreiras políticas dos agentes políticos.

“Analisar as posições sociais originárias dos políticos contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, quanto para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais” (MARENCO e SERNA, 2007, p. 3).

Portanto, os quadros abaixo mostram-nos uma dimensão mais formal das origens sociais (GRILL, 1999) dos deputados, revelando o grau de instrução e a profissão tanto dos deputados, quanto dos seus pais.

1.1 - Os Deputados Federais

Quadro X – Escolaridade dos deputados federais

Escolaridade	Número de deputados
Primeiro grau (completo ou não)	
Segundo grau e curso técnico (completo ou não)	1
Superior completo e incompleto	6
Especialização, mestrado e doutorado	3
Curso Superior Militar	

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Quadro XI - Profissão dos deputados federais

Profissão	Número de deputados
Proprietário Rural	4
Comerciante	
Empresário / Industrial	3
Funcionário Público	2
Advogado	6
Médico	2
Engenheiro	2
Jornalista	2
Militar	
Contador	
Químico Industrial	1
Total	22*

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

* A maior parte dos 10 deputados exerciam mais de uma profissão.

Quadro XII - Profissão do pai dos deputados federais

Profissão	Número de deputados
Proprietário Rural	3
Comerciante	3
Agricultor	1
Empresário / Industrial	1
Funcionário Público	1
Advogado	
Jornalista	1
Médico	
Engenheiro	1
Total	11

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Os dados acima demonstram de forma global os recursos iniciais utilizados pelos deputados federais eleitos. Analisando alguns casos separadamente, percebe-se a relação estabelecida entre o título profissional e seus significados assumidos de forma diferenciada pelos deputados, buscando, assim, a compreensão das diferentes formas de uso do conjunto de recursos disponíveis¹⁵.

Em uma primeira comparação, vejamos o exemplo do perfil dos deputados Celso de Carvalho, Eraldo Lemos e João Machado, que foram classificados como advogado, médico e engenheiro.

O deputado Luiz Garcia é filho do comerciante Antônio Garcia Sobrinho que além da sua atividade comercial, participava ativamente da vida política do município de Rosário do Catete, comandando a política do município junto com o também comerciante Pedrinho da Farmácia. Seus irmãos Carlos Garcia e José Garcia Neto foram vereadores em Aracaju. O deputado Francisco Guimarães Rollemberg é filho do comerciante Antônio Valença Rollemberg, que também foi prefeito de Laranjeiras por três mandatos, como também seu irmão Heráclito Rollemberg, que foi deputado estadual por vários mandatos. O deputado João Machado Rollemberg é filho do fazendeiro e dono de engenho Agenor Mendonça e de Julieta Rollemberg Mendonça (faleceu quando João Machado tinha sete dias de vida, que é neta do Barão de Japarutuba).

Os três deputados nasceram no interior do Estado de Sergipe, nos municípios de Rosário do Catete, Laranjeiras e Pacatuba, respectivamente. Por conta disso, foram obrigados a migrar para a capital Aracaju para a conclusão dos estudos e para fora do

¹⁵ Ver Grill (1999)

Estado, a fim de cursarem a universidade. Luiz Garcia inicia sua participação política a convite do amigo da família Leandro Maciel, no PSD de Sergipe. Já bacharel em direito e promotor público, é eleito deputado estadual constituinte, em 1934, participando da elaboração da constituição do Estado de 1935. Já pela UDN, será deputado estadual, federal e governador do Estado.

O deputado Francisco Rollemberg iniciou sua participação política no movimento estudantil secundarista, formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1960, voltando a Sergipe para exercer a profissão, atuando tanto no setor público quanto no privado quando, com a eleição de seu irmão para a Assembléia Legislativa, passa a atender pessoas vindas do interior com a recomendação dos deputados, o que o levou a entrar de vez para a política, sendo eleito o deputado federal mais votado no pleito de 1970. O deputado João Machado também inicia sua participação política no movimento estudantil secundarista, tendo sido presidente da Associação dos Estudantes Secundaristas de Sergipe, como também foi presidente do departamento estudantil da UDN, quando do golpe de 1937. Forma-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia no ano de 1952, voltando a Sergipe para exercer a profissão, monta uma empresa com o amigo Euvaldo Diniz, atuando no setor da construção civil, quando, em 1958, recebe o convite do então governador Luiz Garcia para assumir a Secretaria da Fazenda, aceita o convite, e com isso, entra de vez para a política, sendo eleito deputado federal no pleito de 1962.

Os três deputados pertencem a famílias com destaque na política sergipana. Por conta disso, o diploma de nível superior obtido por eles, serve apenas para reforçar os laços familiares e as relações locais já conquistadas. Assim, as habilidades profissionais não são um elemento central na conquista e manutenção de inserções sociais, mas um recurso, que somado aos já conquistados, será reconvertido não só em trunfos eleitorais, mas também em sua atuação legislativa.

Neste segundo momento, vejamos a comparação do perfil dos deputados Augusto do Prado Franco e Arnaldo Rollemberg Garcez, que foram classificados como empresário e proprietário rural.

O deputado Augusto do Prado Franco é filho do coronel Albano do Prado Pimentel Franco, um grande proprietário de terras, dono da Usina São José em Laranjeiras, e de Adélia do Prado Franco, irmã de um grande proprietário de terras, o Sr. Flávio Prado, da Usina Pinheiro em Siriri. Seu irmão Walter Franco atuou no sindicato dos usineiros de Sergipe, destacando-se também na política como senador e

deputado federal por Sergipe. O deputado Arnaldo Rollemberg Garcez é filho de João Sobral Garcez e de Alzira Barreto Garcez. O sobrenome Rollemberg é acrescido ao seu nome por conta de sua mãe ter sido criada por Adolfo Rollemberg, grande proprietário rural e dono do engenho Escurial em Itaporanga.

Augusto Franco formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1937. No ano seguinte, fez especialização no Hospital São Francisco Xavier no Rio de Janeiro. Voltando a Sergipe, monta um consultório, mas não chega a exercer a profissão, por ser obrigado a tomar frente aos negócios da família, junto a sua mãe e dois irmãos. Por sua atuação como empresário, chega a ocupar a presidência do Sindicato dos Produtores de Açúcar de Sergipe no ano de 1963/69. Com as novas possibilidades políticas criadas pelo regime militar, passa a dedicar-se à política partidária como estratégia de novas aspirações, elegendo-se deputado federal no pleito de 1966.

Já Arnaldo Garcez não teve condições de realizar o curso universitário, já que sua família não queria sua ausência por quatro anos, por ser Arnaldo Garcez que comandava a fazenda da família. Portanto, dedica-se aos afazeres da fazenda, em virtude da orientação familiar de apenas entrar para a política depois de ter condições de ser capaz de administrar os próprios bens. Por orientação do tio e sogro Sílvio Garcez, ingressa na política local, filiando-se à União Republicana, sendo eleito para a Assembléia Constituinte Estadual no ano de 1934.

Os dois perfis demonstram a forte vinculação dos dois deputados com um mundo rural, em virtude de pertencerem a famílias ligadas à produção do açúcar. O que diferencia ambos é que Augusto Franco possui o título universitário, mas que não chegou a utilizá-lo como um recurso de inserção social, já que o principal recurso de ambos representa as inserções sociais já conquistadas pelos laços familiares e vínculos locais, ou seja, já possuem uma rede de relações sociais formada, o que lhes permite o acesso aos círculos políticos locais e estaduais.

Percebe-se, através dos cinco perfis aqui descritos, que as origens sociais dos deputados federais não são diversificadas, já que todos eles estão de forma direta ou indireta, ligados ao mundo rural, o que é fundamental em um Estado onde a sua economia é extremamente dependente da produção rural, principalmente do setor açucareiro. Além desse fato, pertencem a famílias com destacada atuação política, o que torna esse universo familiar, bem como o estabelecimento de vínculos partidários já estabelecidos.

Com a apresentação dos dados relativos à origem social dos deputados (profissão e escolaridade tanto dos deputados, quanto de seus pais), é fundamental neste momento conjugá-los às suas inserções sociais anteriores à carreira política, já que, muitas vezes, estas não são percebidas pelos deputados como sendo de ordem política (GRILL, 1999). Portanto, no quadro abaixo, estão listados os diferentes domínios sociais manipulados pelos deputados.

Quadro XIII - Inserção social dos deputados federais

Inserção Social	Número de deputados
Líder estudantil	3
Líder comunitário	
Militância política e relações partidárias	10
Movimento sindical e patronal	4
Jornal, rádio e televisão	3
Religião	
Esportes	
Advocacia	5
Militar	
Professor	2
Cultural / Intelectual	4
Medicina	2
Engenharia	2

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Os dados apresentados demonstram baixa inserção dos deputados pelo movimento estudantil, já que apenas três deles tiveram essa experiência, bem como a não participação dos deputados em movimentos locais, como associação de moradores, ou seja, em movimentos comunitários, há não participação também em movimentos religiosos e esportivos.

O que fica evidenciado é a forte participação familiar na política, pois esta militância é sobretudo formal, com a participação dos pais ou de outros parentes como lideranças políticas locais, que realizavam mediações com prefeituras ou outros políticos importantes, bem como a efetiva participação, assumindo cargos de prefeito, vereador, deputado, governador, etc. As outras classificações são mais homogêneas e ocorrem em virtude da relação profissional do deputado, como, por exemplo, a participação em entidades patronais ligadas ao setor açucareiro, a elaboração de livros

técnicos das respectivas profissões, como também a participação em jornais na elaboração de artigos.

O tratamento dessas informações será feito a partir da apresentação de alguns casos que abrangem o conjunto de dados apresentados com relação à profissão, à inserção social e às posições partidárias dos deputados, o que evidencia as relações de lealdade existentes (GRILL, 1999).

O deputado Celso de Carvalho descende de uma família de proprietários rurais, filho do engenheiro agrônomo João Matos de Carvalho. Exerceu plenamente a profissão no Estado de São Paulo, em Piracicaba, mas em virtude da morte de seu pai, o médico Joviniano de Carvalho, que foi deputado federal por Sergipe de 1901 a 1914, volta a Sergipe para cuidar dos negócios da família, montando um engenho em Simão Dias, nas terras conhecidas como Escurial. Pelo lado materno, descende de Sebastião de Andrade, que recebeu o título pela Santa Sé de Barão de Santa Rosa, por ter sido benemérito construtor da igreja matriz de Simão Dias.

Já formado em direito, pela Faculdade de Direito da Bahia, passa a advogar em sua cidade natal, preparando a sua carreira política. Em virtude de pertencer a uma família com destaque na política, filia-se ao PSD, em 1945, ao lado de duas figuras importantes no município: Gervázio Prata e José Dória de Almenda, sendo candidato a prefeito da cidade em 1947, tornado-se aos vinte e quatro anos o primeiro prefeito de Simão Dias após a redemocratização. Com o término do mandato e depois de ter apoiado Carvalho Deda para a Assembléia Legislativa, aceita ser pretor judiciário em Campo do Brito até a reforma do judiciário que acabou as pretorias, voltando a advogar.

Por sua atuação na Assembléia Legislativa como deputado estadual (1954/1962), é escolhido pela coligação PSD e PR para ser o candidato a vice-governador na chapa com o deputado federal Seixas Dória. Substituiu o governador em vários momentos, em virtude da ausência do mesmo, mas com o golpe militar e com a deposição do governador Seixas Dória, Celso de Carvalho assume o comando do Estado, exercendo o mandato até o ano de 1967, mas sofrendo pressões dos udenistas sobre a liderança de Leandro Maciel que, a todo o momento tentava removê-lo do cargo de governador. Com o fim dos partidos políticos, filia-se à Arena por onde irá se eleger deputado federal para os mandatos de 1975 a 1982.

O deputado Eraldo Lemos descende de uma família de proprietários rurais ligados à pecuária. É irmão do médico Mário Machado de Lemos, que exerceu vários postos de direção na saúde pública, em níveis estaduais, federais e internacionais, sendo

funcionário da Organização Mundial da Saúde e chefe da Organização Pan-Americana de Saúde, além de ministro da saúde no governo Emílio Médici.

Eraldo Lemos formou-se em medicina na Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, na turma de 1947, exercendo a profissão nos Estados de Sergipe e Bahia. Na faculdade, participa do movimento estudantil, sendo presidente do centro acadêmico de sua faculdade, o que o levou a ser secretário geral e presidente da União Nacional dos Estudantes, representando a entidade e os estudantes brasileiros em encontros internacionais: o Congresso Pan-Americano de Estudantes, realizado no Chile, na Conferência Mundial da Juventude, realizada em Londres, e no Congresso Mundial de Estudantes, realizado em Praga. Formou-se também em direito pela Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1954, chegando a exercer a profissão de advogado, atuando também como jornalista.

Atuou com destaque na medicina, o que o levou a participar da fundação e da primeira diretoria da Associação Médica Brasileira, em 1951, quando já era deputado estadual por Sergipe (1947/51). Foi médico chefe do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários da Bahia, médico do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência e, no governo Juscelino Kubitschek, foi presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, no biênio 1958/59.

Na política partidária, além do mandato de deputado estadual pelo PTB, exerce dois mandatos de deputado federal (1967/68 e 1971/75) e também o de suplente de senador. O que chama a atenção é que seu primeiro mandato de deputado federal, como suplente, foi conseguido pela legenda do MDB, partido de oposição ao regime militar, deixando o partido no ano de 1968, e filando-se à Arena, por onde se elege deputado federal no pleito de 1970. Tentado a reeleição no pleito seguinte, mas ficando na suplência, deixa a câmara federal em 1975.

O deputado Raimundo Diniz é filho do jornalista, industrial e político Godofredo Diniz, que foi prefeito da capital sergipana por dois mandatos (1935/41 e 1963/67), mas entre esses dois mandatos de prefeito, foi deputado federal por duas legislaturas (1947/51 e 1953/54).

Raimundo Diniz forma-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, então capital federal, sendo logo em seguida nomeado chefe do gabinete do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro. No retorno a Aracaju, é eleito vereador pela legenda da UDN. Após o mandato, exerce a profissão de advogado, em escritório montado na capital, sendo nomeado procurador geral do

município. Partidário da UDN, com o golpe militar de 1964, filia-se à Arena, partido de sustentação ao regime militar, é eleito deputado federal no ano de 1966, sendo reeleito para mais quatro mandatos, sendo o único político a permanecer no parlamento federal durante todo o período ditatorial. No ano de 1974, tem o nome incluído na lista para a indicação ao governo do Estado, junto com Augusto Franco e José Rollemberg Leite, sendo preterido por este último.

Os perfis dos deputados acima descritos demonstram diferentes formas de ingresso na carreira político-eleitoral, revelando diferentes formas de reconverter recursos como herança política, laços de lealdade, diferentes formas de inserção profissional e social, em trunfos políticos e eleitorais, ou seja, em bases eleitorais.

Vejamos agora a confrontação dos dados dos deputados federais, acima apresentados, com os dos deputados estaduais que estão em um nível abaixo da hierarquia política.

1.1.2 - Os Deputados Estaduais

Quadro XIV – Escolaridade dos deputados estaduais

Escolaridade	Número de deputados
Primeiro grau (completo ou não)	3
Segundo grau e curso técnico (completo ou não)	5
Superior completo e incompleto	7
Especialização, mestrado e doutorado	
Curso Superior Militar	1

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Quadro XV - Profissão dos deputados estaduais

Profissão	Número de deputados
Proprietário Rural	4
Comerciante	
Empresário / Industrial	4
Funcionário Público	1
Advogado	4
Médico	
Engenheiro	1
Jornalista	
Militar	1
Contador	1

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Quadro XVI - Profissão do pai dos deputados estaduais

Profissão	Número de deputados
Proprietário Rural	7
Comerciante	
Agricultor	
Empresário / Industrial	4
Funcionário Público	
Advogado	1
Jornalista	
Médico	1
Engenheiro	

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Como feito com os deputados federais, iniciaremos a análise com dados que demonstram de forma mais generalizada os recursos iniciais utilizados pelos deputados estaduais. Para que possamos compreender como esses diferentes recursos, origem familiar, escolaridade e profissão assumiram significados diferenciados, ao serem utilizados em conjunto pelos deputados estaduais, na construção de bases eleitorais, descreveremos o perfil de alguns dos deputados, começando por aqueles que foram classificados em profissões ligadas ao “capital e à produção” (MARENCO e SERNA, 2007).

O deputado Cleonânio Fonseca é filho do proprietário rural Venâncio Fernandes Fonseca que teve destacada participação política no município de Boquim, participando da fundação da UDN neste município, chegando a ser nomeado delegado de polícia da cidade. O deputado Francisco Passos é filho do proprietário rural José Antônio Passos, que possuía uma usina de beneficiamento de algodão que, com sua

morte, sua mãe Maria José Passos é quem passa a comandar os negócios da família. O seu irmão Josué Passos era uma das lideranças políticas de Ribeirópolis, tendo sido prefeito e deputado estadual. O deputado Horácio Goes é filho de Epifânio Francisco de Goes que exerceu diversos cargos administrativos e foi prefeito por diversos mandatos na cidade de Riachão do Dantas. Seu bisavô João Dantas Martins Reis era o chefe do partido conservador no sul do Estado, sendo comendador e deputado provincial.

Exercendo a profissão de citricultor e pecuarista, o deputado Cleonânio Fonseca, torna-se notário público da cidade de Boquim, durante o período de 1956 a 1963. Inicia sua carreira política como vereador dessa mesma cidade, elegendo-se no pleito de 1961 pelo mesmo partido de seu pai: a UDN. Com o fim do multipartidarismo, filia-se à Arena, elegendo-se deputado estadual para o mandato de 1967/71, interrompendo o mandato para eleger-se prefeito de Boquim, assumindo a prefeitura no ano de 1972, só voltando à Assembléia Legislativa em 1974 e reelegendo-se para mais dois mandatos.

O deputado Francisco Passos, por ser irmão de uma das principais lideranças políticas do município de Ribeirópolis, Josué Passos, recebe o convite de Walter Franco, Augusto Franco e Leandro Maciel para participar da fundação da UDN em Sergipe. Iniciou sua militância política participando da campanha de Luiz Garcia para governador, mas, neste pleito, a UDN sai derrotada, atuou na eleição de seu irmão a prefeitura de Ribeirópolis no ano de 1947. Em 1954, candidata-se a deputado estadual, ficando na suplência, mas acaba assumindo o mandato por conta do pedido de licença do deputado Euclides Paes Mendonça. Com o fim do mandato, elege-se prefeito da cidade de Ribeirópolis. Foi deputado estadual por oito legislaturas, ficando trinta e um anos na Assembléia Legislativa, ocupando a presidência da mesma por dois mandatos.

Pertencente a uma família de políticos que atuou com destaque no município de Riachão do Dantas, o deputado Horácio Goes não ingressou no curso de direito, para o qual se preparou para prestar o vestibular na cidade de Salvador, por motivo da morte de seu pai, quando é obrigado a voltar a Sergipe e administrar os negócios da família. Inicia a carreira política, sendo nomeado prefeito de Riachão do Dantas pelo interventor do Estado, o capitão Milton Pereira, permanecendo no cargo por influência de Leite Neto, em virtude da troca na interventoria do Estado. Com o apoio de Leite Neto, elege-se deputado estadual para sete legislaturas, tendo sido presidente da Assembléia Legislativa.

Os três perfis apresentados demonstram que os deputados pertencem a famílias de políticos com atuação destacada em seus municípios de origem, mas que possuem vínculos com lideranças políticas de destaque em nível estadual, o que lhes proporciona um recurso a ser explorado nas disputas político-eleitorais. Os três deputados, antes de chegarem à Assembléia Legislativa, construíram uma liderança política em seus municípios de origem, o que possibilitou a construção tanto de um capital político, quanto social que lhes possibilitou a chegada à Assembléia Legislativa, permanecendo por vários mandatos.

Neste segundo momento, vejamos o perfil de deputados que foram classificados como advogados.

O deputado Albano Franco é descendente de uma família de grandes proprietários rurais e empresários que também atuam de forma destacada na política. Seu tio Walter Franco foi deputado federal e senador, o seu pai Augusto Franco foi deputado federal, senador e governador. Seu avô materno Augusto Cesar Leite foi deputado estadual, federal e senador, seu tio Julio Cesar Leite foi senador. O deputado Gilton Garcia é filho do advogado Luiz Garcia que foi deputado estadual, federal e governador, seus tios Carlos Garcia e José Garcia Neto foram vereadores em Aracaju.

O deputado Albano Franco ingressa na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Desde então, começou a demonstrar sua liderança política, participando do movimento estudantil, sendo eleito presidente do centro acadêmico de direito. Ainda estudante, é nomeado pelo governador Luiz Garcia para atuar como promotor substituto da comarca de Laranjeiras, bacharelando-se em 1966, sendo eleito deputado estadual neste mesmo ano, junto com seu pai, que neste mesmo pleito, é eleito deputado federal. Nessa legislatura, foi presidente da comissão de constituição e justiça da Assembléia Legislativa, tornado-se, neste mesmo momento, secretário estadual da Arena e, ainda como deputado, é eleito presidente da Federação das Indústrias de Sergipe (1971/77).

O deputado Gilton Garcia iniciou sua militância política no movimento estudantil, no grêmio escolar do colégio Estadual Atheneu Sergipense. Ingressa no curso de direito da Universidade Federal de Sergipe. Ainda estudante é nomeado oficial do gabinete ministro da justiça Oscar P. Horta. Já bacharel em direito, é eleito deputado estadual no pleito de 1966, e já no segundo ano de mandato, torna-se presidente da Assembléia Legislativa. Nesse mesmo ano, torna-se professor titular do curso de direito da Universidade Federal de Sergipe. Tem os direitos políticos cassados por dez anos

(1968/1978), mas durante este período é eleito presidente da OAB-SE por dois mandatos (1975/79). Com o fim do mandato, torna-se procurador do Tribunal de Contas de Sergipe (1979/82), voltando a ocupar um cargo eletivo como deputado federal em 1982.

O perfil dos deputados demonstra a existência de uma relação política entre as duas famílias, já que o governador Luiz Garcia, pai de Gilton Garcia, nomeia Albano Franco como promotor substituto de Laranjeiras. Ambos iniciam sua militância política no movimento estudantil, um no universitário e outro no secundarista. Ocupam também cargos políticos antes da eleição para a Assembléia Legislativa, ocupando cargos de destaque na mesma. O que os diferencia é o fato de que mesmo formado em direito, Albano segue uma carreira empresarial, com destaque em nível nacional, já que foi presidente da Confederação Nacional da Indústria (1980/94), enquanto Gilton segue uma carreira na advocacia, sendo presidente da OAB-SE.

Após a apresentação dos dados mais gerais sobre a origem social dos deputados, vejamos agora os dados sobre as inserções sociais anteriores à carreira política dos mesmos, ou seja, quais os domínios sociais manipulados pelos deputados e que, muitas vezes, não são vistos como de ordem política (GRILL, 1999), mas acabam sendo reconvertidos em recursos em trunfos políticos pelos deputados.

Quadro XVII - Inserção social dos deputados estaduais

Inserção Social	Número de deputados
Líder estudantil	3
Líder comunitário	
Militância política e relações partidárias	9
Movimento sindical e patronal	3
Jornal, rádio e televisão	4
Religião	
Esportes	2
Advocacia	2
Militar	1
Professor	1
Cultural / Intelectual	
Medicina	
Engenharia	1

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Como aconteceu com os deputados federais, os dados demonstram um baixo índice de participação dos deputados estaduais no movimento estudantil, bem como a participação dos mesmos em movimentos comunitários, como, por exemplo, a participação em associação de moradores etc. Outra coincidência é o forte peso de deputados que pertencem a famílias com participação política, com a diferença que esta atuação é mais forte em nível local e, muitas vezes, com relações políticas com as famílias dos deputados federais que possuem uma atuação mais abrangente em nível estadual.

Os deputados estaduais têm menor inserção em profissões liberais clássicas, restringindo-se ao caso de dois deputados que exerceram a profissão de advogado, também a presença de deputados com participação no esporte sergipano, bem como se encontra o caso único de um deputado que teve uma carreira militar prévia à sua entrada na Assembléia Legislativa.

Começamos pelo único caso de um deputado que teve uma carreira militar pregressa à entrada na carreira política. O deputado Djenal Queiroz, que é filho de um pequeno proprietário rural, o senhor Rosalvo Queiroz, que chegou a estudar na Europa formando-se em engenharia têxtil, mas, por conta de dificuldades financeiras, acabou não exercendo a profissão.

Residente na cidade de Aracaju, capital do Estado, fez os primeiros anos de estudo com professoras particulares, mas o exame preparatório para o curso ginásial foi feito no colégio Tobias Barreto, indo aos doze anos estudar no Rio de Janeiro na escola Militar. Após vários anos de estudo no colégio militar, ingressa no curso superior da Escola Militar do Realengo, concluindo o curso no ano de 1936, aos vinte anos. Durante o período do curso superior, conviveu e fez amizade com João Batista Figueiredo e Valter Pires, além de ter tios com carreira militar: os generais João Tavares e Antônio Tavares da Mota.

Iniciou sua carreira militar servindo no grupo de elite no BC de Petrópolis. Fincado lá por quatro meses, consegue retornar a Aracaju como aspirante a oficial no 28º BC sob o comando do coronel Maynard Gomes, mas o batalhão é transferido para Ilhéus (BA), sendo nesse período promovido a segundo tenente. Com a volta do batalhão a Sergipe, Djenal permanece na Bahia como delegado militar da cidade de Itabuna. Ainda na Bahia, serviu como subcomandante do 19º BC, quando major, depois foi promovido a tenente-coronel, foi para o Quartel General como ajudante geral do mesmo. Apesar dessa passagem pela Bahia, sua carreira militar é feita em Sergipe,

tendo sido comandante da polícia militar de 1947 a 54, e no biênio de 1954/55 foi secretário de segurança pública.

Por ser próximo de lideranças políticas como José Leite, Leite Neto e João Leite pertencentes aos quadros do PSD, sua proximidade era com este partido, apesar de ser militar. Por conta disso, foi perseguido pela UDN sergipana e chega a ser transferido para Belém, mas por interferência dos tios militares, consegue ir para a Bahia. É nesse momento que vai servir como ajudante geral no QG de Salvador. Por conta desse fato, decide entrar para a política e ingressa no PSD, candidatando-se a deputado estadual e sendo eleito para o período de 1963/67. No seu primeiro mandato, foi primeiro secretário da Assembléia Legislativa, tendo assumido também a secretaria da Fazenda e Obras Públicas no período de 1964/66. Com o fim do período multipartidário, ingressa na Arena e reelege-se deputado estadual por três legislaturas, onde foi presidente da Comissão de Justiça e líder do governo. Neste período, também assume o governo de Sergipe, substituindo Augusto Franco, ficando quase um ano à frente do governo estadual.

O deputado Wolney Melo é filho do médico Octaviano Vieira de Melo. Sonhava em seguir a profissão do pai, por isso fez curso preparatório no colégio Atheneu, que nessa época tinha cursos preparatórios específicos: pré-médico, pré-jurídico ou pré-politécnico. Mas por não ter condições financeiras de bancar a ida do filho para outro estado a fim de que pudesse fazer a faculdade de medicina, Wolney decide estudar contabilidade na Escola de Comércio do Conselheiro Orlando.

Como estudante, trabalhou dando aulas particulares de português, inglês e história para poder manter-se e, em 1938, fez concurso para professor de História Geral do Colégio Atheneu, sendo aprovado e contratado. Ainda como estudante de contabilidade, trabalhou como escriturário do Banco de Comércio e Indústria de Sergipe. Após sua formatura, foi designado pelo banco a trabalhar como contador na sede de Propriá, aceitando em virtude da gratificação que receberia.

É nesse momento que a política entra em sua vida, pois todos que trabalhavam no banco gostavam de política, o gerente era político e os diretores Walter Franco, José do Prado Franco e Augusto Franco eram políticos de destaque no Estado. Por conta dessa aproximação com os Franco, entrou para a UDN de Propriá, que era liderada por José Onias de Carvalho, que foi prefeito da cidade. Wolney foi aproximando-se aos poucos da política local e, em 1946, decide entrar de vez na política, tornado-se vereador e depois prefeito da cidade. No ano de 1959, assume o mandato de deputado

estadual, sendo reeleito para mais dois mandatos, o último já no regime militar, sendo neste período presidente da Assembléia Legislativa, tendo assumido o governo do Estado por um mês, em virtude da ausência do então governador Lourival Batista.

O deputado Helber Ribeiro é filho do comerciante, industrial e proprietário rural Máximo Chaves José Ribeiro, que não chegou a ocupar cargos públicos, mas era integrante do PSD, apoiando Leite Neto e José Rollemberg Leite. No partido, chegou a ser tesoureiro. A família possuía uma usina Caraíbas, na cidade de Santo Amaro e, por esse motivo, foi estudar na cidade de Lavras, em Minas Gerais, formando-se na Escola Superior de Agricultura na turma de 1949. Na universidade, participou do movimento estudantil, tendo sido presidente do centro acadêmico e participou também da diretoria da UNE.

Volta a Sergipe e começa a exercer a profissão de engenheiro agrônomo, trabalhando em tempo integral na usina da família, ficando no comando da mesma até o ano de 1973, quando a usina é vendida a Augusto Franco. Com isso, vai trabalhar com os irmãos no comércio de Aracaju, sendo sócio da firma Ribeiro & Cia.

Apesar de ser filho de um partidário do PSD, filiou-se à UDN, partido por qual simpatizava desde os tempos de universidade, que era também o partido dos familiares de sua esposa, que era mineira, tendo, inclusive, parentes que foram deputados. Inicia a sua militância política partidária na cidade de Santo Amaro, ajudando a eleger o também usineiro Joaquim Maynard a prefeito da cidade, no ano de 1950, sendo quatro anos mais tarde o candidato e eleito prefeito de Santo Amaro, passando a ser o chefe político da cidade.

A convite de Augusto Franco, candidata-se a deputado estadual, sendo eleito para o mandato de 1967/71, chegando nesse período a ser presidente da Assembléia Legislativa. Entretanto, com o fim do mandato, não se candidata mais a nenhum cargo eletivo, dedicando-se, exclusivamente, às suas atividades particulares, mas volta à política a convite de Augusto Franco, então governador, para assumir a secretaria Obras, Transporte e Energia, sendo mais tarde indicado a vice-prefeito de Aracaju e a auditor do Tribunal de Contas.

Os perfis dos deputados acima descritos demonstram diferentes formas de ingresso na carreira político-eleitoral, revelando diferentes formas de reverter recursos, distribuídos de forma desigual entre os agentes políticos e que, muitas vezes, não são percebidos como políticos, em trunfos político-eleitorais.

Os perfis apresentados tanto dos deputados federais, quanto dos deputados estaduais, demonstram que há uma circulação entre os ocupantes de cargos eletivos, sejam eles municipais, estaduais e federais, e que essa circulação, muitas vezes, acaba por ser entre determinadas famílias (GRILL, 1999) que estabelecem laços de lealdade entre si, ou seja, poderíamos dizer que há um monopólio no acesso a cargos eletivos entre essas famílias e, por conseguinte, dos cargos de indicação política na administração pública.

Apesar de não haver grande divergência em termos de origem social, já que todos os deputados estão de forma direta ou indireta ligados ao mundo rural, pode-se perceber uma variedade de formas de utilização dos diferentes recursos como titulação escolar, herança política (familiar ou política), a ocupação de cargos públicos, relações pessoais estabelecidas tanto interna quanto externamente às agremiações partidárias e outros recursos disponíveis aos agentes políticos. “Ou seja, dos condicionantes sociais e institucionais e os investimentos (conscientes e inconscientes) empreendidos pelos agentes políticos com vistas a reconverter certas características sociais em trunfos políticos, remetendo a análise das origens sociais do conjunto da população” (GRILL, 1999, p. 77).

Os dados apresentados demonstram que possuir um diploma de nível superior favorece o recrutamento dos agentes políticos que estão dispostos a ocupar uma cadeira no parlamento, sobretudo na Câmara Federal, já que dos dez deputados federais, nove deles apresentam o diploma de nível superior, sendo que destes três, ou seja, cinquenta por cento possuem especialização, e dois deles possuem duas graduações. Entre os deputados estaduais, a importância do diploma universitário decai, já que o número de deputados que o possuem é bem menor em termos proporcionais.

Entre os deputados federais e estaduais, há o predomínio de cursos universitários tradicionais liberais, com predomínio do curso de direito, seguido de medicina e engenharia. A predominância da advocacia é explicada pelo fato de que, durante o curso universitário, são preparados para a prática jurídica e que, segundo Weber (2008), é essencial para o desenvolvimento e funcionamento do Estado do tipo “racional-legal”, sendo também o tipo ideal do político profissional pra assumir uma cadeira no parlamento, já que é formado para a defesa de interesses.

A escolha do diploma universitário, dos deputados federais e estaduais, está relacionada com a sua profissão. Como demonstrado pelos dados, há a predominância de profissões liberais clássicas (direito, medicina e engenharia), já que possibilitam ao

agente político maior “flexibilidade de situações ocupacionais, status e de renda (...) e alianças com outros segmentos profissionais e classes sociais” (RODRIGUES, 2002, p.64). O status ocupacional, segundo Marengo e Serna (2007), é uma variável fundamental para a compreensão da posição social das elites políticas, já que é uma fonte de informação tanto para a estratificação social, quanto para a legitimação das classificações da hierarquia do capital social.

A “composição social dominante” (RODRIGUES, 2002) da Arena sergipana é formada por duas categorias profissionais: a de profissionais liberais clássicos e a de profissionais ligados ao capital e à produção (MARENCO e SERNA, 2007). Esse fato não implica dizer que outros grupos profissionais não estejam compondo o partido, mas que elas têm um peso fundamental não só na representação parlamentar do partido, mas também na elaboração de estratégias políticas e eleitorais e que, como são dominantes, acabam por tornar o partido mais homogêneo, ou seja, com menos disputas internas de perfil ideológico. Segundo Rodrigues (2002, p. 105), “de modo mais geral, entendemos que é a composição social dominante que imprime a marca do partido, que leva as pessoas, com maior ou menor grau de consciência, a identificar-se com essa ou aquela legenda e a abominar outra”.

Portanto, o recrutamento político realizado pela Arena em Sergipe é restrito a um número reduzido de categorias profissionais, geralmente aquelas profissões que aperfeiçoam as habilidades de expressão, comunicação, de sedução e de outras características que possibilitam o convencimento dos eleitores, além de serem agentes políticos que desenvolveram o gosto pela política, seja por uma tradição familiar seja por formação escolar e que, de certa forma, possuem relações com o poder em virtude de relações sociais e familiares com o poder político.

2. – Trajetórias políticas: os arenistas em *carne e osso*.

Neste momento, após a análise dos recursos iniciais utilizados pelos deputados nas disputas políticas e eleitorais, mas que, muitas vezes, não são reconhecidos como políticos, embora acabem por lhes permitir a ter acesso ao jogo político, passamos a analisar a trajetória propriamente política desses deputados com dados relativos à experiência política e eletiva anterior ao primeiro mandato como deputado arenista, a idade de ingresso em cargos políticos e eletivos, etc.

“A natureza desta competição recomenda um tratamento mais atento aos ocupantes de cadeiras parlamentares, indo além do formalismo presente em estudos baseados unicamente em variáveis eleitorais agregadas” (MARENCO, 2000). Assim, para compreendermos as condições de acesso a essa parcela da elite política, é fundamental a apreensão dos recursos e características dos deputados eleitos, para que possamos “recuperar uma representação em carne e osso” (MARENCO, 2000) desses integrantes da elite política.

Iniciemos essa análise como indicado por Marengo (2000), apresentando a taxa de renovação parlamentar, ou seja, verificando o grau de circulação de parlamentares tanto na Câmara Federal quanto na Assembléia Legislativa:

Quadro XVIII – Índice de renovação parlamentar na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa de Sergipe.

Eleições	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA		CÂMARA DOS DEPUTADOS	
	Número da bancada	Índice de renovação	Número da bancada	Índice de renovação
1963/66	32	72%	7	71%
1967/70	16	50%	5	40%
1971/74	15	53%	5	40%
1975/78	18	61%	6	50%
1979/82	24	54%	8	62%
Média		58%		52,6%

Fonte: DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe 1964/84*.

Primeiramente, deve-se ter em mente que, durante este período, havia escassa oferta política e maior dificuldade de acesso ao eleitor, por estarmos vivendo um regime autoritário. Posto isso, percebe-se que o índice de renovação da bancada estadual da-se em níveis maiores que, os da bancada federal, mas que de qualquer maneira, ambos os índices estão próximos aos apresentados por Marengo Santos (2000), que atestam a forte presença de parlamentares em primeiro mandato ou novatos em cinquenta anos de eleições para a Câmara dos Deputados.

Portanto, os dados demonstram uma oportunidade generosa aos políticos que desejam ter acesso tanto à Câmara Federal, quanto à Assembléia Legislativa. Essa afirmativa ganha força ao analisarmos os dados sobre a continuidade e o número de mandatos obtidos pelos deputados, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelos políticos para darem continuidade à sua carreira.

Quadro XIX – Continuidade parlamentar na Câmara Federal e Assembléia Legislativa

	1970 (2 mandatos)	1974 (3 mandatos)	1978 (4 mandatos)
Deputados Federais	3	2	1
Deputados Estaduais	7	4	0

Fonte: DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe 1964/84.

Quadro XX – Número de mandatos dos deputados

	1 mandato	2 mandatos	3 mandatos	4 mandatos
Deputados Federais	5	2	2	1
Deputados Estaduais	27	7	6	0

Fonte: DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe 1964/84.

Os quadros acima demonstram a proporção de deputados remanescentes em cada bancada, ou seja, o número de deputados que estavam presentes na primeira legislatura do bipartidarismo e que foram reconduzidos para as legislaturas seguintes (MARENCO, 2000). A presença de políticos veteranos vai decaindo ao longo do tempo, pois, dos dez deputados federais, apenas um deles está presente em todas as legislaturas, enquanto que, dos quarenta deputados estaduais, nenhum deles esteve presente em todas as legislaturas.

Verificando o número de mandatos exercidos pelos deputados durante o regime bipartidário, é reforçada a afirmação de que carreiras parlamentares longas foram escassas, já que 50% dos deputados federais e 67,5% dos deputados estaduais exerceram apenas um mandato parlamentar. Entretanto, os dados demonstram, mesmo em menor peso, que ambas as bancadas arenistas contavam com políticos experientes em todas as legislaturas, pois no pleito de 1978, dos quatro deputados federais, apenas um estava exercendo o primeiro mandato. Já entre os deputados estaduais, de um total de doze parlamentares, seis estavam exercendo o primeiro mandato.

Portanto, a forte presença de políticos novatos nas bancadas arenistas não pode ser vista como fator de exclusão de políticos experientes das mesmas, como será demonstrado mais à frente, quando analisarmos a experiência prévia dos deputados antes do exercício do primeiro mandato parlamentar, fato também registrado por Marengo dos Santos (2000) em seus estudos onde afirma que a Arena manteve um número significativo de parlamentares veteranos em sua bancada federal.

Os dados demonstram que o índice de renovação parlamentar em Sergipe foi maior na bancada estadual do que na federal, mas de qualquer maneira, comparando-se o índice de renovação com o período multipartidário anterior, a permanência dos parlamentares nos respectivos parlamentos foi maior durante o regime militar. Dentre os deputados federais, quatro deles permaneceram, no mínimo dez anos na Câmara, já entre os deputados estaduais, nove deles permaneceram, no mínimo, oito anos na Assembléia Legislativa. Os índices de Sergipe estão de acordo com os apresentados pelo Nordeste durante o regime autoritário, tendo sido a região do país com o menor índice de circulação parlamentar (MARENCO, 2000).

No entanto, esses índices de renovação parlamentar em Sergipe ganham contornos apenas numéricos, já que há uma homogeneidade social dos indivíduos recrutados para ocuparem os postos parlamentares de ambas as casas legislativas, ou seja, é possível perceber a existência de *viveiros sociais* (DOGAN, 1999) responsáveis pelo recrutamento parlamentar.

A idade de ingresso na carreira política nos propicia apreender o grau de investimento que cada agente político, empreendeu na construção da mesma, servindo de indicador de laços que o ligam à política e que possuem relação com suas origens sociais e familiares.

O *início precoce* (MARENCO, 2000) na política não permite a consolidação de uma carreira profissional, indicando uma afinidade eletiva do candidato com a política, fazendo da mesma um projeto de vida. Já o seu *início tardio* (MARENCO, 2000) indica uma relação contingente com a política, ou seja, uma relação eventual que pode estar ligada com a celebração de uma vida profissional bem sucedida ou com a realização de um objetivo vinculado à sua posição sócio-econômica particular.

A idade de ingresso dos deputados na política está relacionada diretamente ao desenvolvimento de suas carreiras, indicando os postos que marcam sua estréia na política: os que iniciam a carreira política de maneira precoce geralmente, ocupam cargos da base da hierarquia política, já os que iniciam tardiamente na política, ocupam os cargos mais elevados desta hierarquia. Essas diferentes formas de ingresso na política e os trajetos percorridos pelos agentes políticos até ocuparem o cargo de deputado estadual e federal pela Arena serão discutidos adiante.

Estabelecer um critério para poder considerar uma idade *precoce ou tardia* de ingresso no meio político pode ser considerado relativamente arbitrário. Portanto, neste trabalho, tomaremos como referência a média de idade de ingresso dos deputados no

período de 1945/98, apresentado por Marengo dos Santos (2000) em seus trabalhos. Os dados apresentados por este autor indicam que a idade média que os parlamentares obtiveram o primeiro cargo eletivo é de trinta e quatro anos. Em decorrência disso, consideraremos de início precoce na política aqueles deputados que obtiveram seu primeiro cargo político até os trinta anos, enquanto o ingresso tardio na política dar-se-ia acima dos quarenta anos.

Quadro XXI - Idade de ingresso na carreira política

Idade	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais
18 – 30	7	10
31 – 39	2	2
mais de 40	1	1
Total	10	13

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

O quadro acima demonstra que tanto entre os deputados federais quanto entre os deputados estaduais predomina um início precoce na política. “Tal tipo de entrada na política indica que a carreira política pressupõe um trajeto composto por etapas hierarquicamente estruturadas e prescrições de papéis de mediação que se complexificam ao longo dos itinerários” (GRILL, 2003, p. 1). No entanto, como demonstram os dados do quadro abaixo, a entrada tanto dos deputados federais quanto dos deputados estaduais indica uma entrada na política por postos elevados, ou seja, hierarquicamente superiores do campo político.

Quadro XXII - Primeiro cargo político ocupado pelos deputados

Cargo	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais
Vereador		1
Prefeito / Vice-prefeito	2	2
Deputado estadual	3	6
Deputado federal	2	
Senador		
Governador / Vice-governador		
Cargo Administrativo	3	5

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Os dados apresentados em relação ao primeiro cargo público ocupado pelos deputados arenistas demonstram um padrão de recrutamento e de condições de acesso à política. Há um claro domínio de agentes políticos que realizaram o seu *debüt* político em cargos eletivos sejam no executivo ou no parlamento. Entre os deputados estaduais, há o predomínio de agentes políticos que iniciam sua carreira política diretamente na Assembléia Legislativa, seguido de políticos que iniciam pelo executivo municipal e câmara municipal. Já entre os deputados federais, predomina o início pela Assembléia Legislativa, seguido do executivo municipal e dos deputados que iniciaram diretamente na câmara federal.

Ambos contam também com a presença de políticos que iniciaram sua carreira política por cargos administrativos (federal, estadual ou municipal). Neste caso, pode revelar o pequeno grau de interesse que os cargos no parlamento exerciam entre os ocupantes de cargos públicos administrativos, por já exercerem algum tipo de autoridade. Portanto, na maioria dos casos, são parlamentares que adquiriram habilidades e treinamento político que representam recursos disponíveis para transações políticas, antes de ascenderem à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa.

Comparando os dados relativos ao início da carreira política com os dados relativos ao início da carreira eletiva dos deputados, percebe-se que prevalece o início precoce dos políticos, como demonstra o quadro abaixo. No entanto, há um incremento no número de deputados tanto estaduais, quanto federais que iniciaram a carreira eletiva acima dos trinta anos.

Quadro XXIII - Idade de ingresso na carreira eletiva

Idade	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais
18 – 30	6	7
31 – 39	2	5
mais de 40	2	2
Total	10	14

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Relacionada a idade de estréia e o cargo eletivo ocupado pela primeira vez pelos deputados, percebe-se que entre os deputados federais que iniciaram sua carreira eletiva acima dos trinta anos, iniciaram-na diretamente na câmara federal, enquanto os demais iniciaram sua carreira eletiva antes dos trinta anos. Entre os deputados estaduais acontece o mesmo. O número de políticos que iniciam a carreira eletiva diretamente na Assembléia Legislativa aumentou em relação ao primeiro cargo político ocupado pelo deputado, havendo um incremento do número de políticos que iniciam sua carreira eletiva acima dos trinta anos. Mesmo com o aumento médio da idade de início da carreira eletiva dos deputados estaduais e federais arenistas, o índice de início tardio no cargo eletivo ainda é baixo em ambos os casos.

Quadro XXIV - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos deputados

Cargo	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais
Vereador	1	3
Prefeito / Vice-prefeito	2	3
Deputado estadual	3	11
Deputado federal	4	
Senador		
Governador / Vice-governador		

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Os dados do quadro acima demonstram que se pode dividir a primeira experiência legislativa dos deputados em dois grupos: o primeiro, daqueles que iniciam sua carreira eletiva ocupando cargos no legislativo municipal, estadual ou federal, e o segundo, em menor número, daqueles deputados que iniciam a carreira eletiva ocupando cargos eletivos do executivo municipal. Fica evidente que tanto os deputados

federais, quanto os estaduais iniciam sua carreira eletiva por cargos eletivos considerados elevados na hierarquia política, sendo que dos dez deputados federais, quatro deles têm sua primeira experiência eletiva já na Câmara Federal e, dos deputados estaduais, onze deles iniciam sua carreira eletiva já diretamente na Assembléia Legislativa.

Fica evidente que tanto a bancada estadual, quanto a federal da Arena sergipana são formadas por políticos com experiência política e que percorreram um longo trajeto até ascenderem às respectivas bancadas, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro XXV – Tempo de conquista de uma vaga na CD e na AL após o primeiro mandato eletivo dos deputados

Tempo	Deputados Federais	Deputados Estaduais
Até 4 anos	3	12
De 5 a 10 anos	1	
De 11 a 15 anos	2	2
Mais de 15 anos	4	4

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX; DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe 1964/84.

O tempo necessário para que os deputados chegassem à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa, após a obtenção do primeiro cargo eletivo conquistado, está relacionado à idade de ingresso dos deputados na carreira eletiva. Os deputados federais podem ser divididos em dois grupos: o de políticos que ingressam na carreira eletiva acima dos trinta anos e que ingressam diretamente na Câmara Federal, e aqueles que iniciam a carreira eletiva antes dos trinta anos e que percorrem um longo caminho até chegar à Câmara Federal. Já os deputados estaduais podem ser divididos em dois grupos: o primeiro, formado por políticos que levam, no mínimo, quatro anos até chegarem à Assembléia Legislativa; e o segundo, formado por políticos que levam, no mínimo, onze anos para fazer o mesmo trajeto.

O primeiro grupo de deputados federais, conforme mostra o quadro acima, leva, no máximo, dez anos entre o primeiro cargo eletivo e o mandato de deputado federal pela Arena; já o segundo grupo de deputados leva, no mínimo, onze anos para percorrer o mesmo trajeto. O primeiro grupo de deputados estaduais pode ser dividido em dois: o primeiro deles iniciou sua carreira eletiva antes dos trinta anos, e o segundo grupo teve seu primeiro cargo eletivo acima dos trinta anos; já o segundo grupo de deputados que levou, no mínimo, onze anos para chegar à Assembléia Legislativa durante o bipartidarismo, também podendo ser dividido entre aqueles que iniciaram sua carreira

eletiva anterior aos trinta anos, e os que deram início à sua carreira eletiva acima dos trinta anos.

Assim, fica evidente que ambas as bancadas arenistas são formadas por parlamentares experientes e, para colaborar com os dados acima apresentados, vejamos o quadro abaixo que mostra a experiência eletiva e política dos deputados anterior aos seus mandatos como representantes da Arena sergipana.

Quadro XXVI -Experiência eletiva e política prévia ao primeiro mandado de deputado

Cargo	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais
Vereador	1	3
Prefeito / Vice-prefeito	2	5
Deputado estadual	5	7
Deputado federal	4	
Senador		
Governador / Vice-governador	4	
Cargo Administrativo	3	3
Não teve	2	4

Fonte: Repertório biográfico da Câmara dos Deputados; SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no Século XX.

Conforme afirma Marengo dos Santos (2000), experiência política e eletiva prévia ao primeiro mandato dos deputados pode representar uma seletividade no recrutamento dos mesmos, bem como identificar diferentes gerações segundo o período de entrada na carreira, bem como as formas de exercer suas atividades políticas. Essa é uma característica dos parlamentares eleitos durante o regime militar que, diferentemente de outros regimes políticos e partidários, apresenta um incremento de deputados com experiência política prévia, tendência esta que começa a decair a partir da eleição de 1974 (MARENCO, 2000).

Os diversos tipos de cargos ocupados pelos deputados ao longo do trajeto indicam diferentes processos de treinamento, bem como a importância que determinados postos políticos possui para a mobilidade na carreira política dos deputados. Os cargos podem ser divididos em dois tipos: os eletivos, sejam eles no executivo ou no legislativo, e os administrativos (indicação política), sejam eles municipal, estadual ou federal.

Entre os deputados federais, temos em menor peso políticos que iniciam sua trajetória por cargos políticos municípios e, com isso, vão ascendendo de forma gradual na política, como, por exemplo, o caso de um político que inicia sua carreira eletiva como prefeito de sua cidade, ocupando, em seguida, um mandato na Assembléia Legislativa e, pouco tempo mais tarde, chega a ser governador de Sergipe. Assim, o que se percebe pelo quadro acima é que postos eletivos como o de deputado estadual e de governador, bem como o fato de já ter exercido o mandato de deputado federal, são os principais postos políticos para se chegar à Câmara Federal durante o regime bipartidário.

Já entre os deputados estaduais, o peso de postos políticos como o de vereador e de prefeito cresce em importância, como espaços de aprendizado para aqueles políticos que desejam chegar à Assembléia Legislativa, bem como já ter ocupado um mandato parlamentar estadual, antes do regime bipartidário.

Dessa forma, podem-se estabelecer três padrões de recrutamento entre os integrantes das bancadas estadual e federal da Arena. O primeiro deles compreende aqueles deputados que exercem, exclusivamente, mandatos eletivos; o segundo é representado por deputados que mesclam o exercício de cargos administrativos (políticos), com mandatos eletivos no executivo ou legislativo; e o terceiro grupo é dos deputados que exercem apenas mandatos eletivos no legislativo e no executivo.

Portanto, as diferentes formas acentuadas e contínuas de circulação dos parlamentares fazem com que os mesmos sejam recrutados em círculos políticos comuns, o que torna ambas as casas legislativas bastante homogêneas em termos de origem social dos deputados, criando, dessa forma, uma homogeneidade social da representação parlamentar (MARENCO, 2000).

CAPÍTULO 3 – INTEGRAÇÃO HORIZONTAL E INÍCIO PRECOCE NA POLITICA: MARCAS DAS CARREIRAS POLITICAS DOS ARENISTAS SERGIPANOS

Os dados apresentados no capítulo anterior nos permitiram traçar um perfil de parte da elite parlamentar sergipana do período enfocado, principalmente no que diz respeito às suas origens e posições sociais, o que nos permitiu identificar suas bases políticas, ou seja, sua representatividade social ligada, essencialmente, ao mundo rural, à propriedade da terra. Desse modo, o objetivo deste capítulo é complementar a exposição desses dados, com a apresentação das trajetórias de alguns membros dessa elite parlamentar, para que possamos compreender a utilização dos diferentes recursos, como as diferentes formas de herança política, as diferentes modalidades dos usos dos títulos escolares e das relações profissionais, as diferentes modalidades de intervenção nas disputas internas das organizações e outros na formação deste, como lideranças políticas.

Portanto, neste momento, analisaremos a dinâmica de fabricação de meios de intervenção política, por parte dos agentes políticos, que é desenvolvida a partir de uma gama de recursos e relações, com o objetivo de legitimação dos seus protagonistas e de suas *expertises* em diferentes domínios e atividades que estão, de forma direta e indireta, ligadas ao mundo da política. Portanto, tal dinâmica é fundamental para que haja o reconhecimento do papel desses agentes, estando relacionados aos códigos de intervenção política.

Os diferentes momentos históricos de entrada na política permitem-nos identificar os diferentes impactos que esses eventos desempenham em suas trajetórias política, escolar, profissional e social, demonstrando as características comuns e contrastantes das diferentes estratégias e espaços privilegiados de intervenção, o que nos permite diferenciar as posições sociais ocupadas pelos agentes políticos. Com isso é possível identificar as diferentes práticas do processo de intervenção e colocá-las em relação às disposições já possuídas e as que foram adquiridas durante o decorrer da trajetória, bem como os diferentes momentos em que são acionadas.

No momento em que os agentes entram no espaço político, já contam com um conjunto de recursos e influências herdadas do meio familiar, ou seja, do meio de socialização ao qual está inserido, passando a formar um patrimônio material e simbólico que irá compor as disposições, motivações e as escolhas realizadas pelos

agentes, interferindo, de forma direta, no maior ou menor acúmulo e reconhecimento de suas capacidades de intervenção. Esse conjunto de recursos adquiridos pelos agentes políticos vai interferir de forma decisiva em suas intervenções inaugurais, bem como identificar as diferentes origens sociais ocupadas pelos agentes.

Os diferentes recursos adquiridos pelos agentes produzem formas específicas de hierarquização entre os mesmos, colaborando de forma decisiva na opção de entrada no mundo da política. No momento de ingresso e intensificação de sua atuação, é preciso destacar a importância dos investimentos em sintonia com as oportunidades conjunturais disponíveis para sua transformação efetiva em trunfo de reconhecimento político e eleitoral. Ou seja, a herança familiar e política, as atividades profissionais, as relações sociais efetuadas, a participação em eleições, entre outros, compõem o conjunto de recursos disponíveis aos agentes que podem ser acionados nos diferentes momentos.

Mas é preciso ressaltar que esse conjunto de recursos e expertises modifica-se no decorrer do tempo, e de um domínio social para o outro. Por isso, é fundamental ao agente que pretende manter uma posição conquistada dependente não só dos recursos já adquiridos, mas da aquisição de novos recursos oportunizados em momentos posteriores, o que pode levar a uma nova redefinição de posições, levando, conseqüentemente, a novas hierarquizações com base nos mesmos critérios. Assim, os processos continuam de redefinição e, do uso dos diferentes recursos, aproximam os agentes nas sociabilidades, experiências, referências e também os distanciam, distinguindo no que tange às suas origens e destinos diferenciados.

Os diferentes investimentos realizados ao longo do itinerário, sua auto-representação e sua inserção manifestam-se no momento de legitimar suas tomadas de posição, como também podem ser o principal recurso possuído que, para se tornar um trunfo político e eleitoral eficaz, é fundamental a mediação com vínculos que assegurem seu reconhecimento e merecimento.

Assim, as relações construídas nos círculos de sociabilidade, nas alianças e rivalidades, que são construídas ao longo do tempo, são fundamentais para determinar posições ou tomadas de posição, demonstrando a maior ou menor dependência dos agentes desses laços. Aqueles que dependem de forma mais clara dessas redes de relações possuem um maior desprovemento de outros trunfos, o que torna fundamental a manutenção dessas redes de relações para a manutenção de posições privilegiadas,

sendo, para isso, necessário renovar constantemente laços e alianças que possam garantir a continuidade de sua posição de líder.

Infelizmente, devido à dificuldade de obtenção de dados biográficos consistentes sobre todos os integrantes da elite parlamentar estudada, acabou-se por não permitir uma apresentação homogênea dos dados. De qualquer forma, foi possível a construção de um panorama geral da trajetória política dos parlamentares, o que levou à escolha de alguns desses para uma análise mais profunda e detalhada.

Para procedermos com a análise das trajetórias políticas dos deputados arenistas sergipanos, os dividimos em duas categorias: 1 – a entrada precoce na política (MARENCO, 2000), ou seja, aqueles parlamentares que ingressam em cargos políticos antes de completarem trinta anos; 2- a entrada tardia na política (MARENCO, 2000), ou seja, aqueles parlamentares que ingressam em cargos políticos após terem completado trinta anos. Em ambos os casos os parlamentares serão divididos entre os que ingressaram de forma horizontal ou vertical na política¹⁶.

1 – Entrada tardia na política

1.1- Os deputados federais

Augusto do Prado Franco¹⁷

O deputado Augusto Franco possui semelhanças em sua trajetória com a dos demais deputados, já que se utiliza do capital de relações familiares como recurso para a construção de sua carreira política, pois pertence a uma família que detém contatos importantes tanto no meio político, como no meio empresarial, o que possibilitou ao deputado a construção de uma carreira política de destaque tanto a nível regional, como a nível regional em ambas as esferas.

¹⁶ “Panebianco denomina como integração vertical, ou seja, em que o ingresso na organização se dá nos níveis mais baixos da hierarquia partidária para, com base em um longo e constante aprendizado, ascender até os postos de comando mais altos no interior do mesmo. Por outro lado, um partido pouco institucionalizado apresentaria um padrão de carreira mais próximo ao da integração horizontal em que o ingresso no partido pode se dar diretamente nos níveis mais altos da hierarquia, a partir, por exemplo, da conversão de capitais de outras esferas na esfera política.” (MADEIRA, 2002, p. 34)

¹⁷ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002), e de Luiz Antônio Barreto (2004).

Augusto Franco descende de uma família tradicional sergipana que atuou com destaque na produção industrial do açúcar, chegando à década de setenta a produzir mais de dois terços do açúcar do Estado. Filho do coronel Albano do Prado Pimentel Franco e de Adélia do Prado Franco, filha do médico e político Augusto Leite (deputado federal constituinte de 1934 e senador em 1955 por Sergipe), cuja família dominava dois partidos importantes do período multipartidário: PSD e PR. Augusto Franco nasceu nas terras da Usina São José, de propriedade de seu pai, que estava localizada no município de Laranjeiras, vivendo sua infância entre a casa grande da usina e o Colégio Salesiano, localizado na capital do Estado.

Após concluir os estudos primários em Sergipe, vai estudar na Bahia, no Colégio Antônio Vieira, que era administrado pelos jesuítas, onde se preparou para prestar o vestibular para medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, aprovado no ano de 1932. Forma-se no ano de 1937, indo para o Rio de Janeiro fazer especialização em otorrinolaringoscopia no Hospital São Francisco Xavier, retornando ao Estado no ano de 1938, segundo Luiz Antonio Barreto (2004), monta seu consultório, mas não chega a atender nenhum paciente, pois os negócios da família que eram administrados pelos irmãos mais velhos José do Prado Franco e Walter do Prado Franco exigiam sua presença.

Augusto Franco começa sua atividade empresarial no início da década de quarenta, assumindo a administração da Fabrica de Tecidos São Gonçalo em São Cristovão para, logo em seguida, assumir também uma diretoria no Banco Comércio e Industrial de Sergipe com sede em Aracaju, mas possuindo filiais em Propriá e em Alagoinhas no Estado da Bahia. Já nos anos cinquenta, as tradicionais usinas de açúcar e as tradicionais fábricas de tecido, que já tinham vivido seu apogeu, entram em colapso por falta de competitividade. É nesse momento que Augusto Franco inicia o processo de modernização da Usina Pinheiro, de propriedade de sua família, e compra a fábrica de tecidos Sergipe Industrial, a mais antiga do Estado, fundada em 1882 para transformar ambas em uma das mais modernas do país, com a utilização de máquinas de última geração. Sua destacada atuação no meio empresarial o levou a liderar os usineiros tanto na Cooperativa quanto no Sindicato.

Assumiu, no ano de 1963, a presidência do Sindicato dos Produtores de Açúcar de Sergipe, cargo que ocupou até o ano de 1969. Foi também delegado na Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante o período de 1966-68. Até o ano de 1964, dedicou-se quase que exclusivamente às suas atividades empresariais, administrando as

empresas da família, apesar de ter sido membro do diretório estadual da UDN sergipana, partido que era sustentado financeiramente por sua família e pelo qual seu irmão Walter Franco foi senador constituinte em 1946 e, com a transformação da Assembléia em Congresso, participou da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio do Senado. Com o fim do mandato de senador, foi eleito deputado federal, assumindo o mandato no ano de 1955, exercendo-o até agosto de 1957 em virtude do seu falecimento.

Até o presente momento a trajetória de Augusto Franco é marcada por uma forte atuação no meio empresarial, assumindo cargos importantes nas associações da classe empresarial, tanto a nível estadual, como a nível nacional. No entanto, com a morte de seu irmão Walter Franco, membro da família que atuava de forma efetiva na política, apesar de já ter uma atuação política incipiente no meio partidário, Augusto Franco sente a necessidade de assumir o lugar do irmão no meio político, o que lhe possibilitara a ampliação dos negócios da família.

Portanto, estimulado pela nova ordem institucional inaugurada no país em março de 1964, passou a dedicar-se de forma mais ativa às atividades partidárias, com uma estratégia política ambiciosa, já que, no ano de 1966, concorreu à indicação ao Governo do Estado, junto com Leandro Marciel e Arnaldo Rollemberg Gracez, mas os três acabaram sendo preteridos, restando assim a Augusto Franco a vaga na disputa ao mandato de deputado federal, sendo eleito para o mandato de 1967-71. É durante seu mandato de deputado federal que tem início sua atuação como empresário da comunicação, com a inauguração da Radio Atalaia em 1969. Postulando o cargo de governador em 1970, é novamente preterido, restando-lhe disputar o mandato de senador para o período de 1971-79. Durante seu mandato de senador, atuou destacadamente como defensor do desenvolvimento sergipana, fazendo discursos em favor da exploração de mineiros, construindo uma imagem de industrial progressista.

Durante seu mandato de senador, consolida sua atividade empresarial no meio da comunicação, já que, no ano de 1976, conseguiu a instalação e o controle absoluto da estação de TV 31 de Março. No ano seguinte, comprando também o maior jornal de circulação diária, o Jornal da Cidade, contratando vários jornalistas e intelectuais que passam a atuar na defesa do projeto político, construindo uma imagem positiva de seu grupo político. Dessa forma, Augusto Franco consolida-se como uma das figuras mais destacadas tanto no meio empresarial, quanto no meio político sergipano, faltando apenas a indicação para governador, o que ocorre no ano de 1978, apesar das tentativas

internas na Arena de tentar barrar sua indicação, mas, dessa vez, contava com uma rede de apoiadores no meio político, que contava com a presença do governador mineiro Magalhães Pinto, de empresários através dos sindicatos. Dessa forma, fica à frente do Governo do Estado durante de três anos, quando deixa o cargo para ser candidato a deputado federal, tendo uma votação expressiva, considerada até hoje a maior votação proporcional, encerrando sua carreira política como Deputado Federal.

João Machado Rollemberg de Mendonça¹⁸

O deputado João Machado é integrante de uma família de grandes proprietários rurais, com forte atuação política regional e nacional. Iniciou a sua atividade política na juventude, como presidente da juventude udenista, mas esta participação é interrompida, passando a dedicar-se a construção civil, da qual se constituirá um empresário de destaque no setor em Sergipe.

João Machado Rollemberg de Mendonça nasceu na cidade de Pacatuba no ano e 1927, filho de um proprietário rural e dono de engenho Agenor Mendonça, e filho de Julieta Rollembeg Mendonça, que era pertencente a uma família nobre, por ser neta de Gonçalo do Prado Rollemberg, que era o Barão de Japarutuba, e enteada do Barão de Maruim. Aos sete anos de idade, perdeu sua mãe, tendo em seu pai seu grande exemplo de vida, de quem herdou os princípios de honestidade e de amor ao trabalho. (SANTOS, 2002)

Morando na cidade de Propriá, na casa de uma tia, foi aluno de professora Sarafina Shocair¹⁹, por quem foi alfabetizado e iniciou o curso primário. Vem para a cidade de Aracaju para estudar como aluno interno do Colégio Salesiano, mas fica apenas um ano, pois, por influência dos amigos, conseguiu conviver seu pai a estudar no Colégio Jackson de Figueiredo onde concluiu o curso primário com bom desempenho. Por esse motivo, recebeu autorização do professor Benedito para continuar morando no internato, mesmo agora sendo aluno do Colégio Atheneu onde foi aprovado no exame de admissão.

No Colégio Atheneu, continuou a ter um bom desempenho escolar. Mas nesse tempo, não se dedicou somente aos estudos, participou também do movimento estudantil, sendo eleito o primeiro presidente da Associação de Estudantes

¹⁸ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002).

¹⁹ Fato comum entre os parlamentares analisados.

Secundaristas de Sergipe, em uma eleição em que participaram todos os estudantes dos colégios sergipanos. Durante a ditadura de Getúlio Vargas, foi presidente do departamento estudantil da UDN. Participando, assim, de movimentos contra o governo, considera essa participação um ato natural, já que era filho de um produtor de açúcar, contra que Vargas tomou várias medidas desfavoráveis, como a limitação da produção do açúcar.

Ingressou na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, no ano de 1947. Formando em engenharia civil na turma de 1952, a vocação para a engenharia surgiu quando ainda era aluno do Colégio Atheneu, nas aulas relacionadas às matérias exatas. Durante o período em que estudou engenharia em Salvador, serviu o exército fazendo o CPOR no curso de artilharia, saindo como aspirante a oficial. No retorno a Aracaju, passou a dedicar-se à construção civil em parceria com o amigo Euvaldo Diniz, montando a empresa Diniz&Machado.

Atuando com destaque na construção de imóveis residenciais, principalmente para a classe média aracajuana, mais tarde aceitou o desafio de construir um edifício residencial, sendo este o primeiro a ser desenvolvido em Sergipe. Em uma época em que não havia financiamento, o empreendimento acabou sendo realizado no formato de incorporação, ou seja, à medida que vendia os apartamentos na planta, ia realizando a obra. A dificuldade era grande, já que as pessoas não estavam acostumadas a comprar um imóvel na planta, e a forma de pagamento em parcelas sem reajustes, mas dos vinte apartamentos, dezesseis foram vendidos de saída. Tal empreendimento acabou por dar-lhe destaque profissionalmente e politicamente.

Já contando com um forte capital de relações sociais da família, além da sua breve participação na política em sua juventude, o destaque como empresário da construção civil lhe possibilitou a conquista de um capital pessoal de notoriedade, que lhe proporcionou receber o convite para participar do secretariado do governo udenista que se iniciava em 1958, passando assim a conviver de forma direta com outros políticos de destaque.

Depois de dezesseis anos dedicados à construção civil, aos trinta e um anos, recebe o convite do governador recém eleito Luiz Garcia para assumir a secretaria da Fazenda, Obras e Produção, que nesse momento, era responsável pela arrecadação das receitas estaduais, como também por tocar as obras governamentais. Ficou todo o governo à frente da pasta, avaliando que o governo Luiz Garcia foi de muito equilíbrio e bom senso.

Participou como secretário da realização de obras importantes do Estado, como da construção da Estação do Aeroporto de Aracaju, da Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia e da construção do primeiro hotel de Aracaju. Para a construção do Hotel Palace, trouxe a experiência da construção do edifício residencial, apresentou o projeto ao governador que concordou, mas por não contar com verbas federais, o governo teve que utilizar a venda de lojas no local, que foram parceladas para poder contar com as verbas necessárias para a construção do hotel. Participou também da comissão fundadora do IPES, indo uma comissão conhecer em Belo Horizonte uma instituição que serviu de modelo, além de participar como presidente da comissão fundadora do Banco de Fomento do Estado de Sergipe, atualmente Banco do Estado de Sergipe (BANESE).

O destaque político conquistado por João Machado em sua atuação como secretário de estado, lhe possibilitou a conquista de um capital político, que somado aos recursos já possuído, lhe garantiram a possibilidade de pleitear uma candidatura a Câmara Federal. Portanto, ao assumir o mandato já conta com experiência política, de ter atuado como secretário de estado, estando habituado as negociações políticas, não sendo assim, um novato na política.

Com o fim do governo Luiz Garcia, João Machado resolveu candidatar-se a deputado federal pela UDN, sendo eleito para a legislatura 1963/67, apesar da derrota de seu partido na eleição para governador. Com o fim dos partidos políticos e com a instauração do sistema bipartidário, filou-se à Arena, partido por qual foi reeleito deputado federal para o período de 1967/71. Mas apesar de ter apoiado o novo regime, passou a discordar de algumas medidas adotadas pelo governo, tanto que Leandro Maciel o advertiu, mas continuou tendo o mesmo posicionamento de crítica ao governo, como no caso do processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves, que votou contrariamente à licença para poderem processá-lo. Por esse motivo, foi atingido pelo AI-5, tendo seu mandato cassado, ficando afastado da política por dezesseis anos, voltando, apenas em 1986, a disputar novamente uma vaga na Câmara Federal, sendo eleito deputado federal constituinte.

Afastado da política, não tem mais vontade de concorrer a nenhum cargo, pois não concorda com os tratos modernos da política, em que os políticos trocam de partido a todo momento, destacando que em toda a sua carreira política pertenceu apenas a três partidos políticos: UDN, AREN e PFL.

Francisco Guimarães Rollemberg²⁰

Integrante de uma das famílias com maior destaque político em Sergipe, o que lhe proporcionou o acesso a recursos de relações familiares, Francisco Rollemberg é filho de um comerciante e político de destaque em Laranjeiras, do qual junto com seu irmão são herdeiros políticos. Construiu uma carreira na medicina, o que lhe proporcionou o acúmulo de um capital pessoal de notoriedade, que somado a outros recursos foi de fundamental importância para a sua carreira política.

Francisco Guimarães Rollemberg nasceu na cidade de Laranjeiras no ano de 1935, filho do comerciante Antônio Valença Rollemberg, proprietário de uma farmácia, sendo também uma liderança política de destaque da UDN, pela qual foi prefeito por três mandatos na cidade de Laranjeiras.

Francisco Rollemberg, segundo Santos (2002), conta que seu pai era um grande companheiro de seus filhos e, por conta dessa atitude do pai, afirma ter herdado dele esse espírito de compreensão. Inicia os estudos na própria cidade de Laranjeiras, com a professora Zizinha Guimarães, famosa na região, e era ela mesma que formava seus alunos, dando o diploma aos seus alunos quando completavam quinze anos, para que pudessem concluir seus estudos na Capital. Mas, aos dez anos, Francisco pede aos seus pais que solicitem a permissão da escola para que pudesse fazer o exame de admissão no Colégio Tobias Barreto na cidade de Aracaju, mas essa autorização não foi dada pela professora Zizinha, mas não dado por vencido e com a ajuda de uma freira recém-chegada à cidade e, após fazer testes com ela, conseguiu enfim ir estudar na cidade de Aracaju, aos dez anos e meio, no Colégio Tobias Barreto.

Sua família morava na cidade de Laranjeiras. Com isso, Francisco Rollemberg fica hospedado na pensão de Dona Júlia, para que assim pudesse estudar no Colégio Tobias Barreto onde conclui o curso ginásial aos quinze anos. Nesse período, pensou em ser padre e ir estudar no seminário. Mas ao completar o curso ginásial e prosseguir os estudos no Colégio Atheneu, nos anos 1950, já tinha decidido ser médico. No Colégio Tobias Barreto, já tinha tido um pequeno envolvimento com o movimento estudantil, mas é no Colégio Atheneu que esse contato intensifica-se, mas ressalta que fazia uma política estudantil reivindicatória, como, por exemplo, a meia entrada no

²⁰ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002).

cinema e no campo de futebol, bem como a meia passagem, não ficando preso a questões ideológicas, como outros grupos faziam.

No entanto, segundo Santos (2002), essa atuação mais reivindicatória é deixada de lado quando foi estudar no Colégio Central da Bahia, passando a participar de um movimento estudantil, mas ideológico, participando, inclusive, de reuniões com militantes do partido comunista. Em 1954, realiza o grande sonho e ingressa na Faculdade de Medicina na Bahia. Ao conhecer o professor Fernando Disco Didier, renomado cirurgião baiano, entusiasma-se, aceitando um convite do mesmo e participando como instrumentador em uma de suas cirurgias.

Após seis anos de estudos na Bahia, formado e especializado em cirurgias, decide voltar a Sergipe e trabalhar em seu Estado. Logo que chega a Aracaju, monta seu consultório. Logo depois, recebe o convite para trabalhar como cirurgião do Hospital Santa Isabel. Lembra que era um período difícil, a concorrência era muito maior que a dos tempos atuais e que os salários eram baixos, mas, de qualquer forma, o salário que recebia dava para pagar o aluguel da casa em que residia, dividindo suas atividades particulares em seu consultório e as atividades exercidas no Estado.

Ainda como estudante do quinto ano de medicina, pensou em trancar o curso para candidatar-se a deputado estadual, já que, durante as férias, em sua terra natal, atendia no hospital da cidade pacientes que chegavam com anemia, verminose e outras doenças. Mas a pedido do pai (Pedro Diniz Gonçalves) de um amigo para que não se candidatasse, pois poderia atrapalhar a eleição de seu filho, acabou desistindo da candidatura. Para Francisco Rollemberg, era fundamental que o parlamentar médico praticasse uma medicina social, não interessado apenas no lado financeiro da profissão, para que, dessa forma, pudesse entender melhor os problemas da população. Assim, Francisco Rollemberg definiu sua prática médica como humanística e, por conta disso, passou a receber convites de várias lideranças políticas, como Augusto Franco, Luiz Garcia, Julio Leite, Oviedo Teixeira e outros, para que se candidatasse.

A partir da eleição de seu irmão Heráclito Rollemberg para deputado estadual, Francisco Rollemberg passou a atender os pedidos dos deputados para que atendesse aos seus eleitores em seu consultório com os tradicionais bilhetes de encaminhamento. Nesse momento, seu pai o chama e diz que ele tinha que se decidir ou vai embora de Sergipe, pois já não estava mais ganhando dinheiro, já que atendia a quase todos os seus pacientes de graça, ou entrava de uma vez para a política.

Portanto, a construção de uma carreira medica solida, que lhe rendeu a conquista de um capital político pessoal de notoriedade, reconhecida por muitas lideranças políticas, que lhe faziam constantes convites para que se candidatasse, somado a recursos de relações sociais familiares, permitiram que construísse uma carreira política sólida, como veremos a seguir.

Dessa forma, no pleito de 1970, candidata-se a deputado federal pela Arena, sendo eleito o deputado federal mais votado de Sergipe, passando vinte e três anos no Congresso Nacional. Já na sua primeira legislatura, participou como membro titular da Comissão de Saúde da Câmara, participando do XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado em Brasília, como representante da comissão, mais tarde sendo vice-presidente dessa mesma comissão e da Comissão Especial da Bacia do São Francisco. Participou da convenção nacional da Arena, que indicou à presidência da República o general Ernesto Geisel.

Reeleito para mais um mandato parlamentar na legislatura 1975/79, participou do grupo “frotista” junto com os deputados Jorge Arbage (PA), Eduardo Galil (RJ), Sinval Boaventura (MG), Daso Coimbra (RJ), Ivair Garcia (SP) e José Bonifácio (MG), que defendia a indicação do ministro do exército, Sílvio Frota, para a presidência da República, fato que desagradou a direção nacional da Arena que comunicou ao grupo a importunidade da candidatura, que continuou a ser articulada, ganhando apoio no congresso e entre os militares. Essa crise foi resolvida em 1977, com a exoneração do general Sílvio Frota.

O grupo “frotista” lança, no início do ano, nota de apoio à candidatura do general João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que viria a ser indicado à presidência da República. Nesse mesmo ano (1978), é eleito para ocupar a vice-presidência da Comissão da Bacia do São Francisco, mas por interferência do líder arenista José Bonifácio, que teve seu candidato derrotado, o presidente da Câmara Federal, o deputado Marco Antônio Maciel, decidiu anular a eleição, alegando que Francisco Rollemberg não poderia ter sido candidato, pois era apenas suplente na comissão. Durante esse período, Francisco Rolemberg bacharelou-se em ciências jurídicas e sócias pela Universidade de Uberlândia (MG).

Concorrendo novamente ao mandato de deputado federal, é reeleito para a legislatura 1979/83. Nesse período, com o fim do bipartidarismo em 1979, filia-se ao Partido Democrático Social (PDS), sendo que nesta legislatura participou como vice-presidente da Comissão de Redação e membro das comissões de Trabalho e Legislação

Social, atuando também como suplente nas comissões de Saúde, Relações Exteriores e Defesa do Consumidor. Com o fim de seu mandato, é novamente reeleito para mais uma legislatura 1983/87 onde participou novamente da Comissão de Redação, como vice-presidente e presidente da mesma, não participando da votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para presidência da República. Derrotada a emenda, a eleição para presidência continua sendo indireta, e o deputado Francisco Rollemberg vota no candidato derrotado Paulo Maluf.

Francisco Rollrberg, no início do Governo Sarney, filiou-se ao PFL para, no ano seguinte, integrar os quadros do PMDB, partido pelo qual se elegeu senador constituinte (1987/95). Na constituinte, votou a favor de questões polêmicas, como a favor da pena de morte, da unidade sindical e do mandato de cinco anos para Sarney. Participou também da mesa diretora do Senado, como segundo suplente e como titular da comissão de Relações Exteriores. Durante essa legislatura trocou mais duas vezes de partido, voltando ao PFL e depois integrando os quadros do PMN, sendo líder deste partido no Senado. Com o fim do mandato, voltou a exercer a profissão médica.

1.2 – Os deputados estaduais

Francisco Teles de Mendonça²¹

O deputado Chico de Miguel é integrante de uma família de pequenos produtores rurais, atividade que exerceu desde cedo, tendo inclusive uma experiência no trabalho agrícola fora do estado, mas foi com a sua atividade comercial primeiramente com uma pequena mercearia e depois com a venda e compra de gado, que lhe possibilitou ser reconhecido e estabelecer relações com lideranças políticas do seu município, tornado-se inclusive um mediador.

Francisco Teles de Mendonça é filho de um pequeno agricultor produtor de cereais, o senhor Miguel Teles de Mendonça. Nasceu no município de Itabaiana no ano de 1926, morando com a família em um povoado do município onde desde cedo, junto com seus treze irmãos, ajudava os pais no sustento da família. Lembra que acordava muito cedo para cuidar dos animais da propriedade, e que nos dias de feira ajudava o pai

²¹ As informações sobre o deputado foram retiradas do livro de Osmário Santos: Memórias de Políticos de Sergipe.

na pequena mercearia que possuía para a venda dos cereais que produzia. Diz que o principal aprendizado com o pai foi ser um homem de moral e palavra.

Os primeiros contatos com os estudos aconteceram com as professoras Iaiá Maria e Iaracé, em uma escola que ficava a dez quilômetros do povoado onde morava. Por não gostar de estudar e preferir as bagunças, acabou por não concluir o ensino primário, aprendendo apenas a assinar o nome e algumas noções de aritmética, lembrando que, nesse período, dividia o dia entre as manhãs dedicadas à escola e as tardes dedicadas ao trabalho, ajudando os pais.

No ano de 1940, ao completar quatorze anos, decide sair de casa e procurar sua independência. Para isso, faz uma viagem a Aracaju, tendo como destino final um lugar conhecido como Rancharia, localizado no Estado de São Paulo, uma viagem que dura mais de trinta dias. Por ter experiência no trabalho agrícola, adquirida nos trabalhos com seu pai, foi trabalhar no campo, consegue um emprego em uma fazenda como se fosse um bóia fria, mas, depois de pouco mais de um ano, decide tocar sua própria roça, em um pedaço de terra de dezesseis tarefas, passando a ganhar dinheiro com o plantio de milho, algodão e feijão.

Depois de três anos ausente de casa, volta à sua cidade natal por conta das saudades que sentia da família. Na volta a Itabaiana, monta uma bodega, que passa a ser conhecida como “Bodega do Chico”, passando por volta de doze anos como bodegueiro. Nesse período, conhece sua esposa D. Saturnina Vieira Bispo. Em virtude do casamento, deixa a bodega sob a administração da família, passando a negociar com gado, comprando e vendendo boiada, tornado-se fornecedor, por oito anos, do Matadouro de Itabaiana. Com o êxito alcançado, troca o povoado onde morava pela sede do município no ano de 1959. Esse sucesso alcançado na compra e venda de gado possibilitou a compra de uma fazenda conhecida, como Fazenda Marcela, o que dá início a uma nova fase em sua vida.

Portanto, o reconhecimento alcançado, como um importante comerciante de cidade de Itabaiana e região, somado a função de mediador político dos Paes Mendonça, do qual se tornaria herdeiro político, fizeram com que Chico de Miguel torna-se a principal liderança udenista no município, conquistando assim recursos suficientes para lançar a sua candidatura a deputado estadual.

No ano de 1964, ocorre em Itabaiana o assassinato do deputado federal Euclides Paes Mendonça e de seu filho que era deputado estadual, de quem era eleitor. Dessa forma, a UDN na cidade de Itabaiana fica abandonada, sem liderança na cidade,

chegando a ficar dois anos sem atuação. Ninguém na cidade tinha a intenção de retomar às atividades da UDN, pois diziam que era procurar o caminho da morte, mas Chico de Miguel, como passou a ser conhecido, em virtude do nome de seu pai, dizia que não haveria mortes, e procurou Leandro Maciel, principal liderança udenista no Estado, pedindo providências, já que a UDN precisava de uma liderança política no município, mas a conversa não teve o resultado esperado.

No ano de 1966, ano das eleições para deputado estadual, segundo Osmário Santos (2002), muitos queriam que fosse candidato a deputado estadual, mas Chico de Miguel não queria ser candidato, daria seu apoio ao seu compadre e grande incentivador de sua entrada na política, o senhor José Sinizio de Almeida, que era o prefeito e candidato a deputado estadual. No entanto, um fato muda toda a situação. Leandro Maciel, em reunião na cidade, informa que Sinizio de Almeida não seria candidato a deputado, mas o deputado Antônio Torres, o que foi acatado por Sinizio, mas tal fato não agradou a muitos que decidiram que o candidato seria Chico de Miguel, o que foi aceito. Mesmo depois da decisão tomada, Leandro Maciel volta a conversar com Chico de Miguel na tentativa de removê-lo da idéia de ser candidato, para dar espaço ao deputado Antônio Torres, mas não obteve êxito e Chico de Miguel foi disputar a eleição com garra, já que tinha ido de encontro à principal liderança da UDN estadual.

Apesar de muitos políticos não acreditarem em sua eleição, Chico de Miguel é eleito para a legislatura de 1967-70. Mas o assassinato de outro político de Itabaiana, o candidato derrotado Manuel Teles, acaba por interromper o mandato de Chico de Miguel, que é acusado de ser o responsável pelo assassinato. O Governo pediu à Assembléia Legislativa autorização para processar o deputado, mas a mesma foi negada. Acabou sendo preso pela Polícia Federal e levado ao 28º Batalhão de Caçadores. Ficou à disposição da justiça, aguardando julgamento, ficou cinco anos preso na Penitenciária Estadual, quando foi julgado por duas vezes por um júri popular, mas acabou sendo absolvido por seis votos a um, em ambos os julgamentos.

Foi no período em que estava preso que percebeu a força de sua liderança no município de Itabaiana, já que nas eleições de 1970, a Arena lança um candidato a prefeito na cidade que não contava com seu apoio. Com isso, chama o principal líder do MDB no Estado, o deputado José Carlos Teixeira, e pede que registre a candidatura de que ele quisesse a prefeito de Itabaiana pelo MDB, que daria seu apoio. Mesmo não acreditando na eleição de seu candidato, já que o candidato arenista contava com o apoio do atual prefeito e do governo, José Carlos Teixeira registrou a candidatura de

José Filadelfo Araújo a prefeito da cidade, comunica o fato a Chico de Miguel, que pede ao seu advogado Gilton Garcia que levasse seus filhos à penitenciária para comunicá-los do fato e que levassem a notícia aos povoados, pedindo que votassem em seu candidato. O candidato a prefeito do MDB acabou sendo eleito, junto com oito vereadores da Arena que eram os candidatos de Chico de Miguel que, com esse fato, demonstrou sua força política no município²².

Afirma que sempre fez campanha sozinho, sem apoio de grandes lideranças políticas do Estado, mas que contava com o apoio da população, a quem ajudava com trabalhos assistencialistas que realizava na cidade. Depois de todos esses acontecimentos, não pretende mais ser candidato a nenhum cargo, deixando essa tarefa para seus filhos, mas não deixando de prestar assistência à população de Itabaiana. Deixou a disputa por mandatos eletivos para seus filhos o advogado e empresário Antônio Teles de Mendonça que foi prefeito de Itabaiana de 1975 a 1983, e José Teles de Mendonça que foi deputado estadual de 1974 a 1986 e deputado federal de 1990 a 2002 por Sergipe.

Djenal Tavares Queiroz²³

O deputado Djenal Queiroz possui uma trajetória diferenciada de todos os demais deputados eleitos pela Arena sergipana, apesar de estar ligado ao meio rural como os demais deputados, é o único a ter uma trajetória militar, que será construída nos estados de Sergipe e Bahia.

Djenal Tavares Queiroz nasceu na cidade de Frei Paulo no ano de 1916, filho do engenheiro têxtil Rosalvo Queiroz, formado na Europa, pois seu avô naquele momento tinha condições de financiar os estudos de seu Rosalvo. Na volta, seu pai passou por reveses econômicos, passando a ser um pequeno pecuarista e agricultor. Apesar das dificuldades financeiras, seus pais fizeram de tudo para que os filhos tivessem uma boa educação.

Viveu uma pequena parte de sua infância na cidade de Frei Paulo, na fazenda Grota Funda, de propriedade de sua família, mas, com a vinda de seu tio Gentil Tavares para estudar engenharia na cidade de Salvador, sua família mudou-se para a capital do

²² Este fato demonstra a força do capital pessoal de notoriedade conquistado por Chico de Miguel, demonstrando a sua independência em relação a organização política que pertencia (BOURDIEU, 1989).

²³ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002).

Estado, em uma vigem feita nos conhecidos carros de boi. Em Aracaju, tem os primeiros contatos com a Escala, sendo aluno, primeiramente, da professora Dona Bió e mais tarde, da professora Teixeira, mas é no Colégio Tobias Barreto que se prepara para chegar ao curso ginásial.

Djenal tinha dois tios que eram oficiais do exército: os generais João Tavares e Antonio Tavares da Mota, o que o levou aos onze anos a deixar sua família e ir morar na cidade do Rio de Janeiro para estudar no Colégio Militar após ter passado no exame de admissão. Após um período de estudos, decidiu fazer o curso superior na Escola Militar do Realengo, formando-se no ano de 1936. Esses anos de juventude foram divididos entre as cidades de Aracaju, em períodos de férias, e a cidade do Rio de Janeiro, praticando esportes como o remo, chegando a fazer parte da equipe do Clube Brasil, mas não participando de competições.

Na Escola Militar do Realengo, fazia parte de um grupo que se destacava na escola e que, mais tarde, seriam ocupadas posições importantes como, por exemplo, Valter Pires, que mais tarde foi ministro do Exército, e o ex-presidente da República João Batista Figueiredo, que em uma de suas visitas oficiais como presidente da República fez questão de marcar um jantar, como seus colegas de Escola Militar.

Depois de sua formatura, foi servir no BC de Petrópolis, ficando por lá durante quatro anos, mas sua vontade era voltar para Aracaju e poder ajudar sua família. Conseguiu voltar para Sergipe para servir como aspirante a oficial no 28º Batalhão de Caçadores, que estava sob o comando do coronel Maynard Gomes. A carreira militar de Djenal Queiroz foi quase toda ela realizado no estado de Sergipe. Apenas em duas oportunidades, foi servir em Salvador, como subcomandante do 19º BC e depois, já como tenente-coronel, foi ajudante geral do Quartel General.

Como desportista, Djenal participou da fundação do clube de futebol chamado Olímpico, prestando grandes serviços ao futebol sergipano, sendo o responsável pela construção do campo de futebol, chamado na época de Estádio de Aracaju que, mais tarde, foi demolido e construído o Estádio Lourival Batista, que ainda hoje é o principal palco do futebol sergipano. Durante a construção do primeiro estádio, Djenal Queiroz era Secretário de Segurança, convencendo o governador José Rollemberg Leite da necessidade da construção do mesmo. Recebeu autorização para o início das obras, mas, em virtude da falta de recursos, teve a idéia de colocar os presos para trabalharem na construção e, assim, os presidiários trabalhavam durante o dia na obra e à noite, voltando para dormir na penitenciária.

Decide entrar para a política quando esta o perseguiu. Por ser militar e ter ingressado no PSD, por ter proximidade e amizade com suas lideranças, como José R. Leite e Leite Neto, fato que acabou desagradando às lideranças udenistas, que conseguiram sua transferência para Belém do Pará. Mas, por interferência de seus tios que eram militares, conseguiu ser transferido para o Quartel General do Exército em Salvador. Lá ficou sabendo que tinha sido Seixas Dória, que tinha inserção junto ao governo Jânio Quadros, o responsável por sua transferência.

A construção de sua carreira militar lhe possibilitou estabelecer contatos com lideranças políticas nacionais, além de ter dois tios com carreiras militares consagradas, e as suas relações pessoais com lideranças políticas importantes do Estado, possibilitaram a Djenal Queiroz o acúmulo de um capital pessoal de notoriedade, que lhe possibilitou a participar dos governos do PSD em Sergipe, ocupando cargos de destaque na segurança pública. A partir deste trabalho a frente da segurança pública, somado ao capital pessoal já possuído, lhe permitiu almejar uma cadeira no parlamento estadual.

Nos oito anos do período multipartidário, em que a máquina governamental foi dominada pelo PSD, Djenal Queiroz foi comandante da polícia militar (1947/54) e secretário de segurança pública durante o biênio 1954/55. Quando decidiu ser candidato a deputado estadual nas eleições de 1962, foi pedir ao líder do partido Leite Neto que lhe concedesse um colégio eleitoral, mas recebeu como resposta um não, pois o partido já tinha seus compromissos firmados e não poderia ajudá-lo com votos. Foi para a campanha com a ajuda de seus amigos e com seu trabalho de corpo a corpo com os eleitores, quase não participando de comícios. Para surpresa de todos, foi eleito o deputado estadual mais votado pelo PSD.

Eleito para seu primeiro mandato (1963/67), atuou como membro titular das comissões de Redação e Finanças, sendo também eleito primeiro secretário da Assembléia Legislativa. Licenciou-se do cargo para assumir a secretaria de segurança pública (1964/66). Com a implementação do sistema bipartidário, filia-se à Arena, disputando a reeleição para mais um mandato parlamentar. Obtendo sucesso, atuou mais uma vez com destaque, como vice-presidente e presidente da comissão de Justiça da casa.

Devido à sua atuação como deputado estadual, foi reconduzido a casa por mais dois mandatos (1971/75 e 1975/79), atuando durante esse período com líder do partido e do governo, integrando também as comissões de Finança e Redação. É escolhido para

ser o indicado a vice-governador, na chapa, encabeçado por Augusto Franco, assumindo o mandato em maio de 1982, devido ao afastamento do governador que iria disputar a eleição para a Câmara Federal.

Com a redemocratização e a extinção dos partidos políticos, filiou-se ao PDS. Com a posse do novo governador João Alves Filho, assumiu a secretaria de Habitação e Previdência Social de Sergipe (1983/85). Já pelo PDS, foi eleito deputado estadual constituinte, sendo o líder da bancada, e presidente da comissão de Justiça, reeleito para mais um mandato (1991/95), atuando novamente como líder do governo. Durante essa legislatura, houve a fusão entre o PDS e o Partido Democrata Cristão, que deu origem ao PPR ao qual Djenal Queiroz filiou-se. Com o fim do mandato e com a derrota nas eleições, passou a ser secretário de assuntos parlamentares do governo Albano Franco.

* * * * *

As trajetórias aqui apresentadas demonstram diferentes maneiras de construção de carreiras políticas entre os deputados, mas também apresentando algumas características comuns, como o forte vínculo destes deputados com a propriedade da terra. Entre os deputados federais percebe-se o alto grau de escolaridade dos três deputados, mas apresentando formas diferenciadas no uso dos títulos escolares, a participação de dois dos deputados no movimento estudantil, há diferenças também no que diz respeito às filiações partidárias, dois deles apresentando poucas migrações partidárias, mas tendo como fator comum a entrada na política de forma horizontal (MADEIRA, 2004), sendo que dois deles começando por cargos eletivos federais, e o terceiro como secretário estadual.

Augusto Franco pertence a uma família de destaque no Estado, tanto no que diz respeito à área econômica, como na atuação política. Desta forma a família se dividia entre a atuação empresarial e a atuação política, tendo Augusto Franco até o início do regime autoritário uma trajetória empresarial de destaque, mas com a morte de seu irmão Walter Franco, o mesmo passou a ocupar o seu lugar, ingressando na política já como deputado federal, já que teve a sua tentativa de ser indicado governador frustrada. Assim a sua carreira política é construída com base em sua trajetória empresarial, participando inclusive de associações sindicais patronais, bem como da herança política que herdou do seu irmão, que foi senador e deputado federal.

João Machado, ainda na juventude, dá início às suas atividades políticas, participando do movimento estudantil secundarista, como também já tendo uma militância partidária na UDN. Já formado em engenharia civil, ganha destaque, atuando como empresário do ramo da construção civil, o que o levou a receber o convite de Luiz Garcia, para ser secretário da fazenda, obras e produção durante quatro anos, para depois ser candidato a deputado federal. Apesar de ter apoiado o movimento de 1964, por ter uma postura considerada independente, tem os seus direitos políticos cassados, voltando a exercer um cargo político apenas em 1986, como deputado federal constituinte, uma carreira política construída com base em sua atuação profissional, que fortaleceu seus laços com a política, iniciados na juventude.

A trajetória de Francisco Rollemberg é marcada por uma influência política familiar, que é reforçada com sua participação no movimento estudantil secundarista e na participação de reuniões políticas quando estudante de Medicina, passando a exercer a prática de uma medicina humanista que, em certo momento, passa a ter um viés político, quando passa a atender em seu consultório pacientes encaminhados por seu irmão, o deputado estadual Heráclito Rollemberg. Assim, seu trajeto é marcado por uma herança política familiar e pela prática da medicina humanista, que são reconvertidas em trunfos políticos.

Já entre os deputados estaduais percebe-se também a vinculação com a propriedade da terra, mas apresentando um grau de escolaridade menor em relação aos deputados federais, em ambos os casos justificam a entrada na política não como uma vontade individual, um por ter sofrido uma perseguição política, e o outro por ser uma vontade da população. Os dois deputados também ingressam na política de forma horizontal (MADEIRA, 2004) um deles já como deputado estadual, e o outro através do cargo político, vinculado a sua carreira militar, sendo o único dos deputados estaduais e federais com formação militar.

A trajetória de Francisco de Miguel é marcada por sua experiência na agricultura, ajudando o seu pai desde a infância, passando também por uma experiência no Estado de São Paulo, que lhe propiciou em sua volta a Itabaiana montar um comércio e tornar-se conhecido na cidade, passando inclusive a ajudar um político de destaque no município, ao qual viria a substituir em virtude da morte do mesmo, lançando assim a sua candidatura a deputado estadual, segundo o mesmo pela vontade popular, ou seja, não a colocando como uma iniciativa apenas individual.

Como demonstrado à trajetória do deputado Djenal Queiroz, a construção de sua carreira política foi construída a partir de sua carreira militar, e de laços pessoais estabelecidos com lideranças políticas do PSD e do PR, o que possibilitou a ocupação de cargos administrativos, na área da segurança pública. A partir daí, construiu uma carreira parlamentar sólida, que é marcada por poucas trocas partidárias.

2 – Entrada precoce na política

2.1 – Os deputados federais

Antonio Carlos Valadares²⁴

O deputado Valadares inicia a sua carreira política como prefeito de sua cidade, contando com o capital político herdado de seu pai, que foi um político de destaque no município, chegando a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa, que somados a outros recursos adquiridos ao longo de sua trajetória, foram fundamentais para sua chegada a Câmara Federal.

Antônio Carlos Valadares nasce no município sergipano de Simão Dias, no ano de 1943, filho de um pequeno agricultor de algodão, o senhor Pedro Almeida Valadares, que também foi um político de destaque no município, sendo vereador, prefeito e deputado estadual. O pai de Valadares, conhecido como seu “Pedrinho”, iniciou na política junto ao grupo político udenista liderado por José Dória, conhecido como “Dorinha”, sendo eleito vereador em 1951. Como Dorinha, era uma liderança política arrogante e impopular, o latifundiário Cândido Dantas. Observando a popularidade de seu “Pedrinho”, rompe com este grupo, criando uma dissidência política, e lança seu “Pedrinho” candidato a prefeito de Simão Dias, sendo eleito para o período de 1955/59.

Seu “Pedrinho” era um político que tomava para si as demandas da população que deveriam ser de responsabilidade do Estado, praticando, assim, uma política de prestação de assistência à população, o que o levou a responder um processo de cassação de mandato, sendo denunciado pela oposição de ter transformado a prefeitura em um centro de assistência à população e, por isso, inviabilizando a administração de

²⁴ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002), e Marcelo Domingos de Souza (2002)

serviços essenciais da prefeitura. Todas as lideranças como Celso de Carvalho, “Dorinha” e Cândido Dantas uniram-se para derrubá-lo da prefeitura, tendo sido aprovado pela Câmara de Vereadores seu afastamento, mas tal medida não foi aprovada pela Assembléia Legislativa, aumentando o prestígio político de seu “Pedrinho” junto à população de sua cidade, sendo, inclusive, reeleito para mais um mandato.

Agricultor e produtor de algodão como a maior parte da população de Simão Dias, a trajetória de seu “Pedrinho” é marcada pela ascensão de um pequeno agricultor à de liderança política, ou seja, é marcada pelo mito de um homem sofredor. Seu “Pedrinho” morre em 1965 como deputado estadual. É dessa trajetória política que Valadares irá beneficiar-se como herdeiro político de seu pai.

Valadares inicia os estudos na própria cidade de Simão Dias, sendo alfabetizado por D. Carmosa, que foi sua primeira professora, antes mesmo de entrar propriamente na escola, depois vindo estudar na cidade de Aracaju no Colégio Jackson de Figueiredo, concluindo o ginásio e cursando o científico no Colégio Atheneu. Concluindo o científico, presta vestibular para Química Industrial, na Escola de Química, que mais tarde seria integrada à Universidade Federal de Sergipe, quando de sua criação. Desses tempos de estudante, lembra que, durante três anos, foi professor de Matemática e Física do Colégio Atheneu, já que precisava trabalhar para manter-se na faculdade.

Antes mesmo de formar-se, é eleito prefeito de Simão Dias no pleito de 1966, já pela Arena, partido que dava sustentação ao regime militar. Afirma que a política só esquentava no município no período eleitoral, entre o grupo político do qual fazia parte e o de seus adversários liderados por Celso de Carvalho, mas que, passadas as eleições, a convivência entre os grupos voltava a ser tranquila. Após o cumprimento de seu mandato de prefeito, disputou a eleição para deputado estadual, sendo eleito para o período de 1971/75.

Já como deputado estadual, ingressa no curso de direito da Universidade Federal de Sergipe, bacharelando-se no ano de 1974, mesmo ano em que é reeleito deputado estadual para a legislatura 1975/79. Nessa legislatura, atuou tanto como líder do governo, quanto como líder da Arena no parlamento, sendo integrante da Comissão de Justiça de 1975/76, também tendo sido eleito presidente da Assembléia Legislativa para o biênio 1977/79. Durante todo o período em que foi deputado estadual, exerceu a advocacia de forma gratuita em sua cidade natal e na cidade de Poço Verde.

Portanto, neste momento de sua trajetória política, Valadares além de contar com o capital político herdado de seu pai, passa a contar com recursos construídos por

sua atuação como prefeito e deputado estadual, que lhe permitiu estabelecer contatos com lideranças políticas estaduais, como também com um capital político pessoal de notoriedade, conquistado por sua atuação como advogado, o que lhe possibilitou pleitear uma cadeira na Câmara Federal.

Depois de já ter atuado com destaque como prefeito e como deputado estadual, no ano de 1978, candidata-se a uma cadeira na Câmara Federal, elegendo-se para o período de 1979/83, mas se licencia do mandato parlamentar para assumir a pasta de Secretário de Educação no governo Augusto Franco. Cabe ressaltar que existia uma relação de amizade e comercial entre o então governador e a família de Valadares, já que o algodão produzido pela família em Simão Dias era vendido para a fábrica Sergipe Industrial, de propriedade da família Franco, tanto que essas relações levaram a família de Valadares a apoiar a candidatura de Augusto Franco a deputado federal em 1982.

Com o processo de redemocratização e o fim do bipartidarismo, filia-se ao PDS, que dava sustentação ao governo, deixando a Secretaria de Educação no ano de 1981, voltando a exercer seu mandato parlamentar na Câmara Federal. Disputou a eleição de 1982 como candidato a vice-governador, na chapa encabeçada por João Alves Filho. Seu nome é indicado em virtude de um desentendimento entre lideranças do partido, sendo indicado como uma espécie de consenso entre as lideranças, para evitar a divisão do partido e acalmar os ânimos. Trocou novamente de partido neste período, disputando a eleição de governador em 1986 já pelo PFL, sendo o único governador eleito por este partido em todo o Brasil que, neste momento, tinha um desejo de mudança política, em virtude dos vinte anos de governo autoritário.

Durante seu governo e com autorização da Assembléia Legislativa, processo este começado por iniciativa do deputado estadual à época o atual governador Marcelo Deda, decretou a intervenção da prefeitura de Aracaju, que era ocupada por um ex-aliado Jackson Barreto, que foi denunciado por irregularidades à frente da prefeitura pelo procurador ao Tribunal de Contas de Sergipe. Com o fim de seu mandato à frente do governo estadual, passou a dedicar-se às atividades partidárias de fundação e estruturação do Partido Social Trabalhista (PST), que pouco tempo depois fundiu-se com o Partido Trabalhista Renovador (PTR), dando origem ao Partido Progressista (PP), partido pelo qual Valadares elege-se Senador da República, cargo que ocupa até hoje, mas já filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Durante esse período que vai de 1994 até hoje, foi derrotado em uma eleição para o governo do Estado em 1998 e, em 2000, para prefeito de Aracaju.

Arnaldo Rollemberg Garcez²⁵

Integrante de uma de uma família de grandes produtores rurais e de uma das mais importantes da política sergipana, o que lhe rendeu um capital de relações sociais familiares, sobretudo no meio político, que foi de fundamental importância para o início de sua trajetória política, como deputado estadual.

Arnaldo Rollemberg Garcez nasceu na cidade de Itaporanga no ano de 1911. Filho do proprietário rural João Sobral Garcez, não deteve mandatos políticos, mas participou da fundação da União Republicana de Sergipe, na época das fundações dos partidos estaduais, e de Alzira Barreto Garcez, que perdeu muito cedo os pais e acabou sendo criada pelo proprietário rural e dono do Engenho Escurial o senhor Adolfo Rollemberg, conhecido por sua prudência e equilíbrio, sendo por isso uma espécie de mediador de conflitos na região.

Como filho único, foi cercado de todos os cuidados possíveis, viveu uma infância típica de menino de engenho andando a cavalo entre a Fazenda Camaçari e a sede do município de Itaporanga. As brincadeiras de infância eram interrompidas pelos momentos dedicados aos estudos, tendo as primeiras aulas com a professora particular Tecia Rios, que dava aulas na própria Fazenda Camaçari. Lembra que era uma professora exigente, mas não se utilizava de castigos como a régua no aprendizado. O curso primário foi feito no Grêmio Escolar do professor Evangelino Faro, que ficava localizado na cidade de Aracaju, permanecendo como aluno interno, saindo nos finais de semana para ficar com sua avó que morava na cidade. Com o fim do primário, faz exame de admissão para o ginásial. Tendo sido aprovado, permaneceu estudando na mesma escola.

Os exames complementares são feitos no Colégio Atheneu. Nessa fase, Arnaldo dividia-se entre a cidade de Aracaju e os finais de semana na cidade de Itaporanga onde fazia a viagem até a sede do município de trem, mas chegando sempre à Fazenda Camaçari a cavalo. Estudou também na Escola de Comércio Orlando, sendo nesse período que resolveu estudar direito. Como não havia faculdade de direito em Sergipe, teria que se deslocar até Salvador para poder realizar o curso e por esse motivo acabou

²⁵ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002), e de Luiz Antônio Barreto (2006).

desistindo da idéia para não entrar em confronto com seus pais, que segundo Osmário Santos (2002), não queriam que o filho se ausentasse dos afazeres da fazenda.

Casou-se com Maria Augusta Garcez que era sua prima e, por interferência de seu tio e sogro Silvio Garcez, que era chefe político da cidade de Itaporanga, entra para a política. Sua família era próxima de lideranças políticas como Augusto Leite e Leite Neto. Por esse motivo, filia-se à União Republicana, pela qual sai candidato a deputado estadual; já contando com um colégio eleitoral de sua cidade natal, é eleito deputado estadual constituinte, participando da primeira Assembléia Constituinte do Estado de Sergipe.

Com o golpe de Estado e o fechamento da Assembléia Legislativa, Arnaldo volta a dedicar-se, exclusivamente, aos seus afazeres como fazendeiro e, sempre que esteve afastado do parlamento, onde defendia sempre os interesses de sua cidade, nunca chegou a ocupar um cargo administrativo na máquina governamental. Com o processo de redemocratização e com a criação dos partidos nacionais, filia-se ao PSD, e já contando com uma participação importante na política sergipana, é escolhido o candidato ao Governo do Estado pela coligação PSD/PR, conta que sua escolha deu-se como uma forma de apaziguar as disputas internas.

Portanto, vai disputar a eleição para governador com a principal liderança udenista Leandro Maciel. Conseguindo o apoio de todas as lideranças dos partidos da coligação, acaba por vencer a eleição por uma margem pequena de votos. O resultado das eleições foi contestado na justiça e sua defesa foi feita pelo então deputado federal, recém eleito, Amando Fontes, garantido a posse do governador eleito. Mas encontrou dificuldades em seu governo por não contar com uma maioria folgada na Assembléia Legislativa, o que acabava por dificultar a aprovação de determinados projetos. Com sua autoridade sendo questionada, Arnaldo ainda enfrenta em seu governo as turbulências provocadas pelo suicídio do presidente Getulio Vargas, sendo obrigado a dar proteção aos udenistas, principalmente a casa do principal líder da UDN Leandro Maciel e a Rádio Liberdade, que estava dando espaço aos políticos udenistas, pois ambas estavam sendo ameaçadas de apedrejamento pela população.

Arnaldo Garcez permanece no governo até o fim de seu mandato, em janeiro de 1955, quando é substituído justamente por Leandro Maciel, que havia vencido as eleições para o Governo do Estado em uma disputa com o vice-governador o médico Edelzio Vieira de Melo. Para Arnaldo Garcez, essa rivalidade política existente entre os

udenistas e peessedista, em muitos momentos ferrenha, acabava por prejudicar o Estado de Sergipe.

Portanto, Arnaldo Garcez já é um político experiente e respeitado em Sergipe, quando se dá o movimento de março de 1964. Neste momento não conta mas apenas com os recursos políticos herdados de sua família, mas também com um conjunto relações sociais e políticas construídas ao longo de sua trajetória política, que lhe permitiu estabelecer relações políticas com diversas lideranças políticas sergipanas, tornando-se ele mesmo uma liderança política. O que foi fundamental para o prosseguimento de sua carreira política.

Arnaldo Garcez volta a ocupar um mandato eletivo apenas no ano de 1958, quando é eleito deputado federal pelo PSD, sendo reeleito no pleito seguinte. Com a implementação do sistema bipartidário, filia-se à Arena, partido que dava sustentação política ao governo militar, tornando-se novamente deputado federal para a legislatura 1967/71. Com o fim de seu mandato, assumiu a presidência do diretório regional da Arena sergipana, ficando no cargo até o ano de 1975, deixando a presidência da Arena por considerar-se desprestigiado frente ao governo de José Rollemberg Leite, o que acabou por gerar uma crise para a administração local.

Com a redemocratização política, Arnaldo Garcez vai encerrar sua carreira eletiva disputando pelo Partido Socialista Brasileiro duas eleições a prefeito de Itaporanga, saindo vitorioso em ambos os pleitos, assumindo a prefeitura nos períodos de 1983/87 e de 1993/97. Com o fim de seu segundo mandato, continua a morar no município, na fazenda Camaçari de sua propriedade.

Sebastião Celso de Carvalho²⁶

Integrante de uma família de grandes produtores rurais, mas que também tinham políticos de destaque tanto a nível regional, quanto a nível estadual. Fato esse que lhe possibilitou conquistar um conjunto de relações sociais familiares, que foram fundamentais para o início de sua carreira política, como prefeito de sua cidade natal, pertencendo ao grupo político rival a da família dos Valadares em Simão Dias.

²⁶ As informações sobre o dputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002), de Luiz Antônio Barreto (2006), e Marcelo Domingos de Souza (2002)

Sebastião Celso de Carvalho nasceu na cidade de Simão Dias no ano de 1923, na fazenda Baixão, que era de propriedade de seu avô, e hoje é de sua propriedade. Filho do engenheiro agrônomo, João de Matos Carvalho, que se formou pela Escola Luís de Queiroz em Piracicaba (SP), onde trabalhou como agrônomo, até a morte de seu avô, quando retorna à cidade de Simão Dias. Seu avô paterno, o médico Joviniano de Carvalho, foi deputado federal por cinco legislaturas. Já pelo lado materno, sua mãe Rosa Andrade de Carvalho, é neta adotiva de Sebastião da Fonseca Andrade, o Barão de Santa Rosa, que recebeu esse título do Papa por ter ajudado na reforma da igreja matriz de Simão Dias. Tanto que seu nome de Sebastião foi colocado por seu pai em homenagem ao Barão de Santa Rosa.

Já em Simão Dias, seu pai João Carvalho comprou de seu irmão as terras do Mercado, passando por um tempo a continuar trabalhando com o engenho, mas, com o passar dos anos, desativou o engenho e passou a ser apenas pecuarista. Celso de Carvalho passou a infância brincado nas terras de propriedade de seu pai.

Os primeiros estudos foram realizados no Grupo Escolar Fausto Cardoso, passando pouco tempo nesta escola, já que seus irmãos estavam chegando à idade escolar, o que levou seu pai a contratar uma professora particular em Aracaju, que foi morar em Simão Dias para cuidar da sua educação e de seus irmãos. No ano de 1933, é levado por seu pai para fazer o exame de admissão no Colégio Tobias Barreto, não passou no exame para iniciar o curso ginásial, permanecendo na escola durante todo o ano e, no final do ano, foi aprovado, dando início ao curso ginásial. Estudou no Tobias Barreto até o ano de 1939, quando concluiu o curso ginásial, indo para a cidade de Salvador estudar no Colégio Marista Nossa Senhora da Vitória, realizando o curso pré-jurídico.

Entra na Faculdade de Direito da Bahia, formando-se no ano de 1946, quando retornou à cidade de Simão Dias, passando a advogar na cidade e em Paripiranga, preparando sua carreira política. Inicia sua carreira política pelas mãos de seu tio Gervásio Prata, político de prestígio no Estado e principal liderança política do PSD na cidade. Mais tarde, tornou-se desembargador.

Portanto, neste momento além de contar com o conjunto de relações sociais construídos por sua família, o deputado Celso de Carvalho construiu também um capital político pessoal de notoriedade, devido a sua atuação como advogado. Estes recursos foram fundamentais para que passasse a ser reconhecido em sua cidade, o que foi de fundamental importância para a sua eleição como prefeito de Simão Dias.

Candidato a prefeito, em 1947, de sua cidade natal, foi apoiado pelas duas forças políticas da cidade, o seu tio Gervásio Prata (PSD) e José Dória de Almeida (UDN), sendo o único candidato, pois a liderança udenista teria aceitado não lançar candidato contra Celso de Carvalho, em virtude da amizade que tinha ao seu pai. A campanha foi feita sempre ao lado do seu tio, o desembargador Gervásio Prata, que era conhecido e influente na cidade.

A eleição para prefeito foi para Celso de Carvalho a oportunidade que precisava para entrar de vez para a política, já que, como não era conhecido na cidade, foi justamente na campanha eleitoral que passou a ser conhecido e entrar em contato com os eleitores e a população simão-diense em geral. Mesmo como prefeito continuou atuando como advogado, mas somente na cidade de Paripiranga, já que estava proibido de atuar como advogado em sua cidade, afirma que continuou a advogar mais para atender aos seus eleitores.

Com o término de seu mandato de prefeito, não foi disputar a eleição para deputado estadual, como era comum entre as lideranças locais, em virtude da candidatura de Carvalho Deda à assembléia legislativa, já que o mesmo não queria criar um clima de animosidade dentro de seu grupo político. O grupo ao qual Celso de Carvalho fazia parte não consegue eleger seu sucessor, assumindo a prefeitura o grupo rival liderado por “Dorinha”, liderança política udenista da cidade.

Sem mandato, Celso de Carvalho aceitou por alguns meses ser pretor judiciário na cidade de Campo do Brito. Com a reforma do judiciário que acabou com as pretorias, voltou a advogar em sua cidade. Já no pleito realizado no ano de 1954, Celso de Carvalho decide candidatar-se. Com isso, Carvalho Deda que disputava a reeleição, acaba rompendo com o grupo. Mesmo com esse rompimento, ambos são eleitos para a legislatura de 1955/59, passando à cidade de Simão Dias nesta legislatura a ter três deputados estaduais: Celso de Carvalho, Carvalho Deda e José Dória.

Com o fim do mandato, disputa a reeleição, sendo novamente eleito para mais um mandato no parlamento estadual. No pleito de 1962, o grupo político do qual fazia parte não tinha candidato para enfrentar os udenistas na disputa ao governo do Estado, por isso os integrantes do PSD e do PR vão buscar seu candidato nos quadros da UDN, o deputado federal Seixas Dória, rachando os udenistas. Celso de Carvalho foi escolhido como candidato a vice-governador, como aconteceu em sua primeira eleição para prefeito, o cargo bateu às suas portas, já que o mesmo nem participou da reunião em que o seu nome foi escolhido por indicação de Leite Neto.

Assumindo o cargo de vice-governador, por diversas vezes, atuou como governador, por conta das constantes viagens de Seixas Dória. Com a vitória do movimento de 1964 e com a implementação do regime militar no Brasil, o governador Seixas Dória vai ter o mandato cassado, por ter apoiado as reformas de base do governo do presidente João Goulart, participando do comício da Central do Brasil. Dessa forma, Celso de Carvalho acaba tomando posse como Governador, cumprindo o mandato até o fim, apesar das tentativas dos udenistas liderados por Leandro Maciel de tentar tirá-lo do governo. Mas, ao perceberem que o governador contava com apoio de setores militares, acabaram desistindo de derrubar Celso de Carvalho.

Com o fim do seu mandato à frente do governo do Estado, passou quatro anos afastado de cargos políticos. Filiado à Arena, retoma às suas atividades políticas disputando a eleição para a Câmara Federal. Neste momento, Celso de Carvalho, já conta com um conjunto de relações políticas, que foram construídos ao longo de sua trajetória política, tornando-se um político de destaque, inclusive com relações políticas que extrapolavam as fronteiras estaduais, que somados aos recursos já possuídos, foram fundamentais para que retornasse à política disputando a eleição para a Câmara Federal.

Eleito deputado federal, assumiu o mandato no ano de 1975, atuou com destaque, participando como membro titular da comissão de Agricultura e Política Rural e presidente da comissão do Polígono das Secas, e como suplente da comissão de Finanças. Com o fim de seu mandato, disputa a reeleição, retornando à Câmara no ano de 1979 onde continuou participando como membro titular da comissão de Agricultura. Nesse mesmo ano, o sistema bipartidário foi extinto, filando-se ao Partido Progressista (PP), no qual permaneceu até o ano de 1981, e junto com outros parlamentares, o senador Gilvan Rocha, o deputado federal Tertuliano Azevedo e alguns deputados estaduais filiaram-se ao PMDB, o que significou a quase extinção do PP em Sergipe. Mas ficou apenas um ano filiado ao PMDB, deixando esse partido para filiar-se ao PDS, partido que sucedeu à Arena, pelo qual se elegeu para mais um mandato de deputado federal (1983/87).

Durante essa legislatura, foi votada a emenda Dante de Oliveira, mas Celso de Carvalho não estava presente no dia da votação, que manteve a eleição indireta para a presidência da República. Celso de Carvalho acabou por apoiar o então deputado Paulo Maluf, que acabou derrotado por Tancredo Neves. Deixou a Câmara dos Deputados com o fim de seu mandato, não voltando mais a disputar nenhum cargo público,

passando a dedicar-se aos afazeres particulares, em sua fazenda na cidade de Simão Dias.

Luiz Garcia²⁷

O deputado Luiz Garcia é integrante de uma família de classe média, filho de um comerciante e político da cidade de Rosário do Catete, o que possibilitou ao deputado o contato com a política desde jovem, e o estabelecimento de relações com lideranças políticas do Estado.

Luiz Menezes Garcia nasce no ano de 1910 na cidade de Rosário do Catete. Filho de Antônio Garcia Sobrinho um comerciante conhecido em toda a região, mas que também exerceu a função pública de exator estadual, mas também participava da política, apoiando o movimento tenentista na figura de Augusto Maynard Gomes, comandando a política no município junto com Pedro Pantaleão de Souza, o Pedrinho da Farmácia, comandava toda a estrutura da prefeitura de Rosário, o prefeito Matias Cruzeiro aparecia na prefeitura apenas para assinar documentos.

O senhor Antonio Garcia, por se considerar um homem de classe média, por não possuir fazendas e fábricas, achava que a herança que podia deixar aos filhos eram os estudos. Luiz Garcia estudou até os doze anos em sua cidade natal, tendo sua primeira aula com a professora Laudicéia, que pertencia ao quadro de professores da rede estadual, como também foi aluno da professora Iaiazinha Sampaio. Aos doze anos, junto com seus irmãos, passou a morar em Aracaju, em uma casa alugada por seu pai, ficando sob a supervisão de sua mãe e de uma tia, a fim de complementar os estudos que eram realizados com professores particulares e por etapas, ou seja, por disciplinas isoladas que escolhia para prestar exames no Colégio Atheneu, lembrando que também chegou a estudar um ano no Colégio Tobias Barreto.

Após concluir os estudos, vai realizar o vestibular para a Faculdade de Direito da Bahia, sendo o único sergipano aprovado para o curso de direito. Vai morar em uma pensão na cidade de Salvador que só acolhia sergipanos. Quando ainda estava no segundo ano do curso de direito, aos dezoito anos, foi nomeado promotor público da Comarca de Estância, contando com o apoio de amigos bacharéis mais velhos que lhes

²⁷ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002), e de Luiz Antônio Barreto (2005).

instruíram para que assim tomasse posse. Bacharelou-se em direito no ano de 1932, exercendo plenamente a profissão com escritório em Aracaju e no Rio de Janeiro, conciliando com as atividades de jornalistas, intelectuais e políticas. Por conta de suas atividades em jornais, como no Correio de Aracaju²⁸, do qual foi diretor, escrevendo artigos, inclusive de crítica literária, foi indicado à Academia Sergipana de Letras, na cadeira nº 37 do Sodalício, no ano de 1942.

Luiz Garcia além de contar com a herança política do seu pai, construiu um capital político pessoal de notoriedade, em virtude da sua atuação como advogado, profissão que exerceu também no Rio de Janeiro, o que lhe possibilitou a construção de relações sociais que ultrapassavam as fronteiras do Estado. Esses recursos somados possibilitaram ao deputado a construção de alianças políticas com Leandro Marciel e a família Franco, que foram fundamentais para o início de sua carreira política.

Iniciou na política ainda nos anos 1930, ao lado de Leandro Maciel. Quando da fundação dos partidos locais em 1933/34, ingressou no PSD de Sergipe. Mais tarde, com a redemocratização, filia-se à UDN e depois à Arena, sempre ao lado de Leandro Maciel. O primeiro mandato eletivo ocupado foi o de deputado estadual constituinte, colaborando na elaboração da Constituição de 1935. Já com a redemocratização, e filiado à UDN, disputa uma vaga na Câmara Federal em 1945, ficando na primeira suplência.

A disputa ao governo do Estado, em 1947, da qual foi derrotado pelo candidato do PSD José Rollemberg Leite, foi marcada pela intervenção política da Liga Eleitoral Católica (LEC), que era presidida pelo advogado e empresário Hélio Ribeiro, lançando um manifesto para que os eleitores católicos não votassem em candidatos contrários aos princípios da Igreja, e conclamou aos candidatos que assumissem tais princípios. No entanto, no decorrer da campanha, Luiz Garcia, candidato a governador recebeu o apoio dos comunistas, que tinham entre seus quadros dois de seus irmãos Robério e Carlos Garcia, fato este que levou a LEC a apoiar abertamente o candidato do PSD e ameaçar os católicos de excomunhão caso votassem nos candidatos udenistas. Mas no ano de 1958, Luiz Garcia é novamente candidato a governador, contra o mesmo adversário anterior, mas, desta vez, sai vitorioso e substitui seu maior aliado no governo Leandro Maciel.

²⁸ Jornal esse que era de propriedade da família Franco, com quem matem relações políticas e partidárias no interior da UDN.

Apesar do fato de ter sofrido perseguição por parte da LEC em sua primeira disputa ao governo do Estado, Luiz Garcia, em todos os seus mandatos de deputado federal por Sergipe (1951/59 pela UDN e de 1967/75 pela Arena), defendeu a moral católica, fazendo discursos contra os projetos que visavam dar maiores direitos às mulheres, como o do estabelecimento do divórcio no Brasil, mostrando, assim, sua fidelidade religiosa e que os acontecimentos passados já haviam sido superados.

2.2 – Os deputados estaduais

Albano do Prado Franco²⁹

O deputado Albano Franco pertence a uma família que detém contatos importantes tanto no meio político, como no meio empresarial, o que possibilitou ao deputado a construção de uma carreira política de destaque tanto a nível regional, como a nível nacional em ambas as esferas. Portanto, Albano foi socializado em um ambiente familiar em que a política estava presente de forma constante.

Albano do Prado Franco nasceu na cidade de Aracaju no ano de 1940. Iniciou seus estudos no Colégio do Salvador onde, durante alguns anos, foi aluno interno, já que seus pais moravam na cidade de São Cristovão, por conta das atividades empresariais de seu pai. Destaca a formação cívica e religiosa recebida no colégio, e a rigidez do colégio em relação aos horários, ressaltando a importância desses acontecimentos para sua formação. Após a conclusão do curso primário no Colégio do Salvador, Albano Franco presta exame de admissão no Colégio São Vicente de Paula, em Petrópolis (RJ); já as duas séries iniciais do curso ginasial são feitas no colégio Arquidiocesano dos Irmãos Maristas, em São Paulo. Retornado a Aracaju, estuda no Colégio Jackson de Figueiredo, mas por conta da dificuldade em disciplinas de cálculo, foi fazer o curso clássico no Rio de Janeiro, prestando o vestibular na Faculdade de Direito de Recife, não obtendo êxito.

Volta a Sergipe e vai trabalhar ao lado do pai na fábrica de tecidos Sergipe Industrial, prestando novamente vestibular e, desta vez, obtendo êxito para a Faculdade de Direito de Sergipe. Já como estudante de direito, foi trabalhar no escritório da fábrica, localizado na rua da frente, na cidade de Aracaju. É na faculdade de direito que dá início à sua atividade política, mostrando sua liderança como presidente do diretório

²⁹ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002)

acadêmico do curso de direito. Nesse período, ocorre o movimento de 1964, mas ressalta que teve uma postura independente, não aceitando a prorrogação de seu mandato e mantendo boas relações com estudantes de outras vertentes ideológicas. Como estudante de direito, foi indicado pelo governador Luiz Garcia, que possuía relações políticas e partidárias com membros de sua família, desde a fundação da UDN sergipana, para ser promotor substituto da Comarca de Laranjeiras.

Apesar dessa militância estudantil, Albano Franco destaca que o gosto pela política surgiu no convívio familiar. Pelo lado paterno, tinha o tio Walter Franco, com militância política destacada na UDN, e pelo lado materno, seu avô, o médico e político Augusto Leite, cuja família comandava o PSD e o PR. Destaca que sua militância político-partidária foi de extrema importância para sua formação política, pois teve a possibilidade de conviver com lideranças políticas importantes, como Lourival Batista, Arnaldo Garcez, José Rollemberg Leite e tantos outros.

Desta forma, a construção de sua primeira candidatura e única a deputado estadual, será toda ela construída a partir das relações sociais e políticas familiares, que lhe possibilitaram o contato com diferentes lideranças políticas do estado de Sergipe. Após o término do seu primeiro mandato, Albano Franco passou a dedicar-se as atividades empresárias da família, o que lhe possibilitou a construção de um capital pessoal de notoriedade, que ultrapassaram as fronteiras do Estado, já que atuou de forma destacada em entidades patronais. No entanto, não deixou de nesse mesmo período de atuar na organização partidária a qual era filiado.

Antes de chegar à Assembléia Legislativa, participou de algumas eleições municipais, mas sem fazer discursos em comícios. Elege-se pela primeira vez deputado estadual no pleito de 1966, mesmo ano de sua formatura como bacharel em direito pela Universidade Federal de Sergipe, e neste mesmo pleito, seu pai foi eleito deputado federal, ambos pela Arena. Durante seu mandato foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, no ano de 1968, assumindo neste mesmo ano a secretaria estadual da Arena.

Com o fim do mandato, não tenta a reeleição, por ter feito um acordo com seu pai que se candidataria ao cargo majoritário de Senador da República. Mesmo assim, não se afasta da política, já que no ano de 1972, assume a vice-presidência da executiva estadual da Arena, deixando o cargo apenas em 1975. Sua atuação como empresário também não foi deixada de lado, já que foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe no período que vai de 1971 a 1977, quando deixa a presidência da

federação para assumir cargos de diretor e segundo-secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da qual se tornaria presidente no anos oitenta, ficando quatorze anos à frente da CNI.

Durante esse período de militância sindical patronal, foi eleito suplente de senador no leito de 1978, chegando a assumir o mandato de janeiro a fevereiro de 1982, em virtude de licença do titular Lourival Batista. É escolhido para presidência do diretório estadual do PDS, para o biênio 1982-84, assumindo a postura favorável ao projeto de abertura política do presidente da República João Figueiredo. Nesse mesmo ano, lança sua candidatura ao Senado Federal, e seu pai a Deputado Federal, ambos se elegem. Nesse período, ocupa dois postos chaves: a presidência da CNI e o mandato de Senador da República. Com isso, passa a defender os interesses dos empresários junto ao governo, participando como titular das Comissões Economia e Finanças e Minas e Energia, desta como presidente.

Por conta do acúmulo dos dois cargos estratégicos na área econômica e política, sofreu uma tentativa de afastá-lo da presidência da CNI por parte de Mário Amato e Luis Carlos Mamdelli, presidentes, respectivamente, das federações da indústria dos estados de São Paulo e Minas Gerais, mas, por contar com o apoio do presidente da federação das indústrias do Rio de Janeiro, Artur Donato, e da maior parte das federações do norte e nordeste, conseguiu permanecer à frente da presidência da CNI. Apesar desse fato, atuou sempre em defesa dos interesses do empresariado, defendendo a não intervenção do Estado na economia, a não ser em questões estratégicas como saúde, educação e segurança, ou seja, o Estado em matéria econômica deveria ter um papel fiscalizador.

Fato interessante na carreira política de Albano Franco é que esteve sempre filiado a partidos políticos considerados situacionistas, pois foi militante da Arena, depois do PDS, chegando a filiar-se ao PMDB quando José Sarney foi presidente da república, trocando esse partido pelo PRN, o mesmo partido de Fernando Collor, para depois filiar-se ao PSDB, pelo qual foi Governador de Sergipe por dois mandatos consecutivos de 1994-2002, e de deputado federal eleito em 2007. Com o fim do mandato, tentou novamente a eleição para o Senado, mas, dessa vez, não foi eleito. Atualmente, é presidente de honra do PSDB de Sergipe, dedicando-se também às suas atividades empresariais.

Gilton Garcia³⁰

Integrante de uma família com atuação política de destaque em Sergipe, que perpassava os diferentes espectros ideológicos, que ia desde a UDN, ao partido comunista, o que lhe possibilitou herdar um conjunto de relações sociais e políticas familiares, que ultrapassavam as fronteiras do estado, que somada a sua atuação como advogado lhe possibilitou a construção de sua carreira política.

Gilton Garcia nasce no ano de 1941, na cidade de Aracaju, herdando de seu pai não apenas o gosto pela política, mas também o cumprimento da palavra e a lealdade aos amigos; de sua mãe, Emilia Marques Pinto Garcia, a dedicação em ajudar os mais necessitados.

Inicia seus estudos no Colégio Jackson de Figueiredo onde conclui o ensino primário, chegando a estudar durante um período como aluno interno. Em virtude da eleição de seu pai a deputado federal, passa a morar na cidade do Rio de Janeiro, passando a estudar no Colégio Anglo Americano em Botafogo. Voltando a Aracaju, estudou no Colégio Atheneu, realizando o curso clássico, tendo sido contemporâneo de Wellington Manguera – membro do partido comunista e perseguido pela ditadura militar – e de Leandro Maciel Filho – que era filho de Leandro Maciel, amigo e companheiro de seu pai.

É nesse período que decide pelo curso de direito, ingressando na Faculdade de Direito de Sergipe, bacharelado-se no ano de 1963. Ainda como estudante de direito foi nomeado promotor substituto da Comarca de Propriá, onde passou um ano, revela que este fato era comum em Sergipe, já que não havia bacharéis em direito suficientes para assumir todas as comarcas. Como seu pai era integrante da UDN, e aos vinte e um anos de idade é eleito deputado estadual para a legislatura de 1963/66, assumiu o mandato no mesmo ano de sua formatura.

Neste momento a sua candidatura é construída, sobretudo pelas relações sociais e políticas conquistadas por sua família, sobretudo por seu pai o ex-governador Luiz Garcia, que ainda atuava de forma destacada na política sergipana. Em seu primeiro mandato como deputado estadual, teve uma atuação destacada o que lhe possibilitou a construção de um capital político, lhe permitindo assim a conquista de mais um mandato parlamentar. No entanto, não conclui o segundo mandato, o mesmo foi cassado

³⁰ As informações sobre o deputado foram retiradas do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, do Dicionário Histórico e Biográfico da FGV, de Osmário Santos (2002).

pelo regime militar, o que o obrigou a afastar-se da política por alguns anos, o que o levou a dedicar-se a advocacia, tendo sido inclusive presidente da OAB-SE, o que possibilitou a construção de um capital político pessoal de notoriedade, que somados aos recursos já possuídos, lhe permitiu a volta a política, quando teve de volta os seus direitos políticos.

Em seu primeiro mandato como deputado estadual, foi o líder da oposição na Assembléia Legislativa, já que a UDN controlava o legislativo, e o PSD o executivo. Seu mandato foi marcado pela defesa do funcionalismo público. Cita como exemplo o projeto de emenda constitucional aprovado na Assembléia Legislativa por unanimidade que tratava da aposentadoria especial para as professoras públicas, diminuindo de trinta e cinco para vinte e cinco anos a idade de aposentadoria das professoras. Fato que teve repercussão na sociedade e acabou contribuindo para sua reeleição no ano de 1966, já pela Arena.

Em seu segundo mandato como deputado, é eleito presidente da Assembléia Legislativa, em uma eleição com chapa única já que estávamos vivendo sob um regime autoritário. O governo militar já havia cassado parlamentares sergipanos no ano de 1964, voltando a fazê-lo novamente em 1968, só que desta vez a cassação acabou por atingir parlamentares jovens e que começavam a se destacar, incluindo Gilton Garcia, que respondeu ao inquérito militar, tendo por isso seus direitos políticos cassados por dez anos, apesar de no final do processo ter sido absorvido.

Impossibilitado de exercer cargos públicos, passou a dedicar-se à atividade da advocacia, montando um escritório onde atuou de forma exclusiva durante dois anos, já que, em 1975, foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil secção Sergipe, permanecendo no cargo até o ano de 1979. À frente da OAB/SE, realizou vários cursos aqui no Estado que contaram com a presença de ministros, do presidente da Câmara dos Deputados e de ministros do STF. Em 1979, ano em que se encerra seu impedimento político, e com a indicação de Augusto Franco ao Governo do Estado, Gilton Garcia assumiu a Procuradoria Geral de Justiça, sendo, durante três anos, chefe geral do ministério público.

Deixa a procuradoria para ser candidato a deputado federal pelo PDS, sendo eleito para a legislatura de 1983/86. Teve como base de sua votação o município de Itabaiana, já que durante seu impedimento político foi advogado de Chico de Miguel, que havia sido acusado de mandar matar um adversário político, sendo o mesmo absolvido no júri popular, mas tendo os direitos políticos cassados. Esse fato deu-lhe

projeção política no município de Itabaiana, o que levou a população a votar no filho de Chico de Miguel para deputado estadual e em Gilton Garcia para deputado federal, sendo ambos eleitos.

O mandato de deputado federal não foi a primeira experiência de Gilton Garcia junto a líderes políticos nacionais, já que quando seu pai foi Governador de Sergipe, foi nomeado aos vinte e um anos de idade chefe de gabinete do ministro da justiça Oscar Pedroso Horta, tendo nesse período convivido com políticos como Tancredo Neves, Pedro Aleixo e Afonso Arinos. Ainda como deputado, concorreu à eleição para prefeito de Aracaju, com apoio dos Francos, contra o deputado Jackson Barreto, que contava nesse momento com o apoio do governador João Alves Filho, do seu vice Antônio Carlos Valadares e do prefeito da capital José Carlos Teixeira. Sai derrotado desse pleito.

Com o fim de seu mandato de deputado federal, resolveu não ser mais candidato, mas não se afastou da política, aceitando o convite de Fernando Collor para ser o coordenador de sua campanha à presidência no nordeste. Com a vitória de Collor, Gilton Garcia é nomeado Chefe da Assessoria Legislativa da Presidência da República, sendo responsável por enviar os projetos do governo ao Congresso Nacional. Ainda no governo Collor, foi indicado para ser o último governador do Território do Amapá, realizando um governo de sete meses, onde fundou a Universidade Federal do Amapá, o Banco do Estado do Amapá e um estádio de futebol. Em virtude desse trabalho, candidatou-se a senador pelo Estado do Amapá, tendo trinta e cinco mil votos, mas não foi eleito.

Antes de voltar a Sergipe, foi convidado por José Sarney para ser assessor especial da presidência do Congresso Nacional. De volta a Sergipe, passa a fazer parte da equipe de governo do então governador Albano Franco, assumindo, primeiramente, a Secretaria de Assuntos Parlamentares, para mais tarde tornar-se secretário de segurança pública, onde mudou o perfil da secretaria ao indicar para comandar a Polícia um integrante da própria tropa, que teve a liberdade para escolher os membros da cúpula da segurança pública. Desistiu de uma candidatura a deputado por insistência do governador Albano Franco, que requisitou sua ajuda e acabou por assumir a chefia da Casa Civil do Governo. Atualmente, Gilton Garcia dedica-se à advocacia em seu escritório situado na cidade de Aracaju.

Aerton de Menezes Silva³¹

O deputado Aerton Silva é herdeiro político de seu pai, o senhor Albino, que era detentor de um conjunto de relações políticas e sócias, que ultrapassavam as fronteiras sergipanas, bem como as de seu sogro, que atuou de forma destacada na educação sergipana, sendo também deputados estadual. É também detentor de uma capital pessoal de notoriedade, em virtude da sua atuação no futebol sergipano. Esses diferentes recursos lhe possibilitaram a construção de sua carreira política.

Aerton de Menezes Silva nasceu em Aracaju no ano de 1941, filho do empresário Albino Silva da Fonseca, que também se destacou na política sergipana. Seu pai não morou sempre na capital sergipana. Antes de mudar-se, procurando melhores condições de vida para sua família, vivia percorrendo as cidades do interior em um comboio de burros entregando mercadorias. O contato primeiro com a cidade de Aracaju dá-se no dia da procissão de Bom Jesus dos Navegantes, que ocorria no estuário do Rio Sergipe. Desde então, não perdeu mais nenhuma procissão e adotou Bom Jesus como seu padroeiro.

Já instalado na cidade de Aracaju o Sr. Albino acabou por ser pioneiro em várias atividades empresariais, montando fábricas de biscoito, às padarias Ceres e Pirangy, montou um sistema de distribuição de gás e fundou a Rádio Liberdade. Na política, filiado à UDN foi deputado estadual e chegou a assumir uma cadeira no Senado Federal, por ter sido suplente de Heribaldo Dantas Vieira.

Aerton Silva destaca que herdou de seu pai a simplicidade e a lealdade aos seus amigos. Viveu parte da infância na fazenda Merém, de propriedade de sua família, localizada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, e a outra na própria cidade de Aracaju. Começou os estudos no Jardim de Infância Augusto Maynard. Já o curso primário e o ginásio foi feito no Colégio Jackson de Figueiredo, passando nove anos no colégio e sendo contemporâneo de Albano Franco, João Alves Filho e outros que se destacaram na política. Em seguida, vai cursar o científico no Colégio Maristas em Salvador, mas não se adaptou ao sistema de internato do colégio. Com saudades da família, volta a Aracaju, concluindo o científico no Colégio Tobias Barreto, no curso noturno, já que começou a trabalhar com o pai no período matutino. Trabalhando na Sergipe Gás, pegou desde cedo no pesado, aprendendo a montar fogão, distribuindo gás

³¹ As informações sobre o deputado foram retiradas do livro de Osmário Santos: Memórias de Políticos de Sergipe.

pela cidade, quando o motorista da empresa faltava. Depois de um tempo, passou a trabalhar no balcão da loja como caixa, chegando a ser vice-presidente da empresa.

Concluído o curso científico, presta vestibular para a Faculdade de Direito de Sergipe, não obtendo êxito, mas, por estímulo de seu sogro, o professor Acrísio Cruz foi prestar o vestibular na Faculdade de Direito do Recife, junto com outros sergipanos, como Heráclito Rollemberg (deputado estadual pela Arena) e seu irmão Aécio, sendo todos aprovados. Logo conseguiu transferência para a Faculdade de Direito de Sergipe, tendo sido contemporâneo de Jackson Barreto (deputado pelo MDB), Wellington Manguiera (militante do PCB e perseguido pelo governo militar) e de outros que também se tornariam políticos. Entretanto, sua formatura acontece no ano de 1972, após o mesmo já ter sido deputado.

A sua carreira política que inicia-se ainda durante o regime multipartidário e é construída, sobretudo com base nas relações sociais e políticas familiares, que lhe possibilitaram a conquista de uma vaga na Assembléia Legislativa. A partir dessa sua primeira eleição, pode agregar novos recursos aos já possuídos, o que lhe possibilitou a conquista de um novo mandato, que foi interrompido em virtude da perda dos direitos políticos. Com a perda dos direitos políticos passou a dedicar-se a advocacia, o que lhe rendeu a construção de um capital político pessoal de notoriedade, que possibilitou a sua volta a política, ocupando cargos na administração pública ligados principalmente a área do direito.

Apesar de ser filho de um udenista a toda prova, acaba sendo candidato pelo PSD, partido de seu sogro Acrísio Cruz³², o que possibilitou ao seu irmão Aécio ser também candidato a deputado estadual pela UDN, sendo que ambos acabam eleitos para a legislatura de 1963/67. Com a implementação do sistema bipartidário, filia-se à Arena, pela qual se elege deputado estadual para a legislatura de 1967/71, mas não chega a concluir o mandato, já que teve seu mandato cassado. Foi acusado de corrupção, quando foi o primeiro secretário da Assembléia Legislativa, tendo seu gabinete invadido e pegaram contas de água e telefone, acusando-o de pagar as contas com dinheiro da própria Assembléia. Respondeu o processo junto com o deputado Gilton Garcia, mas ambos foram absolvidos na justiça, por pedido do próprio ministério público, ficando apenas a condenação política.

³² Em virtude do casamento de sua filha com Aerton, trabalhou na Radio Liberdade, de propriedade do senhor Albino, como diretor comercial.

Um fato o marcou bastante, quando ficou preso no 28º BC por trinta e quatro dias. Não recebeu a visita dos amigos e dirigentes do Confiança, que acharam que, com a cassação estaria marcado para sempre. Ao encerrar seu mandato de dirigente do clube, ficando com uma lacuna, o amigo Eduardo Abreu o levou para ser conselheiro de puro clube de futebol, o Sergipe, principal adversário de seu ex-clube, o Confiança. Chegou à presidência do Sergipe e foi campeão de futebol nos anos de 1973 e 1974.

Como já foi dito, sua formatura acontece depois de período em que foi deputado estadual, no ano de 1972. Aerton passa a dedicar-se à advocacia em escritório montado com o amigo e advogado Nilo Jaguar, que foi seu contemporâneo no curso de direito. Após alguns anos, atuando como advogado, chega à procuradoria do Estado, no governo Augusto Franco. Na política, participou ainda da administração de Heráclito Rollemberg à frente da prefeitura da capital, sendo chefe do Contencioso e auxiliar do secretário de assuntos jurídicos, já na administração de Wellington Paixão (seu contemporâneo no curso de direito) foi procurador geral do município e também secretário de Transportes.

Francisco Vieira da Paixão³³

Integrante de uma família de classe média, que não possuía relações com a política, será através do seu trabalho em jornais de Aracaju, que o deputado estabeleceu contatos com políticos, já que o dono do jornal em que trabalhava era integrante da família Rollember Leite, que na política sergipana controlava dois partidos políticos: PSD e PR. Portanto, esta relação pessoal estabelecida com essa família, será de fundamental importância para o início de sua carreira política.

Francisco Vieira da Paixão nasceu na cidade de Aracaju, no ano de 1918. Logo após seu nascimento, perdeu seu pai Antônio da Paixão, passando sua mãe Elisa Julia da Paixão a ser responsável pelo sustento da família, como professora primária. Dona Elisa ensina em vários municípios do interior sergipano, demorando-se mais na cidade de Frei Paulo onde Francisco Paixão acaba por viver maior parte de sua infância, brincando pelas ruas da cidade, tendo no jogo de bola de gude a sua maior diversão.

É nesta cidade que dá início aos estudos, estudando com a sua mãe que foi responsável pela maior parte da sua vida escolar. Conclui o quarto ano primário com a

³³ As informações sobre o deputado foram retiradas do livro de Osmário Santos: Memórias de Políticos de Sergipe.

professora Zulmira Cardoso dos Santos na cidade de Santo Amaro das Brotas. Na cidade de Frei Paulo, ficava encantado com o jornal “O Paulistano” de propriedade de seu Josias Nunes que resolveu aprender arte gráfica, dividindo seu tempo entre a escola e os ensinamentos no jornal.

Aos doze anos, resolveu vir morar na cidade de Aracaju, ficando hospedado na casa de sua tia Rosa Amélia da Paixão. Já que havia decidido ser gráfico, veio apreender a profissão na Imprensa Oficial. Com a chegada das primeiras máquinas de linotipo, Francisco Paixão, um funcionário competente, logo aprendeu a mexer na máquina, tornando-se um linotipista, trabalhando em alguns jornais que circulavam na capital sergipana.

Destaca o período que trabalhou no jornal “A República”, na década de 1930, que era dirigido na época por Gonçalo Rollemberg Leite, que neste período não possuía a máquina de linotipo. Portanto, toda a produção do jornal era feita a mão, juntando letra por letra. Através do trabalho, estabeleceu uma forte amizade com Gonçalo Rollemberg, passando a ser o elo entre a direção do jornal e todo o seu corpo redacional e a oficina do jornal. Frequentando o meio jornalístico, logo passou a dominar perfeitamente a língua portuguesa, o que o levou a ser também revisor de texto, pois recorda que naquele tempo primava-se pela perfeita escrita do português.

No convívio com os jornalistas, sempre recebeu o estímulo e conselhos para que estudasse. Caso contrário, não conseguiria melhorar de vida. É quando, trabalhando na Imprensa Oficial, chegou a notícia para ser publicada sobre o concurso público para escrivão da Exatoria de quinta classe, e Francisco Paixão resolve estudar para o concurso, no qual foi aprovado e nomeado para trabalhar na Exatoria de Indiaroba. Pouco tempo depois, foi promovido a escrivão de quarta classe na cidade de Salgado, permanecendo por lá dois anos.

No governo de Maynard Gomes, foi nomeado chefe da exatoria de Campo do Brito, estabelecendo nesta cidade um grande círculo de amizades, o que o levou a entrar para a política, sendo prefeito da cidade. Mais tarde, prestou novo concurso para o Fisco, sendo novamente aprovado, nomeado pelo governador José Rollemberg Leite, como exator de classe J, para pouco tempo depois ser nomeado como auxiliar de fiscalização do Estado, prestando serviços em várias cidades, inclusive Campo do Brito.

Com relações estabelecidas com a família dos leites, desde o tempo em que trabalhou no jornal, foi procurado por Leite Neto, que sabia da sua influência em Campo do Brito, para ser candidato a deputado estadual pelo PSD. Aceitou o desafio e

conseguiu a primeira suplência, mas com a nomeação de Pedro Barreto para desembargador, assumiu o mandato para a legislatura de 1963/67, quando foi líder do governador Celso de Carvalho, que assumiu no lugar de Seixas Dória, cassado pelo regime militar.

As relações pessoais estabelecidas com a família dos leites foram de fundamental importância para a construção da carreira política do deputado, já que foi através desta relação que conseguiu assumir cargos de importância dentro do fisco estadual, do qual era funcionário efetivo, e a partir daí construir um capital pessoal de notoriedade. Essa notoriedade alcançada, principalmente no município de Campo do Brito, lhe rendeu o convite de Leite Neto para que disputasse uma vaga na Assembléia Legislativa, construindo assim uma carreira sólida, da qual o seu filho se tornara herdeiro político.

Com a implementação do sistema bipartidário, filia-se à Arena, pela qual vai ser deputado estadual por três legislaturas seguidas (1967 a 79); já com a redemocratização e filado ao PDS, é eleito para mais um mandato (1983/87). Durante os mais de doze anos que permaneceu na Assembléia Legislativa, foi secretário da mesa diretora em três oportunidades, não sendo presidente da casa por achar que não tinha perfil para tal. Comenta que, por não possuir nível superior em discussões que envolviam assuntos econômicos, de direito e outros, acabava sendo censurado.

Após encerrar sua carreira eletiva, não sendo mais candidato a nenhum cargo, passou a dedicar-se à família, trabalhando no cartório de sua filha, como escrevente juramentado. Um de seus filhos também foi político, o médico Ivan Paixão (PPS) que foi deputado federal eleito, em 1998, e assumindo como suplente em 2004 a 2007. Também foi Secretário de Educação e do Desporto e Lazer do Estado de Sergipe, de 29 de setembro de 1999 a 15 de fevereiro de 2000, e de 16 de fevereiro a 8 de novembro de 2000.

* * * * *

As trajetórias políticas apresentadas demonstram diferentes formas de utilização dos recursos e a sua reconversão em trunfos políticos eleitorais. Entre os deputados federais fica claro o alto grau de escolarização, já que apenas um dos parlamentares não possui nível superior, como também as diferentes formas de utilização dos títulos escolares. Percebe-se também que os parlamentares são integrantes de famílias com

atuação política, o que acabou por lhes propiciar facilidades no momento de entrar na política, o que aconteceu de forma precoce (MARENCO, 2000), mas há uma diferenciação neste momento, dois dos deputados começam a sua carreira política por cima, já ingressando como deputados estaduais, os outros dois começa a sua carreira política como prefeitos de suas cidades de origem, para logo em seguida ascenderem a Assembléia Legislativa. A trajetória política destes parlamentares é marcada por poucas trocas de partido, com a exceção de Valadares, o que demonstram carreiras políticas com laços partidários estáveis.

Antônio Carlos Valadares é herdeiro de uma herança política construída por seu pai, inicialmente na cidade de Simão Dias, de um homem do povo que conseguiu derrotar os poderosos, ou seja, o mito de um homem sofredor. Utilizando-se desse prestígio de seu pai na cidade, que inicia na política como prefeito da cidade de Simão Dias, para daí em diante assumir uma trajetória política ascendente, que é marcada por uma constante troca de partidos políticos.

Pertencente a uma família de proprietários rurais, Arnaldo Garcez tem como principal repertório de entrada na política, as suas relações familiares, já que a sua família mantinha relações políticas com a família Leite, por este motivo filia-se a União Republicana, e é lançado por seu tio candidato a Assembléia Constituinte do Estado, sendo eleito em 1934. Portanto, inicia a sua carreira ainda no período anterior ao Estado Novo, há começando de forma horizontal.

Celso de Carvalho pertencente a uma família de proprietários rurais e de políticos de destaque tanto em sua cidade, como no Estado, tendo seu avô sido deputado federal por cinco mandatos. Após a sua formatura em direito, volta a Simão Dias, passando a advogar e é lançado por seu tio o desembargador Gervásio Prata candidato a prefeito de Simão Dias. Desta forma o seu início na política se dá por forte influência familiar, associada ao uso da sua profissão de advogado que estava iniciando.

A trajetória política de Luiz Garcia é marcada por influência de seu pai, que atuou politicamente na cidade de Rosário do Catete, além das relações pessoais estabelecidas em sua militância político partidária, com lideranças políticas como Leandro Maciel e membros da família Franco, da qual foi diretor de um jornal, desta família, mas também é marcada por sua atuação como advogado.

A trajetória política dos deputados estaduais é marcada por fortes laços familiares e pessoais com a política, como por exemplo, os deputados Albano Franco e Aerton Silva, que pertencem a famílias de políticos, que são integrantes das duas

principais forças políticas do Estado (UDN e PSD), por este motivo podemos considerar a utilização dos seus títulos escolares, como um fator secundário no ingresso na política. A carreira política deste parlamentares é marcada por interrupções, dois deles por terem os seus direitos políticos cassados, o outro em virtude de um acordo familiar, mas com o processo de redemocratização voltam a atuar de forma ativa na política sergipana.

A trajetória de Gilton Garcia é marcada pelo precoce contato com a política, devido ter nascido em uma família de políticos, como o seu pai, uma liderança importante da UDN. Portanto, a sua carreira política é construída inicialmente pela herança política recebida do pai, pois quando este era governador de Sergipe, Gilton Garcia foi nomeado chefe do gabinete do ministro da justiça. Quando teve os seus direitos políticos cassados passou a se dedicar a advocacia, sendo inclusive presidente da OAB-SE, acrescento assim mais um recurso ao seu repertório.

A trajetória de Albano Franco é marcada por uma forte socialização política, pois pertence a duas famílias de políticos importantes no Estado, que atuavam em lados opostos. Além desta socialização política, foi criado num ambiente influenciado pela ética católica, fato que pode ser comprovado pelos colégios em que estudou, teve também na juventude uma rápida passagem pelo movimento estudantil universitário. Não exerceu a advocacia, atuando profissionalmente como empresário junto ao seu pai, e ingressando na política junto com o mesmo, já que no mesmo pleito, seu pai é eleito deputado federal e Albano deputado estadual. É uma carreira política marcada por sempre ocupar cargos eletivos de destaque, não chegando a ocupar postos administrativos.

A trajetória do deputado Aerton Silva demonstra que possui relações familiares com lideranças políticas tanto da UDN, quanto do PSD, entrando na política pelas mãos de seu sogro e liderança do PSD, para que assim pudesse abrir espaço para a candidatura de seu irmão, que recebeu o apoio de seu pai liderança da UDN. Com seus direitos políticos cassados, formou-se em advocacia, exercendo a profissão em seu escritório, o que acabou por lhe proporcionar exercer cargos na administração pública ligados à advocacia, quando teve de volta seus direitos políticos.

Francisco Paixão, filho de uma professora primária, pertence a uma família que não tem vínculos com a política. A construção de sua carreira política começa quando vem trabalhar na imprensa oficial, em Aracaju, quando passa a conviver com jornalistas de destaque como Gonçalo Rollemberg Leite, que o estimulou a prosseguir os estudos. Passou no concurso público para Exator e, ao trabalhar na cidade de Campo do Brito,

destacou-se na cidade, vindo a ser prefeito da mesma, mas à frente recebeu o convite de Leite Neto para disputar uma vaga na Assembléia Legislativa. Portanto, uma carreira política marcada por laços políticos adquiridos ao longo de sua atividade profissional.

4 – Considerações Finais

Neste momento do trabalho, após termos feito uma análise do contexto político sergipano, em que se formou a Arena, dos diferentes recursos utilizados pelos agentes políticos para as suas diferentes formas de entrada na política, é preciso fazer algumas considerações para que possamos estabelecer especificidades e semelhanças da Arena sergipana, em relação as suas secções de outros Estados.

As constantes interferências na vida partidária brasileira, ou seja, no funcionamento das nossas instituições políticas, acabaram por influenciar na atuação política das nossas elites parlamentares. A implementação por parte do movimento de 1964, que era composto por militares e civis, do Ato Institucional nº 2, buscou-se fazer tabula rasa do passado político e partidário brasileiro, que acabara de viver a sua maior experiência democrática até então. Mas esqueceram-se os militares que as organizações políticas são formadas por indivíduos, que tinham a sua experiência política construída no período democrático anterior, assim sendo, as clivagens políticas foram mantidas, dentro da própria Arena, ou entre a Arena e o MDB, a depender da conjuntura política de cada Estado.

Portanto, a manutenção do calendário eleitoral para os cargos do legislativo, bem como das prefeituras, exceto as das capitais, permitiu que grande parte da sociedade brasileira continuasse a exercer as suas atividades políticas, desde as mais engajadas, candidatando-se ao parlamento, a aquelas atividades consideradas menos engajadas, escrevendo pedidos aos seus parlamentares. Desta forma foi possível organizar os partidos políticos a nível local, o que possibilitou as eleições em todo o país, já que era fundamental para os agentes políticos apesar de todos os constrangimentos provocados pelo governo federal, o controle de parte dos recursos políticos disponíveis.

A tentativa dos militares de iniciar um novo sistema partidário do zero, não se mostrou eficaz. Por conta deste motivo a compreensão das clivagens políticas estabelecidas no espaço político sergipano, durante o regime multipartidário, foi de fundamental importância para podermos compreender o processo de construção da Arena sergipana. Por isso consideramos fundamental a comparação do contexto político sergipano, com contextos políticos de outros estados, para que assim possamos estabelecer diferenças e semelhanças na construção deste novo partido, que daria sustentação ao novo governo.

Estudos realizados por Rafael Madeira (2002) identificaram no Rio Grande do Sul a existência de uma forte clivagem política entre os dois principais partidos do

Estado, o PTB e o PSD, que estava fundada na questão trabalhista, defendida pelo primeiro e combatida pelo segundo. Já o contexto político paulista é marcado por uma clivagem política pulverizada, isto ocorria devido à força política demonstrada pelos partidos populista, com força apenas estadual, que não permitiram aos partidos políticos com atuação nacional monopolizarem o eleitorado. O contexto político sergipano apresenta uma clivagem política que se assemelha a apresentada no Rio Grande do Sul, no entanto, aqui a clivagem política se dava entre as principais lideranças políticas sergipanas, que controlavam os dois principais partidos, a UDN e o PSD. Estes diferentes contextos influenciaram na formação do partido em cada Estado: no primeiro caso, a construção de um partido com uma atuação homogênea; no segundo caso, a construção de um partido caracterizado pela heterogeneidade; e no terceiro caso, a construção de um partido também caracterizado pela sua heterogeneidade, mas que como veremos a seguir resultou em resultados eleitorais diferenciados.

No Rio Grande do Sul, os resultados eleitorais demonstram um equilíbrio de forças, entre o MDB e a Arena, que segundo Rafael Madeira (2002) é fruto das clivagens políticas do período anterior, o que proporcionou uma divisão das lideranças políticas entre a Arena (PSD anti-trabalhista) e o MDB (PTB trabalhista), demonstrando também um eleitorado estável, com opções políticas já definidas e consolidadas desde o período democrático anterior. Já as eleições realizadas no Estado de São Paulo (MADEIRA, 2002) apresentam uma dinâmica política diferenciada, com uma instabilidade do eleitorado, já que no primeiro pleito é verificado um equilíbrio de forças, para em seguida apresentar um claro predomínio da Arena, situação que será revertida nos dois últimos pleitos, com o claro predomínio do MDB sobre a Arena, este cenário é explicado pelas disputas internas que ocorriam na Arena, o que por muitas vezes gerava conflitos entre o partido e o governo federal.

As eleições em Sergipe apresentam resultados completamente diferentes do gaúcho, e do paulista. Em todos os pleitos realizados em Sergipe, a Arena se mostrou extremamente superior ao MDB, tal fato ocorre devido a todas as principais lideranças políticas sergipanas ingressarem na Arena, desta forma as rivalidades políticas do período multipartidário, foram transferidas integralmente para o interior da Arena. Assim a disputa eleitoral em Sergipe, se dava quase que exclusivamente entre os candidatos arenistas, através das sublegendas, uma delas liderada por Leandro Maciel, a outra liderada por Lourival Batista, já a terceira não foi identificada a sua liderança, mas

como as outras duas eram lideradas por udenistas, esta última provavelmente era liderada por um ex-peessedista.

Portanto, podemos estabelecer que a Arena sergipana é caracterizada por sua heterogeneidade, como a Arena paulista, ambas se diferenciando da Arena gaúcha, caracterizada pela sua homogeneidade. Estes diferentes contextos internos de cada Arena acabaram por influenciar nas trajetórias políticas dos parlamentares arenistas, de cada um dos Estados, proporcionando a construção de carreiras políticas diferenciadas, o que influenciou diretamente na formação das bancadas arenistas.

A Arena gaúcha é marcada pela presença de ex-peessedistas, ex-democratas cristãos, ex-peelistas, ex-udenistas e pelos puros (parlamentares que tiveram a sua primeira filiação partidária na Arena). Segundo Rafael Madeira (2002) a bancada federal Arenistas é marcada por ser formada por parlamentares que possuíam uma longa trajetória política, construída no período multipartidário, bem como pela estabilidade destes parlamentares no que diz respeito aos vínculos partidários, que foi possível graças à transferência das antigas rivalidades para o novo sistema partidário, dificultando assim o acesso aos cargos mais importantes, daqueles considerados puros, que só vão aparecer na bancada federal arenista no último pleito do bipartidarismo. Portanto, Rafael Madeira (2007, p. 271) aponta como principais características dos parlamentares arenistas gaúchos, a “homogeneidade de suas trajetórias, impessoalidade e a estabilidade nas carreiras políticas”, apontando para uma integração vertical destes parlamentares.

A Arena paulista é marcada pela presença em seus quadros de praticamente de todas as cores políticas do período multipartidário anterior, com destaque para os ex-udenistas e os ex-pessepistas, que eram os únicos grupos dentro da Arena paulista marcado pela presença de parlamentares com trajetórias longas e estáveis nos antigos partidos e dos puros que representavam o maior grupamento político dentro da Arena paulista. Por este motivo Rafael Madeira (2002) caracterizou a Arena paulista como uma organização marcada pela alta rotatividade de seus parlamentares, e por estes possuírem carreiras políticas marcadas pela rápida ascensão aos principais postos, caracterizando assim uma entrada horizontal na política. Esta conjuntura não possibilitou a Arena paulista o surgimento de uma liderança que fosse capaz de unificar o partido, dando fim às constantes disputas internas, o que em determinado momento permitiu ao MDB, ganhar as eleições para a Câmara Federal.

Já a Arena sergipana é marcada pela presença em seus quadros de parlamentares oriundos dos três principais partidos políticos sergipanos do regime multipartidário, a UDN, o PSD e o PR, contando também com a presença dos puros, e de uma exceção a presença de um ex-petebista, que antes de se filiar a Arena, pertenceu ao MDB. Os dados apresentados no segundo capítulo nos permitem afirmar: 1- que as antigas clivagens políticas foram transferidas para o interior da Arena; 2- claro domínio inicial dos ex-udenistas em ambas as bancadas, mas com reequilíbrio de forças a partir do segundo pleito; 3- as bancadas são compostas de agentes políticos que em sua maior parte ingressam precocemente e de forma lateral na política; 4- os índices de renovação, de continuidade e número de mandatos parlamentares indicam o predomínio de carreiras políticas instáveis, o que não excluiu a presença de parlamentares experientes em ambas as bancadas, em todas as legislaturas. Portanto, neste momento podemos estabelecer as principais características da Arena sergipana:

1- **Homogeneidade social:** a grande maioria dos seus parlamentares está de forma direta ou indireta ligada a propriedade da terra, apresentando assim uma origem social comum.

2- **Heterogeneidade política:** as clivagens políticas do período multipartidário foram transferidas para o interior da Arena, por conta de todas as principais lideranças decidirem por ingressar na mesma, ao invés de tentarem continuar a sua carreira política na oposição ao movimento de 1964.

3- **Ingresso precoce e rápida ascensão política:** a maior parte dos agentes políticos integrantes da Arena ingressa precocemente na política, apresentando uma rápida ascensão aos principais postos políticos, em virtude das suas relações pessoais com lideranças políticas sergipanas de destaque.

4- **Ingresso horizontal na política:** os parlamentares arenistas sergipanos em sua maioria ingressam na política por postos políticos considerados hierarquicamente superiores, sejam no legislativo ou na administração pública.

Ao analisarmos as trajetórias políticas dos parlamentares arenistas, no terceiro capítulo, percebemos que os recursos sociais utilizados por estes agentes políticos, nas

disputas político-eleitorais, foram de fundamental importância na reafirmação destas características da Arena sergipana. Demonstram um conjunto de relações pessoais e políticas, que perpassam ao longo das trajetórias percorridas pelos deputados. Nos casos demonstrados existem influências das relações familiares, dos usos de títulos escolares e das profissões dos agentes políticos, e de disputas internas a organização partidária, que em alguns casos levou a perda dos direitos políticos.

As trajetórias apresentadas demonstram a forte vinculação dos agentes políticos, como o mundo rural, ou seja, com a propriedade da terra, mesmo que de forma indireta, como também demonstra que a Arena recrutava os seus integrantes basicamente em dois segmentos profissionais: profissões ligadas à produção capital e as profissões liberais clássicas, o que possibilitou a formação de um partido político com forte homogeneidade social, com interesses em comum.

O principal recurso utilizado pelos parlamentares arenistas eram os seus vínculos familiares, já que em sua maioria pertenciam a famílias com participação política já consolidada, se não regionalmente, em seu município de origem. Esta herança política familiar em alguns casos encontrava-se multifacetada, ou seja, em uma mesma família encontramos agentes políticos pertencentes a grupos políticos rivais, o que dificultava a administração destes vínculos por parte do indivíduo. No entanto, em alguns casos os agentes políticos não pertenciam a famílias que tinham atuação política, nestes casos a relação pessoal estabelecida, pelos agentes políticos, com as lideranças políticas já consolidadas no Estado, em virtude da sua atuação profissional, que lhes proporcionavam reconhecimento local, fizeram com que estas lideranças buscassem o seu apoio, como mediadores com a localidade. Estes dois elementos fizeram com que na política sergipana os laços pessoais de lealdades fossem de fundamental importância, para que os agentes tivessem acesso aos principais cargos políticos, se sobrepondo a uma longa trajetória de militância político e partidária.

Todos estes recursos sociais utilizados apresentam distintas relações com as diferentes carreiras políticas, na sua reconversão em trunfos político-eleitorais, o que acaba por fabricar significados diferentes nas lutas institucionais, estando relacionadas diretamente as diferentes esferas de atuação dos agentes políticos.

A reorganização política iniciada no ano de 1979, com a extinção do bipartidarismo e a conseqüente redemocratização da sociedade brasileira, obrigou os políticos sergipanos, que tiveram na Arena a sua escola política, a reorganizarem-se em novas siglas partidária para que pudessem continuar atuando politicamente. Este

processo de redemocratização da política brasileira trouxe para a cena política novos atores, que até então não tinham tido a oportunidade de expressar-se politicamente, conseqüentemente novos recursos sociais a serem explorados, por parte dos agentes políticos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARAO, Sergio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001. 5v.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000. 117 p. (Serie pesquisas;18)

BOURDIEU, P. “**A representação política**. Elementos para uma teoria do campo político”. BOURDIEU, P. O Poder simbólico, Lisboa, Difel, 1989.

CANATO, César. **ARENA e MDB em Araraquara (1965-1979)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CANDIDO DE SOUZA, Samuel. **Elites Políticas em Caraguatatuba (1970-2000)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CORADINI, O. “**Processos e Resultados Eleitorais: Um exemplo e um comentário sobre as bases das controvérsias em sua interpretação**”. Cadernos de Ciência Política, n.º 5 Porto Alegre, 1997.

CORADINI, O. “**Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral num município de imigração italiana**”. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, I. (Orgs.). Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

CORADINI, O. **Em nome de quem?** Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

DAHL, Robert. **Who governs?** Democracy and power in an American city. New Heaven: Yale University Press, 1961.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1989. 341 p.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1997. 363 p. ISBN 8528200949 (broch.)

FORTES, Bonifacio. **Democracia de Poucos**. Um ensaio de ciência política. Aracaju, Livraria Regina, 1963.

FORTES, Bonifacio. **Democracia de Raros**, in: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 1968.

FORTES, Bonifacio. **Contribuição à Historia Política de Sergipe (1933-1958)**, in: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 1970.

GARRAUD, P. **Profession Homme Politique**. Paris: L'Harmattan, 1989.

GAXIE, Daniel "Les logiques du recrutement politique". *Revue Française de Science Politique* v.30n.º 3. fev. 1980, 5-45.

GRILL, I. **As bases sociais dos compromissos**: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório** : um estudo sobre a Aliança Renovadora Naional (ARENA), 1965 – 1979. Rio de Janeiro : Mauad X, 2009.

HEINZ, Flavio M (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

HEINZ, Flavio M. **Do uso do Who's Who e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo**. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 49-60, jan./jun 1999.

KELLER, Suzanne. **Beyond the rulling class**: strategic elites in modern society. New Jersey: Transactions Publishers, 1991.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAs?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS, 2002.

_____. **O padrão de carreira política dos deputados federais da Arena baiana**: trajetórias estáveis e lealdades pessoais. *Mediações*, Londrina, v. 8, n. 2, jul.-dez.2003.

_____. **Integração horizontal e fragmentação partidária**: uma análise de carreira política dos deputados federais da Arena em São Paulo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 7, n. 2, jul.-dez.2004.

_____. **Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas**: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaucha. *Política e Sociedade*, v. 6, n. 10, abril 2007.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais?** Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>.

MARENCO, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente**: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946 – 1998). (Tese Doutorado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS, 2000.

MICELI, Sérgio. **Carne e osso da elite política brasileira pós 30**. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. 3. ed. São Paulo: DIFEL, Rio de Janeiro, RJ: BERTRAND, 1985.

OFFERLÉ, M. “**Professions et Profession Politique**”. In : *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo, SP: EDUSP, 2002. 242 p. ISBN 8531406978

SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. Aracaju, SE: J. Andrade, 2002. 824 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Marcelo Domingos de. **Simão Dias**: a transição da oligarquia ao populismo (1940 - 1964). Lagarto, 2002. 138 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, Pólo Regional de Lagarto, SE, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.